

PUBLICAÇÃO MENSAL • ANO XVI • CR\$ 800,00

CADERNOS

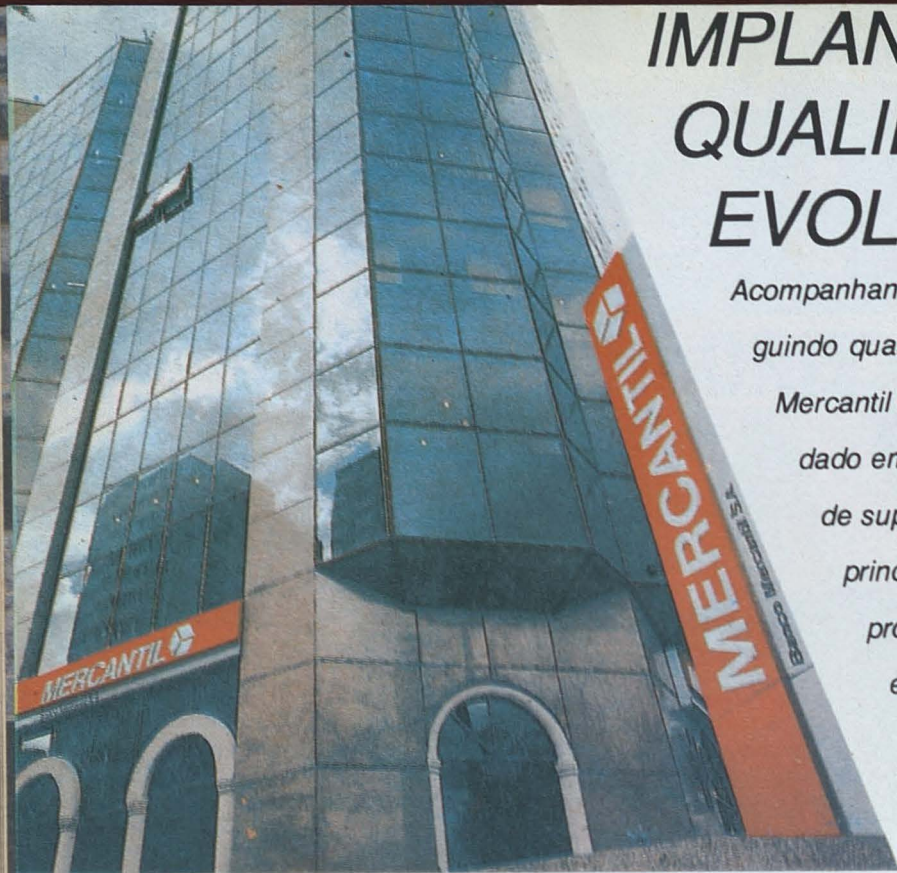
DO TERCEIRO MUNDO

Bretton Woods

1944 • 1994

**A economia mundial
exige novas regras
de jogo**

PRIVATIZAÇÕES: UM FRACASSO ANUNCIADO



Administração Sul do Banco Mercantil, em São Paulo

IMPLANTAR. QUALIFICAR. EVOLUIR.

Acompanhando as tendências do mercado. Perseguindo qualidade e produtividade. É assim que o Mercantil tem conquistado seu crescimento. Fundado em 1970, o banco expandiu-se numa rede supra-regional, implantando agências nos principais centros financeiros do país. Uma prova de trabalho bem estruturado. Uma evolução direcionada pelo claro objetivo de situá-lo, solidamente, entre as mais importantes instituições financeiras do país.

Ocupar espaços.

Consolidar parcerias.

perseguir qualidade e
produtividade.

Evoluir. Solidamente.

Conquistar novos mercados.

Valorizar, mais que tudo, o cliente.

Ser um banco contemporâneo.

MERCANTIL 

Banco Mercantil S.A.

O Banco que dá valor a você.

Administração - Sul:
Alameda Santos, 880 - Jardim Paulista, CEP 01418, São Paulo, SP
Tel. (011) 289.4666 - Fax (011) 289.4007 - Telex (11) 33708

Administração - Sede:
Rua do Imperador D. Pedro II, 307, Santo Antônio, CEP 50.010, Recife, PE
Tel. (081) 224.3466 - Fax (081) 424.1069 - Telex (81) 2424/8801

CAPA

A economia mundial só poderá libertar-se da camisa de força que lhe foi imposta mediante uma revisão dos acordos de Bretton Woods de 1944

ECONOMIA

4 Privatizações: os dez mandamentos de um fracasso anunciado

EDUCAÇÃO

10 Política nacional de leitura

FOME

14 Um Natal solidário

COMUNICAÇÃO

18 Quem faz as notícias que consumimos?

CULTURA

20 A arte de São Mateus

22 PING-PONG

23 MATÉRIA DE CAPA

24 Os 50 anos de Bretton Woods

26 Ascensão e queda de um sistema questionado

29 Anos 80: Repensar a economia mundial

30 Anos 90: Novos rumos, mesmos desafios

AMÉRICA LATINA

32 **Uruguai:** Rumo a uma sociedade de homens-gabiru?

ÁFRICA

35 **Burundi:** Uma nação à deriva

ÁSIA

36 **Camboja:** O desafio da reconstrução

DIPLOMACIA

37 ONU: Quem vigia os vigilantes?

ECONOMIA

40 EUA: Um castelo de areia

MULHER

42 Sós, maltratadas e longe do lar

□ SUPLEMENTO

CULTURA

2 Viva a latinidade

SAÚDE

6 Aids: terapias alternativas

PONTO DE VISTA

9 Literatura, educação e censura

COMPORTAMENTO

10 EUA: A Babel do Pacífico

11 **Cuba:** Educação, arma contra o aborto

12 PANORAMA INTERNACIONAL

SUMÁRIO



O papel das Nações Unidas na manutenção da paz mundial cria desafios ao direito internacional. O mundo precisa contar com um poder que atue como polícia multinacional, mas o problema é estabelecer os limites dessa força



37



Mulheres de diferentes países criam uma rede de assistência legal e psicológica às imigrantes vítimas de agressão nos Estados Unidos



42



Os interesses conservadores brasileiros querem aprofundar as privatizações através da reforma constitucional, para alcançar empresas fundamentais para a economia e a soberania da nação



4

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação com informação e análise das realidades e aspirações dos países emergentes

DIRETOR: Neiva Moreira
DIRETOR ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITORA: Beatriz Bissio

SUBEDITORES: Claudia Guimarães, Elias Fajardo. CONSULTORES ESPECIAIS: Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease García (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavía (Chile)
REDAÇÃO: Aldo Gamboa, Carlos Lopes (Brasil), Roberto Bardini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)
REVISÃO: Cléa M. Soares e Valdenir Peixoto
DEPTO. DE ARTE: Nazareno N. de Souza (editor e capa) e Roberto S. Lourenço

FOTOS: A. C. Júnior

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Jessie Jane V. de Sousa (diretora), Juliana Iooty, Sílvia Arruda, Mônica Pérez, Marcus Sanches, Luciane Reis e Rosângela Vicente Ferreira

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: Macário Costa (chefia), Andréa Corrêa e Paulo Henrique
ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes
PUBLICIDADE: Ari J. Silva

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes - Rua da Glória, 122 1º andar
CEP 20241 - Rio de Janeiro - Brasil
☎(021)252-7440/232-3372/232-1759/222-1370

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irque), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Intercâmbio com as revistas: *Africa News* (EUA), *Altercom* (Ilet-México-Chile), *Third World Network* (Malásia), *Israel and Palestine Political Report* (Paris) e *Against the Current* (EUA)
Fotos: Agence France Press (AFP)

SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro 10/1º andar. Lisboa, 1.200 - Tel.:32-0650.
Telex: 42720 CTM-TE-P

Uma publicação da Editora Terceiro Mundo:

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106
20241-180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
☎ (021)242-1957/222-1370 - Redação
☎ 232-1759 / 232-3372 - Administração
☎ (021)507-2203 - Publicidade e Marketing
Fax: 55 21 252-8455 - Telex: (021) 33054 CTMB-BR
Correio Eletrônico - Geonet: Terceiro-Mundo
Alternex: Caderno

REPRESENTANTES DE ASSINATURAS ☎

Maringá - (0442) 224182, Recife - (081) 224-4486 / 224-1421, BH - (031) 271-3757, Brasília - (061) 226-6644 e 225-0683, Aracaju - (079) 211-1012, Rio - (021) 252-7440 / 232-3372, SP - (011) 573-8562 / 571-9871, Porto Alegre - (051) 228-8636, Fortaleza - (085) 252-4858, Curitiba - (041) 264-9969, Belém - (091) 235-2146, Uberaba - (034) 333-1635, Campina Grande - (083) 322-7536, Macapá - (096) 222-0855, Salvador - (071) 242-2077
Impresso: Gráfica MEC

CARTAS

Boa leitura

Recentemente, assinei **cadernos do terceiro mundo** e estou muito satisfeita com esta publicação, por se tratar de um material muito bom de informação e estudo. É gostoso fazer a leitura de uma revista que não tem compromisso com os grandes grupos econômicos que dominam os países do Terceiro Mundo.

Wilma Aparecida de Moraes
Taubaté - SP

Denúncia

Achille Lollo está preso no Rio de Janeiro há seis meses. Militante do movimento estudantil italiano em 1968 e membro da extinta organização revolucionária Poder Operário, ele afirma que nunca pertenceu às Brigadas Vermelhas que, inclusive, não existiam na época.

De maneira tendenciosa, a Polícia Federal tentou ligá-lo às Brigadas, a fim de passar uma imagem de terrorista. Os maus-tratos que sofreu na prisão levaram-no a fazer uma greve de fome e a abster-se de medicamentos para o coração. Com esta ação, pressão em geral e através de seus advogados, com Tércio Lins e Silva à frente, conseguiu ser transferido para o Hospital Penitenciário.

Achille está preso e já há pedido de extradição. Foi solto por duas vezes na Itália por insuficiência de provas, e sua condenação, numa terceira tentativa (quando não estava mais lá) parece satisfazer mais a indícios e critérios políticos do que à verdade dos fatos. Além do mais, isso ocorreu há 20 anos atrás, em 1973, tendo Achille se tornado jornalista e trabalhado em Angola com Agostinho Neto, na Suécia com Olaf Palme e, há seis anos, vive no Brasil. Aqui teve filhos brasileiros e levou uma vida normal.

É atribuído a ele um incêndio na casa de um neofascista, que matou duas pessoas. Mesmo que fosse culpado por isso, não poderia ser tratado como um preso comum, mas como um preso político.

É preciso que haja um movimento pela libertação do revolucionário

italiano, pois querem tentar imputar a ele crimes comuns para que a sanha dos fascistas, agora, mais do que nunca, encastelados no serviço secreto daquele país, seja satisfeita.

André de Paula

Membro da Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa e Direitos Humanos da ABI
Rio de Janeiro - RJ

Poesia

Sou apaixonado por História, Antropologia e pela causa da América Latina, sendo esta revista um espaço muito interessante para estes assuntos. Vocês estão de parabéns. Envio uma poesia em homenagem aos mortos da Candelária, do Carandiru e os ianomânis:

"Chora, Deus-menino, / Chora a morte dos sem-casa, / Chora o fim de tua casa. / Sonha um mundo bom para todos nós, / Como sonhavam os meninos da Candelária, / Mortos em pleno sonho... mas o sonho não acabou.

Chora a morte do Brasil em Carandiru. / - São bandidos, eles mereceram! / Não! Não são bandidos! / São os frutos do Capitalismo, / Que os criou, os usou... e os matou. / Manda a nós, ó Pai, / Chuva cristalina pra lavar a alma / Impregnada de sangue, suor e lágrimas."

José Carlos Magno Ferreira
Uberlândia - MG

Infância e adolescência

Sou assinante da revista e venho acompanhando o trabalho realizado, que demonstra a seriedade e competência com que os assuntos têm sido apresentados. Trabalho com o tema da infância, como socióloga, em duas instituições, a Associação Roda Viva e o Núcleo de Pesquisa sobre a Infância (Nepi). Essas duas frentes de trabalho vêm me possibilitando perceber avanços substanciais em relação às conquistas e ao entendimento da situação da criança e do adolescente no Brasil.

A mudança da designação de "menor" para criança e adolescente pode parecer algo sem importância, mera troca de palavras. Mas uma

palavra é carregada de significados e "menor", em especial, traz conotações pejorativas. Não é passando a chamar o "menor" de criança e adolescente que a realidade mudará. Essa troca deve ser acompanhada de uma mudança de mentalidade e postura.

É dentro dessas perspectivas que quem lida com essa questão na sua prática cotidiana toma o cuidado de não tratar a criança e o adolescente pelo termo "menor", termo de origem jurídica que estava sendo usado apenas para se referir à parcela da infância pobre brasileira, o que criou uma infância estigmatizada. Apesar das conquistas alcançadas, a sociedade continua a utilizar esse termo para se referir a crianças e adolescentes socialmente marginalizados, sem se dar conta do preconceito nele embutido.

No sentido de enriquecer ainda mais o importante papel de formador de opinião que cabe à imprensa, chamo a atenção de **cadernos do terceiro mundo**, que continua utilizando o termo "menor" em suas vinhetas, o que não corresponde ao movimento social progressista existente no Brasil.

Eline Decache Maia
Rio de Janeiro - RJ

União

Não é possível se falar em democracia sem que haja o pleno respeito aos direitos humanos, e os direitos humanos de nossos povos jamais serão reconhecidos dentro do projeto neoliberal.

Importantes foram as contribuições para a realização do Encontro Latino-Americano de Organizações Indígenas, Negras e Populares (Eloinp), de 11 a 15 de julho, em Salvador, paralelo ao dos Presidentes Ibero-Americanos. Sabemos que encontros como este ainda representam e repercutem pouco diante da dureza e discriminação e da violência de nossas sociedades latino-americanas, mas é mais importante ajudar os grupos marginalizados a buscar suas próprias saídas, a trocar experiências e a criar formas conjuntas para se caminhar.

Ansiamos que todos levem adiante a idéia de que é possível construir, de fato, uma forte aliança indígena, negra e popular em toda a América Latina.

Adilton José de Paula
Secretaria Operativa do Eloinp
São Paulo - SP

Amadurecimento

Tenho um especial cuidado pela revista **cadernos do terceiro mundo** que venho recebendo. Ela faz parte de uma bibliografia riquíssima para o curso de pós-graduação de Especialização em Estudos Brasileiros, que estou fazendo na Universidade Mackenzie, coordenado pelo general Carlos de Meira Mattos. Parabéns pela excelente publicação que muito me contribuiu para qualificar o meu senso crítico. Hoje, posso dizer que venho "crescendo" intelectualmente.

Henderson Mendes de Carvalho
São Paulo - SP

Apelo

Como diretor social do grêmio estudantil União e Trabalho do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Uauá (BA), quero denunciar o lamentável estado físico em que se encontra o colégio. Por isso, junto com os companheiros do grêmio, pedimos à senhora secretária de Educação e Cultura do estado da Bahia que tome uma providência emergencial para o aparelhamento e reforma do estabelecimento. Estamos lutando diária e incansavelmente para a concretização desta "obra".

Adão Gomes Ribeiro
Uauá - Bahia

Apreço

Assinante há vários anos desta revista, que prezo por demais e que tem me auxiliado sobremaneira no exercício profissional, quero externar o meu apreço pelas publicações recebidas.

Waldemar Caldin
Campinas - SP

INTERCÂMBIO

- Sandra Bonfanti
R. Toledo Malta, 87
Vale Gustavo
020083-060 São Paulo - SP
- João Luiz da Silva
R. Guilherme Sathler, 179
36976-000 Alto Jequitibá - MG
- Margie Romero
Calle 62 / 41 y33-A
3305 - Playa
11400 Havana - Cuba
- Maria Victoria Pérez Ríos
C/ Compromiso de Caspe, 22
Entresuelo Izq^a
50002 Zaragoza - Espanha
- William Martins Teixeira
Caixa Postal 4505
20001-970 Rio de Janeiro - RJ
- Katuska Brea Castaño
San Ignacio # 252
c/ Amargura y Lamparilla
apto 304
Habana Vieja
11400 Havana - Cuba
- Pekim Vaz
Caixa Postal 182
66017-970 Belém - PA
- Beatriz H. Grant
Alvarez Jonte 3988 - PB : 6
1407 Capital Federal
Argentina
- Marcelo Luiz Bezerra da Silva
Tv. São Miguel, 913, bl. B / 101
66045-430 Belém - PA
- Derenice Oliveira de Jesus
Av. São Carlos, 825
Jardim Santo Antonio
13840-000 Mogi-Guaçu - SP
- Verónica Brito Pérez de Camino
San Lázaro 304, 1º piso
% Galliano y San Nicolás
12400 Havana - Cuba
- Solidariedade Popular
Pça Duque de Caxias, 04
18540-000 Porto Feliz - SP
- José Rodríguez Cruz
Apartado 138
80100 Holguín - Cuba
- José Carlos Magno
R. Carmen Miranda, 55
Conj. Liberdade
38405-142 Uberlândia - MG

Os dez mandamentos de um fracasso (não) anunciado

Os interesses conservadores querem aprofundar as privatizações através da reforma constitucional, para alcançar empresas que são fundamentais para a economia e a soberania da nação

José Maria Rabelo

O processo de privatização no Brasil, ao contrário do que pretende convencer a propaganda oficial, tem sido até aqui um completo fracasso, mesmo visto pelos critérios de seus idealizadores.

Os objetivos principais do programa, como a redução da dívida pública ou a liberalização da economia, entre outros, ficaram muito longe de ser atingidos. Até hoje, pouco mais do equivalente a US\$ 130 milhões, em dinheiro real, entrou para os cofres federais. O resto foram as "moedas podres", aceitas pelo valor de face, mas que valem no mercado apenas 50, 40 ou até 30% de sua cotação oficial. Mesmo se considerarmos o valor nominal desses títulos, toda a receita financeira obtida com as privatizações não passa de 2% da despesa anual que o Brasil tem

com a rolagem de sua dívida pública.

Em lugar da liberalização da economia, o que está ocorrendo, em grande parte, é a substituição de monopólios (ou oligopólios) estatais por monopólios (ou oligopólios) privados, com conseqüências ainda mais nocivas para o país. Essa tendência só faz agravar as condições já prevalentes no mercado interno, controlado em escala crescente por estruturas oligopólicas e monopólicas.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), através de seu Relatório Anual sobre o Desenvolvimento Humano, recentemente publicado, questiona frontalmente as privatizações, sobretudo como vêm sendo feitas nos países do Terceiro Mundo. "A privatização não é uma panacéia — diz o documento — e, para evitar uma situação social incontrolável, chegou a hora de uma mudança." O re-

Foto André Louzeiro



Manifestação contra a privatização da Usiminas, no centro do Rio, em setembro de 91

ECONOMIA

PRIVATIZAÇÕES

latório acrescenta, como se estivesse se referindo expressamente ao que vemos no Brasil, que as privatizações "têm se constituído numa verdadeira liquidação de empresas públicas em favor de grupos privilegiados".

A participação de capitais estrangeiros, que se buscava igualmente com as privatizações, representou até aqui outro grande fiasco. Apenas US\$ 70,5 milhões entraram nos primeiros 20 leilões, e assim mesmo usando-se os títulos da dívida externa, a mais depreciada das "moedas podres".

Diante desses resultados, verifica-se que as privatizações deixaram de ser um programa com metas técnicas e econômicas, para transformar-se simplesmente num projeto político e ideológico, com o qual se deseja desqualificar todas as instituições estatais, que seriam — por princípio — ruins, ineficientes e lesivas ao país.

Para a tecnocracia e setores empresariais, reproduzindo esquemas teóricos do Primeiro Mundo, a desestatização deve ser praticada a qualquer custo, sem nenhuma outra consideração que as do próprio processo desestatizador, pelas vantagens naturais da empresa privada sobre a empresa pública, o que em muitos casos tem sido negado pela evidência dos fatos. Registrem-se os exemplos da Petrobrás, da Vale do Rio Doce, da Ferrovia Vitória-Minas, para ficar apenas nesses três, que apresentam um desempenho muito superior a congêneres da área privada que atuam nos mesmos setores, no Brasil e no exterior.

Procuraremos mostrar aqui os principais erros que têm marcado as privatizações, que os interesses conservadores querem aprofundar através da reforma constitucional, para alcançar empresas ainda mais fundamentais para a economia e a soberania nacionais, como a Petrobrás e as de telecomunicações. Para isso, contribuirá de maneira preponderante a decisão do Congresso, que foi obtida inclusive com os votos do PT, de permitir a participação ilimitada de capitais estrangeiros nos leilões. Votaram contra o PDT, o PC do B e o PSB, além de deputados de outros partidos.

Esses erros são o que podemos chamar de os dez mandamentos de um fracasso (não) anunciado, como veremos:



Refinaria de Duque de Caxias (Reduc) da Petrobrás: a criação dessa estatal obedeceu a um plano macroeconômico de desenvolvimento

I. FALTA DE UM PROGRAMA

O governo, de Collor e agora de Itamar, não chegou a elaborar um programa de desenvolvimento que definisse o papel do Estado e, conseqüentemente, as bases do programa de privatizações. Uma coisa não pode ser feita sem a outra, senão se transforma — como está acontecendo — num simples processo de desmantelamento do patrimônio público.

Ao contrário do que sucedeu nas décadas de 40 e 50 (nos dois governos Vargas), quando a criação das mais importantes empresas estatais, como a Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce, a Petrobrás e a Fábrica Nacional de Motores, obedeceu a um plano macroeconômico de desenvolvimento, o que vemos agora é a total falta de planificação oficial. Nenhum planejamento foi elaborado para orientar a atuação das estatais depois de privatizadas; nenhuma exigência se fez aos novos proprietários quanto a suas políticas industriais, de investimentos, de pessoal etc.; não se cuidou de evitar a constituição de oligopólios ou monopólios, com o favorecimento de grupos econômicos que buscam o controle do

mercado, eliminando a concorrência; o governo simplesmente está alienando esses enormes ativos industriais sem qualquer preocupação com o desenvolvimento nacional, sem ter nem mesmo a garantia de que os compradores irão manter as empresas em funcionamento. A Cosinor, por exemplo, arrematada pelo Grupo Gerdau, já está praticamente desativada; a Cosipa, dominada pelo grupo Bozano Simonsen, corre o risco de um processo de sucateamento, em favor da Siderúrgica Tubarão, também arrematada pelo mesmo grupo.

Estamos desestatizando por um imperativo ideológico, imposto pelas nações hegemônicas, que consideram a iniciativa privada o único agente do desenvolvimento, e para as quais não contam os interesses nacionais, principalmente dos países periféricos.

São as instâncias internacionais que decidem o que devemos fazer, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o Clube de Paris ou os próprios governos, de que é exemplo o norte-americano, através da "Iniciativa para as Américas", o chamado Plano Bush, cujas idéias continuam de pé mesmo com a derrota do antigo presidente.

O que os economistas estão denunciando em outros países, já ocorre no Brasil: os monopólios estatais em setores fundamentais da economia são substituídos por monopólios privados

II. MOMENTO INADEQUADO

O cenário nacional e internacional é o mais impróprio para um projeto em larga escala de venda de grandes unidades industriais. Internamente, vivemos uma das piores e mais longas recessões de nossa história, na qual os grupos empresariais não dispõem de recursos para novos investimentos, estando preocupados quase que exclusivamente com sua sobrevivência. Externamente, embora existam recursos disponíveis, eles se sentem temerosos de aportar a um país sem estabilidade econômica, que não lhes dê a certeza do pleno retorno de seus investimentos. Os capitais estrangeiros que chegaram ao Brasil nestes últimos três anos têm um caráter predominantemente especulativo, sem qualquer compromisso com o desenvolvimento do país.

Além do mais, o mercado é hoje essencialmente vendedor. Em virtude sobretudo da crise do ex-bloco soviético, existem mais de 500 mil negócios em oferta no mercado mundial. A Alemanha, por exemplo, está vendendo empresas do setor oriental por valor

meramente simbólico, em troca apenas da garantia de emprego por um pequeno período e do pagamento das dívidas em atraso. Só mesmo os *filés mignons*, que são as estatais lucrativas ou com grande potencial, e ainda assim com a concessão de todo o tipo de subsídios, inclusive as "moedas podres", encontram compradores.

III. MONOPÓLIOS (OU OLIGOPÓLIOS) PRIVADOS

O que os economistas estão denunciando em outros países, como a Inglaterra, por exemplo, já passou a ocorrer no Brasil: os monopólios (ou oligopólios) estatais em setores fundamentais da economia são substituídos por monopólios (ou oligopólios) privados, através das privatizações.

O caso da empresa Celma, que foi arrematada por um consórcio dos bancos Boavista e Safra, da Construtora Andrade Gutierrez e da General Electric, é bem demonstrativo desse fenômeno concentrador. A empresa responde por 85% do mercado de reparos em motores de aviação e por 60% do mercado de revisão. Foi arrematada

por US\$ 93 milhões, como sempre em "moedas podres", o que correspondeu na realidade a um desembolso de menos de US\$ 50 milhões para seus compradores, que passaram a ter praticamente o monopólio deste setor no Brasil.

A Usiminas também ilustra esta forma de transferência de um oligopólio para outro. Ela é responsável por cerca de 50% do abastecimento de laminados planos não-revestidos de aço carbono, produto indispensável para as indústrias de automóveis, autopeças, máquinas e implementos agrícolas, utilidades domésticas etc. O banco Bozano Simonsen detém uma participação importante no capital da Usiminas, é o segundo maior acionista da Companhia Siderúrgica Tubarão e acaba de adquirir, através da Usiminas, uma posição decisiva para o controle da Cosipa.

Em torno desse grupo, arma-se uma das mais poderosas concentrações monopólicas do país, cujos efeitos negativos vão projetar-se sobre largos setores industriais, uma vez que passou a dominar, direta e indiretamente, 100% da produção de chapas grossas de aço e 61% da de aços planos.

Com a compra da Cosinor, da Aços Finos Piratini, da Usiba e da Cimetel, o grupo Gerdau exerce um papel determinante no mercado de aços especiais, principalmente no Nordeste, onde domina praticamente sozinho.

No setor de fertilizantes, um só grupo, o Ferti-Ultra, já adquiriu o controle de quatro empresas privatizadas: a Indag, a Fosfértil, a Goiásfértil e, mais recentemente, a Ultrafértil. O grupo passou a controlar 35% do mercado.

O leilão da Petroquímica União poderá completar a construção de outros dos mais fortes (e perigosos) monopólios: o de matéria-prima para a indústria petroquímica.

Segundo a revista *Veja*, na edição de nove de junho deste ano, o grupo Odebrecht possui hoje uma posição decisiva no mercado, que se consolidaria com a possível compra da Petroquímica União. "No Brasil" – sustenta a revista – existem apenas três fabricantes de matéria-prima para a indústria petroquímica: a Copesul, do Rio Grande do Sul, a Copeme, da Bahia, e a Petroquímica União, de São Paulo. Todas as outras indústrias do setor, dos fabri-



A Usiminas (foto) ilustra a transferência de um oligopólio para outro

ECONOMIA

PRIVATIZAÇÕES

cantes de tinta aos produtores de embalagem, dependem dessas três. Duas delas, a Copesul e a Copeme, já estão na coleção da Odebrecht. A meta agora é faturar a terceira e dominar o setor."

A gravidade do problema fez com que fosse criado especialmente no Ministério da Fazenda um grupo de trabalho para analisar o tema da defesa da concorrência no contexto da privatização, a fim de evitar a transferência de monopólios públicos para a área privada.

O que já acontecia em tantos setores, como o automobilístico, o farmacêutico, o de comunicações, o de cimentos, o de produtos de limpeza, cigarros e cervejas, entre outros, passa a acontecer também na indústria siderúrgica, na petroquímica, na indústria de fertilizantes etc., fazendo do Brasil uma das economias mais oligopolizadas e cartelizadas do mundo. Fenômeno que se torna particularmente alarmante quando sabemos que temos uma das legislações antitruste mais ineficazes e inoperantes entre as nações industrializadas.

IV. 'MOEDAS PODRES'

Este é um dos aspectos mais sombrios do programa de privatização brasileiro. Através das "moedas podres" ou "micos-pretos" (cruzados novos que não haviam sido devolvidos; débitos vencidos renegociados; debêntures da Siderbrás; Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento; Títulos da Dívida Agrária; Certificados de Privatização e, por fim, os Créditos e Títulos da Dívida Externa), grupos particulares, especialmente bancos e empreiteiras, estão arrematando as empresas estatais pela metade (ou até menos) do que valem realmente.

Não se tem ainda um quadro completo do que "esses grupos privilegiados", conforme definição do Pnud, ganharam com a compra das estatais privatizadas até aqui, mas pode-se estimar que seus ganhos chegam a cerca de US\$ 14 bilhões.

O favorecimento é tão escandaloso que a Procuradoria Geral da República está concluindo um levantamento dos prejuízos que o país tem tido com a aceitação das "moedas podres" nos leilões, para responsabilizar civilmente os membros das comissões de Deses-

tatização dos governos Collor e Itamar pelo que o Estado deixou de arrecadar.

Combinando o uso das "moedas podres" e a subavaliação de seu patrimônio para efeito do leilão, a Usiminas foi vendida por aproximadamente um quinto do seu valor real. O mesmo ocorreu com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), como denunciou o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, e está levantando a Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada no Congresso, sob a presidência do senador Amir Lando, criada para examinar esta e todas as demais privatizações.

Enquanto a Inglaterra, com a venda de suas empresas públicas, já recebeu, em dinheiro efetivo, mais de US\$ 50 bilhões, e o México cerca de US\$ 20 bilhões, o Brasil apurou pouco mais de US\$ 130 milhões, ficando o resto por conta das "moedas podres".

Entre nós, na verdade, não está havendo venda, mas simplesmente doação do patrimônio público.

V. SUBAVALIAÇÃO DAS EMPRESAS

A celeuma em torno da subavaliação das estatais que estão sendo vendidas acompanha o processo de privatização desde seu início, com sérias acusações de favorecimento aos grupos compradores. No caso da Usiminas, por exemplo, que foi avaliada em US\$ 1,74 bilhão e vendida por cerca de US\$ 1,5 bilhão, vários economistas calcularam que seu valor mínimo seria de US\$ 4 bilhões.

O mesmo critério poder-se-ia adotar para a CSN, cujo valor de venda, até hoje, está sendo contestado. O próprio presidente da empresa no período da privatização, Sebastião Faria, considerou a avaliação 20% inferior a seu valor real. O então vice-presidente da



A Comissão de Desestatização do governo Collor, foi a primeira a aceitar as 'moedas podres' nos leilões

Comissão Diretora do Programa de Desestatização, Agripino Maia, acusou o açodamento com que a CSN foi vendida, afirmando que os membros da comissão não tinham consciência dos critérios das avaliações.

Outro episódio dramático no processo de avaliação das estatais privatizadas envolveu a Ultrafertil. Especialistas do mercado e do meio universitário sustentam que ela foi avaliada em 40% menos de sua cotação verdadeira e que os critérios de avaliação adotados pelo BNDES pecam pela sua superficialidade e absoluta imprecisão metodológica e estatística.

Depoendo no dia 20 de agosto perante a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito do Congresso, o ex-presidente do BNDES, Antônio Barros de Castro, reconheceu que as estatais estão realmente sendo subavaliadas. E deu para o fato uma explicação no mínimo simplista: se não fosse assim, o governo não encontraria compradores.

VI. ENFRAQUECIMENTO DO ESTADO

A privatização como está sendo feita envolve um plano de crescente enfraquecimento do Estado no papel de indutor do desenvolvimento nacional. As grandes empresas estatais na área da infra-estrutura, sob a orientação do

Para o professor Roberto Mangabeira Unger, está em marcha "um projeto suicida de desmontar o Estado, com base num preconceito ideológico, que serve de oportunidade para negociatas"

poder público, realizam importantes encomendas e estimulam o aprimoramento das áreas fornecedoras.

Principalmente nos países pobres, de fraco desenvolvimento, o Estado não pode renunciar a seu papel econômico, ao contrário do que sustenta a propaganda privatista ou neoliberal, que procura sacralizar o papel do mercado. "Os mercados – diz o ex-ministro Bresser Pereira, em seu recente livro *A crise do Estado: ensaios sobre a economia brasileira* – não funcionam no vácuo. Eles são instituições que dependem de outras instituições, particularmente de um Estado forte (ainda que pequeno) e de um governo respeitado. Sem ele, não há economia capaz de funcionar."

Para o professor Roberto Mangabeira Unger, da Universidade de Harvard, o que está acontecendo "é um projeto suicida de desmontar o Estado, com base num preconceito ideológico, que serve de oportunidade para negociatas". Mangabeira Unger entende que só um Estado forte, capaz de investir, é que pode ser parceiro da iniciativa privada, que não tem condições de

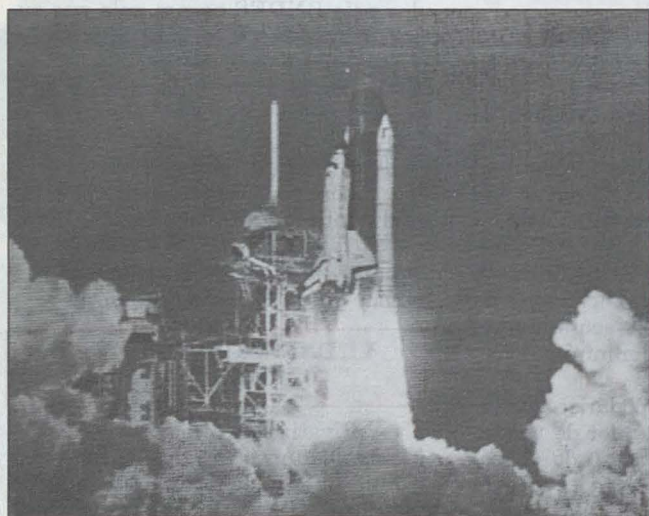
competir na economia mundial.

Em todas as experiências nacionais bem-sucedidas, até mesmo nos Estados Unidos, em que a TVA (Tennessee Valley Authority) teve uma função decisiva na recuperação da crise de 1929-30 e a Nasa é responsável pelas conquistas espaciais, o Estado desempenhou e desempenha papel insubstituível. E lá mesmo, com o agravamento da atual crise, já se fala em outro New Deal, que foi uma das mais drásticas intervenções do Estado na economia, antes da II Guerra Mundial.

VII. REDUÇÃO DO DÉFICIT PÚBLICO

Esta tem sido também uma das principais razões alegadas para o processo de privatizações. Os resultados obtidos, entretanto, revelam mais uma vez que a realidade é muito diferente da propaganda.

Os resultados financeiros das 20 primeiras privatizações, aí já incluindo a CSN, segundo cálculos do professor Reynaldo Passanezi Filho, da Fundação para o Desenvolvimento Administrativo de São Paulo, significam apenas 2% das despesas anuais do governo brasileiro com a rolagem de sua dívida, tomando por base o exercício de 1992. As "moedas podres" aceitas nos respectivos leilões exigiram do Estado o pagamento de US\$ 375,6 milhões de juros. Em compensação, deixou-se de receber US\$ 240,1 milhões, na forma de dividendos das empresas vendidas. A diferença,



A Nasa: uma empresa onde o Estado desempenha um papel insubstituível

de US\$ 126,5 milhões é, portanto, o ganho financeiro real do governo para abater nos juros da dívida mobiliária fora do Banco Central, que totalizaram US\$ 6,44 bilhões, constituindo os referidos 2% do custo anual da rolagem. Quase nada, portanto, para justificar a alienação de patrimônios tão valiosos.

Por outro lado, todas as siderúrgicas vendidas até agora, sem incluir a Açominas, representaram um ingresso para a União de US\$ 3.666,6 bilhões, tomando-se as "moedas podres" e os valores residuais recebidos em dinheiro efetivo.

Pois bem. Só o Plano de Saneamento do Sistema Siderbrás e a extinção da holding significaram mais de US\$ 13,2 bilhões da transferência de dívidas do setor siderúrgico estatal para o Tesouro Nacional. Ou seja, o governo assumiu diretamente a responsabilidade de dívidas que constituem mais de três vezes o valor total conseguido com a venda das empresas privatizadas. Uma operação ruínoza, como tem sido todo o processo privatizador.

Se quisesse realmente combater o déficit público, o governo teria outras fontes muito mais eficientes. Segundo o FMI, as empresas brasileiras deixam de pagar anualmente US\$ 15 bilhões de impostos. Ou, como sustentam os técnicos da Receita Federal, a sonegação total alcança quase CR\$ 1 em cada CR\$ 2 arrecadados. A solução, portanto, é óbvia: fazer os sonegadores pagarem o que devem. Ou elevar as alíquotas do Imposto de Renda, atingindo os rendimentos mais altos; ou ainda criar o imposto sobre as grandes fortunas, incluindo neste caso a riqueza dos contraventores, traficantes, lavadores de dinheiro etc., através de mecanismos que a Receita e a Polícia Federal conhecem bem e que poderiam ser postos em prática, havendo a necessária decisão política para isto.

Somente através de mecanismos dos CC5, as chamadas contas de não-residentes no país, sofremos uma evasão de US\$ 6 bilhões a cada ano. Como é dinheiro proveniente do caixa dois das empresas, deixamos de arrecadar, a título de impostos, mais de US\$ 1,5 bilhão, anualmente.

Com os "CDBs Carecas", denominação corrente no meio bancário para um tipo de operação casada (juros zero

Isno

Os grupos privados que compram pela metade, e até menos do valor as empresas estatais, recebem do governo transferências de recursos, que aumentam os contrastes e as injustiças sociais

na aplicação desses títulos e juros também zero em financiamentos para os respectivos aplicadores), o governo deixa de arrecadar, anualmente, de US\$ 5 bilhões a US\$ 6 bilhões na forma de impostos sobre operações financeiras.

Ou, mais ainda, o combate ao contrabando, às remessas irregulares para o exterior, os sub e sobrefaturamentos, toda a engrenagem umbrosa e multifacética do que o governador Leonel Brizola tem chamado de "perdas internacionais".

Tudo isso sem falar nos juros e serviços da dívida externa, que ultimamente se tornaram um assunto proibido no debate econômico, e que, segundo o Banco Central, em dez anos retiraram do país cerca de US\$ 130 bilhões, ou seja, mais do que o valor total da dívida (em torno de US\$ 100 bilhões).

Este é o caminho, e não a venda dos ativos públicos a preços irrisórios. Aliás, esta política irresponsável e dilapidatória de alienação das empresas estatais foi muito bem definida pela revista *Time*, insuspeita entre os insuspeitos, ao afirmar: "A privatização, sem que haja uma compensatória entrada de capital e só destinada a pagar a dívida e combater o déficit público, é o mesmo que vender a casa para comprar um carro novo. Quando acabar o carro, não haverá nem casa, nem carro."

VIII. CONCENTRAÇÃO DE RENDA

As privatizações brasileiras têm sido, num país já marcado por tão graves distorções na distribuição da renda nacional, um fator de concentração de riquezas. Os grupos privados que compram pela metade, um terço e até menos do valor as empresas estatais, recebem do governo volumosas transferências de recursos, que aumentam ainda mais os contrastes e as injustiças sociais.

Através das subavaliações das empresas privatizadas e da sobreavaliação dos títulos aceitos nos leilões (as "moedas podres"), pode-se chegar a um resultado, aproximadamente, de US\$ 14 bilhões, que foram embolsados pelos grupos compradores.

Com efeito, sobre o total de US\$ 5,7 bilhões apurados com a venda das 23 estatais privatizadas, os compradores

pagaram realmente a metade, isto é, apenas US\$ 2,85 bilhões, em virtude do deságio médio de 50% dos títulos usados nos leilões.

A prevalecerem os mesmos critérios de venda da Usiminas, aquelas 23 empresas deveriam valer US\$ 17 bilhões, três vezes o total pelo qual foram negociadas. Como seus arrematadores gastaram somente US\$ 2,85 bilhões, eles teriam lucrado alguma coisa em torno de US\$ 14 bilhões, quase 3% do PIB brasileiro. Isso é mais do que 100 PC Farias, do que mil negócios da Comissão do Orçamento.

IX. AUSÊNCIA DE CAPITAIS ESTRANGEIROS

Outro grande fracasso do programa de privatizações está relacionado com a participação dos capitais estrangeiros, também anunciada como uma de suas metas mais importantes.

Nos primeiros 20 leilões, só entraram US\$ 70,5 milhões, total que praticamente não mudou nas três últimas privatizações. Isto significa aproximadamente 1% do total arrecadado com a venda das estatais. Este número é particularmente decepcionante para a tecnocracia, porque existem cerca de US\$ 34 bilhões em títulos da dívida externa (DFAs), "moeda podre" que poderia ser usada nos leilões.

As explicações para o *forfait* dos capitais estrangeiros são várias, mas não podem disfarçar a frustração dos responsáveis pelo programa de desestatização, que esperavam muito mais do exterior. Na verdade, os investidores estrangeiros estão aguardando as chamadas "jóias da coroa", quase sempre em setores monopólicos, como a Petrobrás e as empresas de telecomunicações e energia, bem como a Vale do Rio Doce etc.

A decisão do Congresso, permitindo a participação estrangeira em 100% nos leilões de privatização, veio facilitar esta estratégia, pois somente gru-

pos multinacionais terão recursos para adquirir patrimônios industriais tão expressivos.

X. DESINFORMAÇÃO DA OPINIÃO NACIONAL

O programa de privatizações não foi precedido de um debate sério sobre seus rumos e objetivos. No lugar da discussão, impôs-se a propaganda. Em vez do exame detido do projeto, na perspectiva do interesse nacional, aceitaram-se acriticamente as fórmulas vindas de fora, comprometidas com as razões e os interesses de seus patrocinadores.

Todos os grandes veículos da mídia, sem exceção, estão comprometidos nesse processo de liquidação dos bens estatais. Assistimos nestes anos a uma verdadeira lavagem cerebral da população, como nunca víamos antes, no sentido de "popularizar" as teses privatistas.

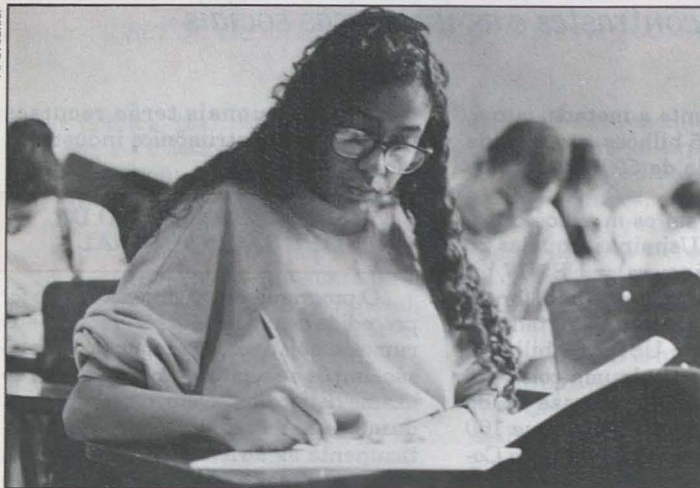
Além dos anunciantes, principalmente as multinacionais, que apóiam abertamente as privatizações e compõem um grupo de pressão irresistível sobre os grandes veículos, o próprio governo brasileiro já gastou mais de US\$ 50 milhões com a propaganda do programa de desestatização.

O resultado de toda essa campanha maciça de desinformação da opinião pública é que a população, que há três anos defendia as estatais, segundo pesquisas do DataFolha e do Centro de Cultura Contemporânea de São Paulo (Cedec), passou a aceitar as privatizações.

Depois de todas estas constatações, a pergunta que fica é esta: se não se enquadraram num programa de desenvolvimento nacional, se não reduzem o déficit público, se não liberalizam a economia, se não evitam a concentração de renda, se não aumentam a concorrência no mercado, se não preservam o patrimônio estatal, liquidado por valores irrisórios, por que e para que as privatizações? ■

Uma política nacional de leitura

A. C. Winter



Merenda e prédios não bastam: é preciso estimular a capacidade intelectual dos jovens

O Brasil está habituado a conviver com estatísticas desalentadoras na área de educação. A sociedade vive os transtornos de um sistema de ensino combatido, mas tenta fazer emergir uma educação de qualidade

Sandra Almada

A ineficácia da escola brasileira exhibe números que beiram recordes. A taxa de evasão escolar é uma das mais altas do mundo: 70% dos estudantes brasileiros abandonam a escola antes de terminar o primeiro grau. Com aproximadamente 18 milhões de analfabetos, o Brasil destina à educação apenas 3,3% de seu Produto Interno Bruto (PIB). Há ainda complicadores circunstanciais.

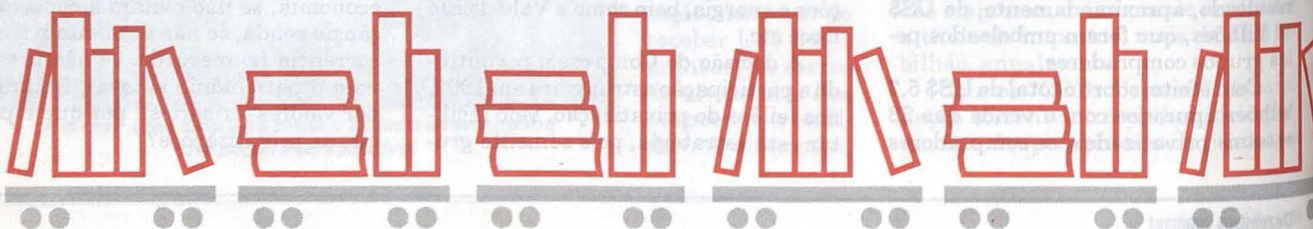
Existem rumores de que uma peleja orçamentária travada entre os ministros da Educação e da Fazenda reduzirá os já parcos investimentos na área educacional, colocando em risco a remessa de 18% da arrecadação da Receita Federal, garantida pela Constituição, para o ministério de Murílio Hingel. Os danos são previsíveis num sistema de ensino que comporta 30,1 milhões de alunos matriculados nas escolas e cerca de 3,5 milhões prestes a ingressar nelas.

Para assegurar escola a todos, o Ministério da Educação planeja a construção de 200 novos estabelecimentos no próximo ano. Ele conta ainda com recursos do Banco Mundial para, entre outras prioridades, distribuir 100 milhões de exemplares de livros didáticos, formar 625 mil professores e recuperar ou construir 119 mil salas de aula. Tudo isto através do Projeto Nordeste de Educação, voltado exclusivamente para o ensino de primeira à quarta série naquela região. Não há como negar que os percalços não diferem muito de episódios passados. No Brasil, o que mostra a tradição é que políticas públicas de educação correspondem a problemas com dotação orçamentária e as conseqüências graves na hora de sua implantação. A revista *IstoÉ/ Senhor*, edição de 20 de outubro, informa que o Brasil encontra-se entre os países subdesenvolvidos mais populosos do mundo, ao lado de Bangladesh, China, Indonésia, Índia, México, Nigéria e Paquistão. Juntos esses países somam

mais da metade da população mundial e reúnem os piores índices de educação do planeta.

Na verdade, informações como estas servem para comprovar que medidas como distribuição de livros didáticos e merenda aos estudantes, assim como a

Foto ONU



Helenice Valras e o secretário estadual de Educação Noel de Carvalho



construção de prédios, embora inegavelmente necessárias, são insuficientes para resolver os problemas educacionais brasileiros. Eles esbarram invariavelmente na questão pedagógica.

A falha da letra – Os jovens e adolescentes que permanecem na escola e tentam mais tarde o ingresso no mercado de trabalho são vítimas de uma das mais graves falhas que aquela instituição legou à sua formação – deficiências no uso da língua com todas as conseqüências que dela decorrem. Pobreza vocabular e dificuldade de expressão de pensamento são máculas presentes na avaliação profissional de candidatos às mais diferentes carreiras.

“A formação de professores não privilegia a leitura como seu principal instrumento de trabalho. Professor que não lê habitualmente não consegue fazer de seus alunos leitores habituais. E quem não lê com freqüência não pode escrever com clareza”, afirma Elizabeth Serra, pedagoga e secretária-geral da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – seção brasileira do International Board on Books for Young People, organismo da Unesco para o livro infantil.

Segundo documento emitido pelo

Banco Mundial, em setembro deste ano, a América Latina tem um dos piores desempenhos escolares do mundo, o que põe em risco suas possibilidades futuras de desenvolvimento. A instituição propõe que sejam reduzidos o apoio e subsídios à educação de terceiro grau e que se invista no ensino básico. O Banco Mundial enfatiza que o acesso à universidade está vedado aos pobres e que a América Latina, investindo sete vezes mais no sistema de ensino universitário do que na educação de base, está incorrendo numa inversão perigosa. A repetência nas primeiras séries do primeiro grau, além de um custo social alto, traz consigo um adicional de US\$ 2,5 bilhões aos gastos dos governos latino-americanos com educação. A este dado, o informe acrescenta ainda que os alunos latino-americanos submetidos a exames de leitura, matemática e ciências tiveram aproveitamento inferior a alunos da Ásia Oriental. Nos exames de ciências e matemática aplicados em crianças de 13 anos, os brasileiros ficaram em penúltimo lugar, seguidos de moçambicanos.

O valor da leitura – Para o historiador e escritor Joel Rufino dos Santos, o professor brasileiro, de modo geral, desconhece a importância e o significado que a literatura tem para a pedagogia. “Todo o aprendizado passa pela leitura. A criança que sabe ler um problema de matemática tem 50% de chances de resolvê-lo”, diz, acrescentando que a escola precisa entender a importância da experiência literária.

A história da educação no Brasil explica parte do fracasso institucional da escola no papel de democratizar o ensino, alfabetizar a população e dotá-

la do gosto e do hábito da leitura, com todos os enormes benefícios que isto poderia trazer ao cidadão brasileiro. “A educação básica no Brasil é direito recente”, diz Elizabeth Serra, lembrando que a Constituição de 1946 foi o primeiro texto a falar sobre a obrigatoriedade do ensino básico.

“Os pobres até pouco tempo atrás não tinham acesso à escola. Os primeiros estabelecimentos de ensino surgiram para atender às classes privilegiadas no final do século passado. O modelo econômico desenvolvimentista gerou, mais tarde, a necessidade de se formar mão-de-obra, e fez da leitura, mesmo de maneira restrita, condição básica para o trabalho”, acrescenta.

Alfabetizar, tarefa que, a cargo da escola, parece restrita a ensinar o aluno a associar letras a sons e a reconhecer palavras, é uma habilidade que pode ser perdida com facilidade.

Werner Zotz, escritor de literatura infanto-juvenil, afirma que, só quando a leitura fizer parte do ambiente cultural de um povo e existirem livros identificados com os anseios e gostos das diversas faixas etárias da população, é que poderemos afirmar que todos gozam do mesmo direito de ler.

O escritor esclarece que vivemos numa época que, de modo geral, valoriza demasiadamente o conhecimento e o talento técnico, em detrimento do raciocínio. “O que diferencia o homem dos seres irracionais é a capacidade de raciocinar e de falar. Assim, trabalhar com a linguagem é criar condições para o crescimento do ser humano. Mais importante que apertar um parafuso é saber por que o apertamos. Todo o talento técnico que pudermos acumular não vai contribuir para o problema

O Brasil figura ao lado da Índia entre os países de piores índices de educação

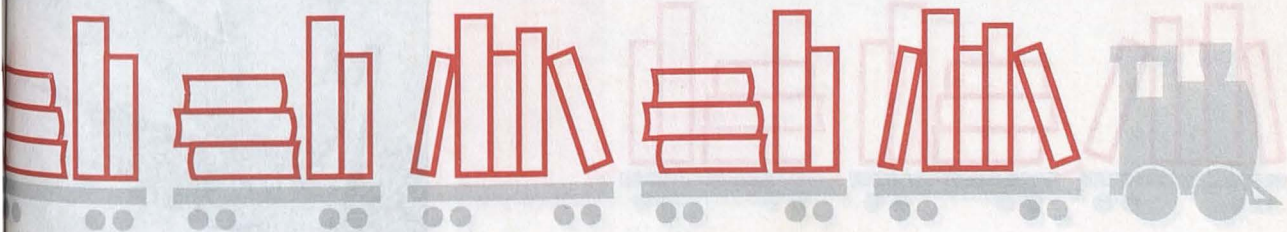




Foto ONU

O país tem 1,4 milhão de analfabetos entre 15 e 19 anos

da coexistência, nem para a nossa realização pessoal”, argumenta Werner.

Função política – Nas sociedades humanas, arcaicas e de tradição oral, ou letradas e modernas, a linguagem está a serviço do pensamento e os limites impostos ao seu domínio e desenvolvimento implicam limites de formas de vida, de possibilidades de leitura crítica e reflexiva do mundo em que estão inseridas.

A democratização de oportunidades de acesso à leitura levanta, portanto, questões de natureza eminentemente política. Se, no Brasil, por razões históricas, sociais e econômicas, a grande maioria das famílias não tem a leitura integrada ao seu cotidiano, cabe à escola a importante função de transformar um enorme contingente de pessoas em leitores. No entanto, a escola pública, com raríssimas exceções, parece, até agora, não ter aceito o compromisso. Distantes de suas salas estão 1,4 milhão de analfabetos com idade entre 15 e 19 anos. Não sabemos se eles ingressarão nela. E dentro de suas dependências, a promoção da leitura por professores-leitores é rara.

Se passarmos às bibliotecas públicas esta tarefa, o problema permanece insolúvel. Elas são tão sacralizadas, burocratizadas e distantes da população que estão longe de fazer parte do roteiro de jovens e crianças quando estes estão fora da escola. Mesmo que os livros das bibliotecas lhes despertassem um súbito interesse, eles enfrentariam um outro problema. No Brasil, o único estado que comporta uma rede de bibliotecas infantis com acervo atualizado e de qualidade é São Paulo.

A escola resiste – Em edição de setembro de 1992, o jornal *O Globo* noticiava que 88% dos 37.339 candidatos a professor da rede municipal de ensi-

no do Rio de Janeiro foram reprovados. O jornal sinalizava que a origem do despreparo do professorado estaria nos cursos de formação, que fazem deste profissional um “iniciado em técnicas de ensino, mas vazio de conteúdo”, desabituaado a ler e, portanto, com dificuldades para escrever. A análise é pertinente. Durante muitos anos, a escola pública atribuiu exclusivamente ao contexto familiar e cultural de seus alunos, bem como a deficiências congênitas, o fracasso que eles conheciam na escola.

Joel Rufino acrescenta: “O sujeito da cultura popular está querendo ler, se modernizar para entrar no mercado de trabalho e no mundo da computação, das altas tecnologias. As culturas populares, mesmo de tradição oral, são altamente literalizadas. Produziram um sem-número de formas literárias – o cordel, as histórias, os folguedos, os cortejos, as parlendas, os enredos e tantas outras. Portanto não são as classes populares menos capazes de vivenciar a experiência literária.”

Sala de leitura – Seria incorreto afirmar que nossos educadores privam intencionalmente os estudantes do contato com a literatura. Na verdade, o que ocorre é um erro de foco. No segundo grau, por exemplo, ela é apresentada formalmente como uma disciplina que comporta gêneros, movimentos e escolas. Textos literários são pretextos para provas e deveres. O que não se estimula é o hábito de se desfrutar da arte.

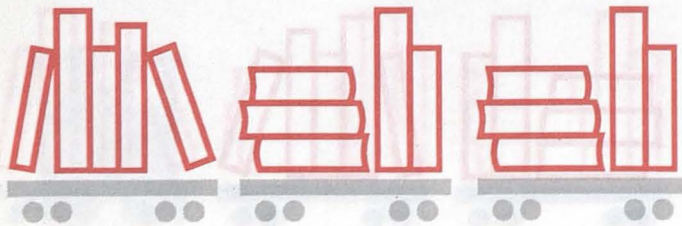
Em 1983, a Fundação Nacional do Livro Infantil, a Fundação Roberto Marinho e a Hoechst do Brasil implantaram o projeto Círculo de Livros, permi-

tando a 30 mil crianças de escolas públicas do Brasil inteiro o acesso à literatura infantil-juvenil. Esse modelo de difusão do livro resultou em tamanho êxito que a Fundação de Apoio ao Estudante (FAE), órgão do Ministério da Educação, criou o programa Sala de Leitura/Biblioteca Escolar. Embora a sua distribuição de livro seja oscilante e não venha acompanhada de uma estratégia de aproveitamento deste material em sala de aula, o programa movimentou uma grande soma de dinheiro.

A Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro está às voltas com a implantação de um projeto que prevê a criação de 100 salas de leitura em escolas do estado, abertas a alunos, professores e à comunidade. “Precisamos associar o livro à cultura e ao prazer, e não a imposições de sala de aula”, diz Helenice Valras, diretora da assessoria de projetos especiais da Coordenadoria Geral Pedagógica da Secretaria de Educação fluminense.

Há ainda os que defendem uma política nacional de leitura que não se restrinja aos quatro cantos da escola. O projeto Pró-Ler, da Fundação Biblioteca Nacional, tem o maior banco de dados sobre experiências pedagógicas da América Latina. O projeto estimula a promoção de leitura em hospitais, praças, igrejas e sindicatos.

As classes populares são plenamente capazes de vivenciar a experiência literária



U m U l s t a s l o s b i l i o s

Preocupação mundial - Este ano, na cidade de Bolonha, na Itália, profissionais de 65 países com atividades ligadas ao livro - editores, escritores e professores - reafirmaram o compromisso de construir as bases para que a leitura se dissemine em escala mundial.

A 30ª Feira Internacional do Livro Infantil de Bolonha abriu-se ao intercâmbio cultural e incluiu uma conferência de ministros europeus de educação e um seminário sobre a importância da difusão da leitura no mundo.

Na Feira do Livro de Frankfurt - maior evento internacional do gênero - a União Internacional de Editores apresentou os resultados de uma experiência original. Entre os exemplos de intervenção do setor editorial na promoção de leitura destacou-se o trabalho realizado por editores em escolas onde o interesse pelo livro era muito pequeno. Ao adotarem estas escolas, as editoras estreitaram o contato com os estudantes, e o apadrinhamento resultou em alunos produzindo seus próprios livros. "O engajamento dos editores em ações desta natureza contribuirá decisivamente para a democratização da qualidade da educação brasileira. Talvez seja, da parte dos editores, a maior responsabilidade social na direção de uma sociedade leitora", diz Elizabeth Serra, acrescentando que, em 1994, em Frankfurt, o Brasil será o país homenageado.

Durante todo o ano, a maior biblioteca da Alemanha apresentará ao público um acervo com nossos melhores títulos e ilustrações na categoria literatura infanto-juvenil. Em seguida, a exposição itinerante passa a percorrer várias cidades da Europa.

A homenagem é merecida. Em 1943, o escritor Monteiro Lobato fundava a Editora Brasiliense, e passava a publicar suas obras completas, um dos ícones da literatura para crianças. A iniciativa de Lobato inaugurava o movimento editorial brasileiro.

Contudo, até a década de 60, nossos livros infantis ainda eram, em sua

grande maioria, traduções ou versões de autores europeus. Entre os anos 70 e 80, o mercado editorial absorve o surto criativo na produção literária infanto-juvenil. Premiadas internacionalmente, nossas obras passam a figurar entre as mais importantes do mundo.

Feiras brasileiras - A Bienal In-

vros em vários estados, fazendo escoar para áreas menos favorecidas a produção literária que se concentra nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. A Vale do Rio Doce, por exemplo, promove "viagens literárias" em municípios longínquos, onde a empresa desenvolve seu trabalho.

A Bienal do Livro do Rio atraiu 940 mil visitantes em 1993

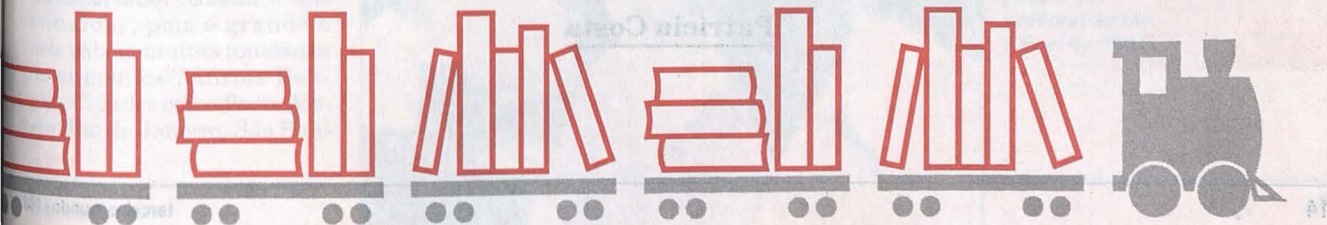


ternacional do Livro do Rio de Janeiro e a Bienal de São Paulo são os dois eventos brasileiros de porte que, anualmente, chamam a atenção da população urbana das duas grandes cidades para o livro, além de atrair visitantes e especialistas de todo o país. A Bienal do Rio recebeu em setembro 940 mil pessoas, das quais 31% eram estudantes.

A Bienal de São Paulo não exibe números menores. Em 1992, atraiu 1,2 milhão de visitantes e, de seus eventos paralelos, também realizados pela bienal carioca, participaram 2.363 professores da rede pública, para os quais a organização da feira tem reservado workshops com o objetivo de prepará-los para a função de "mediadores de leitura".

O formato que a bienal carioca e a paulista têm dado à promoção do livro e à formação de leitores é semelhante ao que outras instituições sensíveis à questão vêm seguindo. A Companhia Vale do Rio Doce e o Serviço Social do Comércio (Sesc) patrocinam exposições de li-

Em 1992, o projeto "Feira do Livro", da Vale, foi responsável pela venda de 22 mil exemplares de livros, mobilizou 35 editoras e expôs cerca de 3 mil títulos. Números nada desprezíveis quando se trata de um país estigmatizado pelas altas taxas de analfabetismo e baixa escolaridade de seu povo. Em cada feira, centenas de visitantes dividem suas atenções entre o mundo mágico das palavras, sessões de autógrafos com autores renomados e escritores da comunidade, espetáculos de teatro, música e folclore. Num território de dimensões continentais, caracterizado por diversidades regionais, por vezes abruptas, a promoção de leitura cumpre, desta forma, seu papel político. Integra contextos sócio-culturais díspares, democratiza o acesso ao conhecimento e à arte, assim como fortalece a unidade nacional através de uma estratégia simples e eficaz: cuidados especiais com o patrimônio lingüístico da nação. ■



Um Natal solidário

Gianne Carvalho Soares dos Santos



Quase um ano depois de lançada, a Ação da Cidadania se prepara para entrar em nova fase e organiza uma grande campanha em prol de um Natal sem fome

Patrícia Costa

Há um aroma de solidariedade no ar. É assim que pensam o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e todas as pessoas envolvidas na Ação da Cidadania contra a Miséria, a Fome e pela Vida. Depois de quase um ano de realizações, ele constata que a mobilização do cidadão comum é o maior triunfo da campanha, e anuncia mais um movimento que vai aproveitar o mês de dezembro para acontecer: é o Natal sem Fome, "o Natal da solidariedade permanente", cujo objetivo é ampliar o tradicional espírito natalino. "O Natal tem um simbolismo fortíssimo, de amor, de paz e de harmonia entre os homens. É o momento de se trabalhar nisso", explica o sociólogo.

O Natal sem Fome levará pelo menos uma cesta básica para cada família miserável brasileira. Impossível? Nem tanto, para este incansável lutador. Se cada comitê cuidar das famílias de sua região, o trabalho será menor e mais eficaz, segundo ele. "No Rio, por exemplo, são 170 mil famílias de indigentes, ou seja, é preciso distribuir apenas 170 mil cestas. É fácil, basta organização", diz Betinho, que quer resgatar o Natal do seu tempo, "com presépio e terço rezado em família".

Um Auto de Natal foi elaborado junto com os compositores Guinga e Aldir Blanc e o diretor de teatro Aderbal Freire Filho, onde o cidadão vai ter presença certa. O auto do Rio de Janeiro será o principal, e servirá de elemento centralizador de todos os eventos que os comitês quiserem realizar.

Outra realização do Natal sem Fome é o Trem da Solidariedade, que, desde novembro, está percorrendo cidades do Sul e Sudeste para levar alimentos a cidades do Nordeste, em particular na área da seca, que é a maior região de miséria do país. "A idéia é usar o trem como transportador, coletor e distribuidor, pois é grande e nele cabem muitas toneladas de alimentos", afirma Betinho. Cidades como Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Pau-

lo e Salvador estão marcadas no trajeto do trem, que segue um mapa da Rede Ferroviária Federal.

Sucesso - O apelo da Ação da Cidadania para dar um basta à miséria nacional não foi feito a instituições, igrejas ou governo, mas ao cidadão. O resultado disso, em praticamente um ano de campanha, é impressionante. São quase cinco mil comitês espalhados pelo país (sem contar as pequenas iniciativas que não se organizam em comitês), trabalhando para alimentar e dar condições dignas para mais de nove milhões de famílias que vivem em situação de indigência. É a vitória da solidariedade.

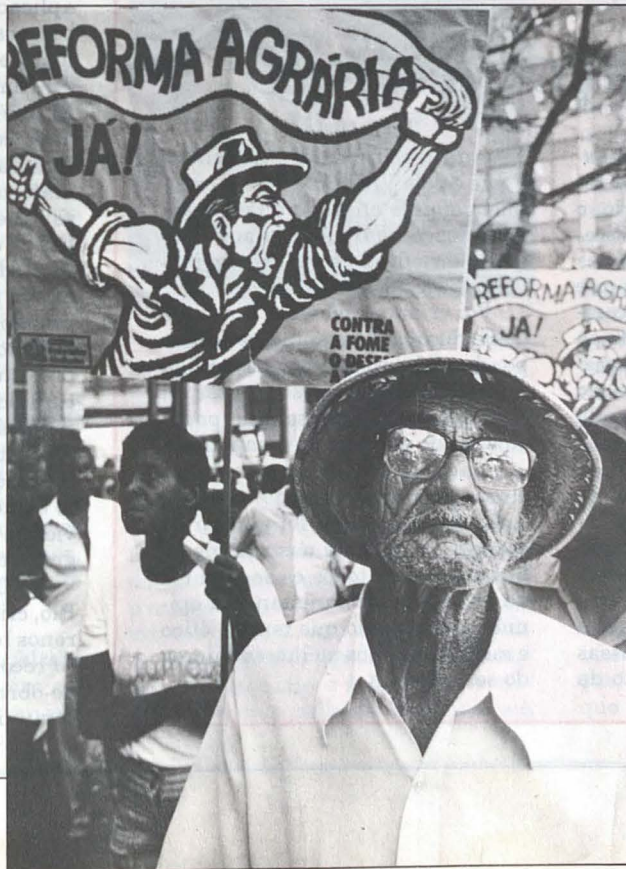
Betinho, a figura mais popular do movimento, não se surpreende. Para ele, todos estavam somente esperando por uma oportunidade para fazer alguma coisa. "Estamos mostrando que o país é capaz de solidariedade", afirma.

A ação virou moda. Atualmente, existem comitês em todos os estados. No Nordeste, Pernambuco é o que mais tem comitês, com cerca de 100. Vando Nogueira, membro do comitê estadual, afirma que a mídia está ten-

do um papel muito importante na divulgação da campanha: "Quando o Betinho esteve aqui, se surpreendeu com a organização, e considerou que somos o terceiro estado mais estruturado e engajado com a mídia." No Recife, até o consulado dos Estados Unidos ajudou, promovendo a "Dança contra a Fome", com a participação de dois bailarinos norte-americanos.

A mídia é um veículo essencial para o sucesso do movimento. Neste aspecto, a grande surpresa, para Betinho, foi a adesão de Fausto Silva. Desde que soube da campanha, o apresentador não pára de falar nela em seu programa, *Domingão do Faustão*. As novelas também estão divulgando, assim como as pequenas chamadas em todos os canais de TV. Existe, porém, uma grande lacuna a ser preenchida: o telejornalismo da TV Globo ainda não dá uma cobertura nacional à campanha. "É o *Jornal Nacional* que o Brasil todo assiste. Embora os outros canais de TV dêem boa cobertura, só quando a Globo entrar com o *Fantástico* e o *Globo Repórter* é que a Ação da Cidadania vai cair na boca do povo", diz Betinho. Para ele, divulgar a campanha não é um favor, mas um dever cívico.

A comunicação irregular entre os comitês é ainda um fator muito presente. Pelo menos é o que afirma Lisleine Uchôa do Lago, assessora de imprensa do Comitê Rio: "Acontecem tantas coisas que fica difícil a gente ficar sabendo." Ao mesmo tempo ela considera que esse aspecto descentralizador tem vantagens, pois "ajuda a deslançar os comitês, que têm liberdade para se desenvolverem livremente". Criado em abril deste ano, o Comitê Rio tem uma função de divulgador de informações entre os comitês espalhados pelo estado. As-



Ronaldo Khon

Cento evinte mil famílias devem ser assentadas até o final de 1994

**Betinho:
é preciso mudar
cara do Brasil**

sim é com cada comitê estadual. "Existe uma secretaria executiva nacional com sede em Brasília, que tenta quantificar e orientar os comitês, mas eles brotam rapidamente, e nós estamos sempre atualizando os cadastros", conta a assessora.

Nova fase – Minas Gerais detém a maior concentração urbana de indigência do país. São cerca de 970 mil famílias vivendo pelas ruas em situação de miséria. O estado enfrenta, além da dificuldade de comunicação entre os comitês, uma mídia impressa tímida e relutante, que dá pouca cobertura à campanha. Mesmo assim, já são mais de 330 comitês, segundo Rogério de Souza, membro do Fórum Estadual de Minas Gerais e sobrinho de Betinho. "Mas ainda é muito pouco, pois o estado tem 700 municípios", pondera Rogé-



rio. A maior parte destes comitês já está trabalhando na promoção de geração de emprego – a segunda fase da ação da cidadania.

"A primeira fase, de ação emergencial, tem como objetivo dar comida aos 32 milhões de indigentes brasileiros. Esta já está sendo cumprida com sucesso. Mas só isso não basta. É preciso mudar a cara do Brasil em sua essência. Para isso, temos a segunda fase, a da ação estrutural, que visa gerar empregos para pelo menos nove milhões de pessoas e promover uma melhor distribuição da renda nacional", expli-

ca Betinho. Para ele, entra aí a ação das prefeituras e dos empresários, principalmente.

Os cidadãos devem pressionar os governos para que estes promovam obras públicas, e devem conscientizar a classe empresarial a não ficar num nível assistencialista, e passar a dar emprego, realmente. Há ainda uma forma alternativa de geração de emprego, viabilizada através dos comitês. Um exemplo é o Comitê de Campinho, no Rio. Ali foi implantado um projeto de grupo de produção. Com espaço e máquinas doados, algumas pessoas estão fazendo roupas e sapatos. Parte do lucro das vendas destes produtos é aplicada em melhorias de problemas básicos da região, como casas, sistemas de água, esgoto etc.

Em Montes Claros, no interior de Minas, 13 comitês se mobilizaram para construir 120 casas populares. "Fizeram uma vaquinha para comprar material de construção e as casas estão sendo erguidas com o trabalho de mutirão", explica Rogério de Souza. É em Belo Horizonte que se constata uma maior participação da prefeitura nos projetos. Rogério conta que há uma comissão, formada com a parceria da prefeitura, que vai conseguir a reabertura do restaurante popular, perto da rodoviária da cidade, fechado há anos. "O restaurante atendia a muitas pessoas, servindo almoço a um preço muito baixo. A reabertura vai trazer a novidade de oferecer um sopão no jantar, gratuitamente", conta.

O Comitê Valença, no estado do Rio, criou hortas comunitárias em terrenos baldios utilizando adubo orgânico recolhido do lixo doméstico e mão-de-obra dos desempregados da própria comunidade.

O começo de tudo

Depois do *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello, no final do ano passado, o Movimento pela Ética na Política, formado por cerca de 900 entidades não-governamentais, decidiu que "democracia e miséria são incompatíveis" e resolveu atuar junto ao governo para elaborar um programa que pudesse mudar a situação brasileira. Uma comissão formada por Betinho, dom Mauro Morelli (bispo de Duque de Caxias, no Rio), Anna Peliano (coordenadora do Mapa da Fome, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea) e Denise Paiva (assessora da Presidência da República), preparou um Plano de Combate à Fome e à Miséria. Da união dessas iniciativas foi lançada a Ação da

Cidadania contra a Miséria, a Fome e pela Vida. A idéia era espalhar comitês em todo o país para que, descentralizada, a ação pudesse ser eficaz na solução de problemas locais.

Foi criado também o Conselho de Segurança Alimentar, presidido por dom Mauro e composto por oito ministros e 21 representantes da sociedade, que representa a participação do governo na campanha.

Iniciada com total adesão da classe artística em todo o país, a Ação da Cidadania foi ganhando espaços na mídia e nas mentes de brasileiros em todos os segmentos da sociedade, conquistando a opinião pública pelo que tem de ético e mobilizador dos melhores valores do ser humano.

A vez do governo – Seguindo a linha da campanha, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) está pressionando o governo federal para realizar o processo de democratização da terra, que exige, para começar, a assinatura de 45 projetos de assentamento que já estão prontos. Esses projetos atendem diretamente a sete mil famílias de trabalhadores rurais. A meta é fazer o governo assentar 120 mil famílias até o final do ano que vem. Muito distantes ainda da sonhada reforma agrária, essas ações contribuem, todavia, para a diminuição da pobreza no campo. “O latifúndio no Brasil é o maior agente de miséria em todos os tempos. Precisamos racionalizar a distribuição da terra”, diz Betinho.

Outra meta do Consea é elaborar um plano para distribuir as 360 mil toneladas de alimentos que estão estocadas nos armazéns governamentais,

O brasileiro comum está envolvido no combate à fome

com a participação das prefeituras e da sociedade civil. Quem receber o alimento realizará alguma ação, para que não se sinta um pedinte, mas sim um cidadão recebendo solidariedade.

Estatais como a Caixa Econômica Federal, a Petrobrás, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Vale do Rio Doce e o Banco do Brasil entraram com tudo na campanha. Este último é considerado por Betinho como um grande fenômeno, pois fez de sua rede de bancos, com mais de cinco mil agências e 120 mil funcionários, um grande pólo organizador, presente nos cantos mais remotos do país.

Ação total – Exemplos não faltam para demonstrar que o brasileiro comum está se envolvendo neste proces-

so de mudança por que passa o país. No Rio, a maioria das peças teatrais é precedida por uma mensagem gravada por Betinho para a campanha. Os cinemas exibem pequenos documentários ou comerciais sobre a fome antes de começar cada filme. Artistas se mobilizam para promover shows. Um dos exemplos mais impressionantes ocorreu em seis unidades do sistema penal fluminense. Os próprios presos se propuseram a doar parte de suas refeições à campanha. Em Niterói, num presídio feminino de regime semi-aberto, as detentas resolveram doar sua produção de artesanato para um comitê colocar à venda.

Orlando Dias



Nos demais estados, em cada comitê surgem idéias de festas, gincanas, festivais de música, competições esportivas, exposições, mutirões, tudo visando ao recolhimento de doações de alimentos e dinheiro ou promovendo iniciativas para gerar emprego para quem precisa. Lojas lançam camisetas, padarias e lanchonetes arrecadam doações, supermercados e *shoppings* promovem eventos que mobilizam muitas pessoas. Até a Rede Rio, rede de computadores ligada à Rede Nacional de Pesquisas e à Redenet (rede-mãe com dois milhões de pontes em

125 países), entrou na campanha. Através de um intercâmbio de informações com o mundo todo, cientistas e estudiosos estão buscando saídas criativas para os problemas emergenciais brasileiros. Afinal, como diz Betinho, a fome e a miséria são questões mundiais. “A ciência tem que erradicar a fome. Se não serve para isso, não serve para nada. O cientista tem que participar, ele também é cidadão”, afirma o sociólogo.

É o fim da era da apatia e do conformismo. As pessoas, como afirma Lisleine Uchôa, “estão com fome de ser cidadãs, e todos sabem que esse movimento não é imediatista. As consequências visam à melhoria do futuro não só para os miseráveis, mas também para quem está realizando algo”.

Repercussão – De tão intensa, a Ação da Cidadania extrapolou as fronteiras nacionais. Já foi notícia em jornais como o *The New York Times*, o francês *Libération*, o alemão *Die Tageszeitung*, e em televisões da Alemanha e da Inglaterra. Em Roma, Santiago do Chile, Paris e Zurique, brasileiros organizaram comitês, não só para mandar ajuda ao Brasil mas também para espalhar a novidade por outras partes do mundo. O Grupo Pueblo, uma ONG instalada no México, quer propor uma campanha contra a fome por toda a América Latina. O cantor Fagner fez um show pela vida em Tóquio. Betinho diz que o mais importante é que essas iniciativas estão ocorrendo de fora para dentro: “Nós ainda não fomos pedir ajuda lá fora. Eles é que vieram em nosso auxílio.”

Para todos os cidadãos envolvidos, essa onda de solidariedade está mais forte do que nunca, pois independe de governos, patrocínios ou modismos. O brasileiro está reaprendendo a exercer sua cidadania, realizando e unindo esforços para tentar solucionar o problema da fome, que mata 150 mil crianças anualmente; são seis Vietnãs, sem guerra e sem bombas.

Numa época em que escândalos de corrupção na vida política pipocam diariamente na mídia e a inflação corrói os salários da maioria das pessoas, a Ação da Cidadania vem provar que a vontade popular pode gerar mudanças, independente da conjuntura em que vive o Brasil. ■

Quem faz as notícias que nós consumimos?

As grandes agências de notícias fazem uma cobertura muito secundária dos acontecimentos no Terceiro Mundo

Ana Paula Araújo

Quem foi o primeiro presidente da Argentina? Nós, brasileiros, costumamos lembrar do general José de San Martín, mas o nome de George Washington, primeiro presidente dos Estados Unidos, vem fácil à mente da maioria do povo alfabetizado do nosso país. É fato que o neocolonialismo norte-americano tem tido na televisão – o meio de comunicação de massa mais poderoso da atualidade – uma aliada na sua perpetuação.

O noticiário internacional em nossas emissoras de televisão começou a se expandir nos anos 70, em plena ditadura, quando a censura proibia que a maior parte das notícias fosse ao ar. Em abril de 1974, a jornalista Sandra Passarinho, primeira correspondente de televisão no Brasil, foi deslocada pela TV Globo para cobrir a “revolução dos cravos” em Portugal. Sandra viajou durante mais de cinco meses a trabalho por vários países, e só então a equipe se estabeleceu em Londres. Em seguida, veio o escritório de Nova Iorque e, a partir daí, os grandes correspondentes brasileiros se deslocaram para cobrir todos os grandes eventos do mundo.

Com o fim da ditadura, cresceu o espaço dedicado ao assunto de maior interesse do telespectador brasileiro: a política nacional. O noticiário internacional foi perdendo espaço, a ponto de hoje, no caso específico da TV Globo, o material sobre outros países exibido no *Jornal Nacional* – o telejornal de maior audiência do Brasil – não ser capaz de preencher um bloco de notícias. Os correspondentes fixos nos escritórios – que sempre ficaram nos Estados Unidos e Europa, nunca em Buenos Aires, por exemplo – foram reduzidos de oito para quatro.

A redução do noticiário internacional é explicável, mas nem mesmo a alegação de que o público não se interessa pelo que acontece no mundo pode justificar que a Tv abra mão de seu papel de formadora de opinião e deixe de veicular os fatos importantes. Especialmente sobre países vizinhos com os quais existe um projeto de trabalho coordenado, como é o caso do Mercosul.

As agências transnacionais de notícias são a fonte da maioria das ima-

sem recorrer às entrevistas em inglês concedidas às agências de notícias.

Mas nem sempre os correspondentes evitam que as notícias cheguem até nós sem nenhuma perspectiva latino-americana. A cobertura sobre o escândalo de corrupção na Itália foi um exemplo. Numa reportagem exibida pelo *Jornal Nacional*, o correspondente dizia que os moradores de Milão estavam se sentindo com a reputação manchada e que, por isso, haviam abandonado a pretensão de sediar as Olimpíadas do Ano 2000. A matéria poderia ter sido aproximada dos problemas vividos pelo público brasileiro com a simples lembrança de que Brasília tinha a mesma pretensão e, coincidentemente, o presidente do comitê que tentava trazer os jogos para a capital federal também estava envolvido em denúncias de corrupção: era o deputado Paulo Otávio, do PRN do Distrito Federal, amigo pessoal do ex-presidente Collor.

Em geral, os meios de comunicação estrangeiros se tornam mesmo a principal fonte de informação. Além das agências World Television News (WTN), dos Estados Unidos, da rede norte-americana de TV Cable News Network (CNN) e da agência inglesa Reuter (antiga Visnews), restam ainda os jornais dos Estados Unidos e Europa, que servem como referencial de credibilidade. “Deu no *New York Times*” e está confirmada a informação. O peso da opinião desses veículos sobre os grandes fatos internacionais ou mesmo sobre aspectos da nossa própria realidade é tão grande que nossos telejornais sempre noticiam com destaque o que eles dizem, principalmente a imprensa norte-americana. E a falta de investimentos em correspondentes e na obtenção de informações diferenciadas com ótica brasileira ou latino-americana mostra que estare-

Se a televisão não é responsável pela fragmentação da América pobre, também não contribui para sua integração

gens e informações que circulam no mundo. Delas se nutrem as nossas emissoras de televisão. Essas agências, naturalmente, informam tudo o que se passa em seus países. É dessa forma que mesmo matérias locais provenientes dos países desenvolvidos, sem nenhuma importância fora do país de origem, entram em nosso noticiário internacional.

As grandes redes brasileiras procuram driblar a pasteurização das agências com correspondentes internacionais. No caso da cobertura de esportes, por exemplo, quem tem um correspondente acompanhando os grandes prêmios de Fórmula-1 pode mostrar para seus telespectadores declarações em português dadas pelo piloto Ayrton Senna,

COMUNICAÇÃO

mos cada vez mais à mercê das informações da CNN e outros meios de imprensa do Primeiro Mundo.

No caso da televisão, o domínio aparece também explícito no campo das imagens. Afinal, não se faz Tv sem elas. Nos últimos 40 anos, nos acostumamos a guardar os principais acontecimentos do mundo através de suas imagens exibidas na "telinha". O mito que se criou em torno da imagem contínua, em ação, possibilitou o reconhecimento dos esforços da equipe do astronauta Neil Armstrong. Se com as imagens registradas pela Tv muitos ainda se recusam a acreditar que o homem tenha pisado na lua, sem elas ficaria impossível.

É por isso que os brasileiros lembram claramente do jovem chinês na frente de um tanque durante o massacre da Praça da Paz Celestial. Uma imagem exibida pela Tv brasileira porque veio no pacote das agências de notícias e foi distribuída para todo o mundo. A vontade de nossos editores está subordinada à pré-seleção dos órgãos internacionais de imprensa. É através das grandes agências do Primeiro Mundo que nos chegam inclusive as imagens de países vizinhos.

Apesar da economia, o noticiário brasileiro acaba prejudicado pela ausência de informações de países subdesenvolvidos. Afinal, a imagem exerce sua ditadura, e muitos fatos deixam de ser noticiados quando deles não se têm as cenas correspondentes. Esquece-se que, em jornalismo, a informação deve vir em primeiro lugar, em qualquer veículo.

Com o poder de superar a falta de imagens, as notícias simplesmente lidas pelo locutor são uma raridade na nossa Tv. Mas uma boa nota pode ter tanto impacto quanto imagens fortes. O telespectador já se acostumou ao ritmo da televisão, e sabe intuitivamente que se um fato é noticiado sem imagem é porque ele é muito importante. Um

simples "atenção" antes da nota já seria o suficiente para prender o olhar do telespectador.

Mas muitas vezes prioriza-se só a imagem, e acaba-se caindo no erro do *Jornal Nacional* que, certa vez, exibiu cenas fortíssimas de um conflito entre pescadores franceses e a polícia sem dizer em nenhum momento o motivo dos choques.

Pela priorização da imagem, fica difícil informar sobre países vizinhos, para onde as grandes agências só enviam suas câmeras quando há um "grande fato". Mas quem decide o que seja um "grande fato"?

As imagens enviadas por satélite diretamente desses países são feitas por televisões pobres e nos chegam es-

tos na Somália foram esquecidos até há poucos meses, quando somalianos enraivecidos assassinaram soldados norte-americanos. O rosto do piloto dos Estados Unidos capturado foi a principal imagem da luta.

A dominação do noticiário dos Estados Unidos e da Europa em nosso noticiário é agravada pelos próprios editores brasileiros, que trabalham com os mesmos critérios das agências, colocando notícias norte-americanas e européias em primeiro lugar. Se as agências omitem informações que seriam essenciais para a integração das regiões subdesenvolvidas, essa tendência é piorada pela imprensa brasileira. Ela educa o povo para se interessar só por assuntos de países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que acentua a ignorância dos brasileiros sobre os outros povos do continente.

A América Latina parece mesmo impossibilitada de cortar o cordão umbilical que a une a um passado histórico de colonização. Como se não bastasse, os fatos curiosos ocupam boa parte do pouco espaço que temos para o noticiário internacional. Junto com suas notícias, as agências nos vendem seus artistas, esportistas, suas políticas e suas culturas.

Em televisão, a América Latina nunca teve a mesma cobertura sistemática da Europa e Estados Unidos. E mesmo na mídia impressa, o nosso continente está perdendo espaço. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, tinha nos anos 60 uma página inteira dedicada à América Latina.

Se a Tv não é a responsável pela fragmentação da América pobre, também não contribui para a integração. Nosso noticiário internacional acaba se transformando num excelente representante do Primeiro Mundo, disseminando e fixando seus padrões para uma população pobre e carente de outros meios de informação. ■



Cem pessoas mortas num conflito político no Peru merecem menos tempo no noticiário do que 10 mortos nos Estados Unidos

curas, sem qualidade para ir ao ar. Nossos editores acabam, mesmo que inconscientemente, sendo sócios nacionais do colonialismo televisivo. A prioridade toda é dada aos Estados Unidos, à opinião dos Estados Unidos, e até aos fatos curiosos que acontecem em território norte-americano. Se morrem 100 pessoas no Peru e dez nos Estados Unidos, a morte dos norte-americanos terá maior destaque no nosso noticiário.

Durante a cobertura do incêndio do World Trade Center foram exibidas várias matérias em dias seguidos sobre o atentado ao "edifício mais alto de Nova Iorque", mesmo sem muita novidade. Já a miséria e os conflitos violentos

A arte de São Mateus

Elias Fajardo

São Mateus, no norte capixaba, uma das cidades mais antigas do Brasil, comemora no ano que vem 450 anos. Trata-se de uma comunidade colonizada sob o signo da violência, mas que, ao mesmo tempo, valoriza a educação e a cultura. Este ano, depois de mais de dez anos de interrupção, São Mateus volta a abrigar a semana de artes e a discutir o seu perfil cultural e histórico, cuja lembrança mais forte é um antigo porto às margens do rio.

A maioria dos belos casarões do porto está em ruínas. Mas cinco foram recuperados e hoje abrigam uma biblioteca municipal, o arquivo público, um centro de saúde e a Câmara dos Vereadores. No meio das ruínas e à margem do belo rio, que assiste a tudo parecendo um velho filósofo acostumado às idas e vindas da natureza humana, os mateenses pensam no que são e revêem o preconceito que deixou ruir tantas e tão belas marcas do passado.

Um sintoma de que a revisão é para valer está numa placa instalada no mercado do porto, que diz: "Às prostitutas, que preservaram e defenderam este sítio histórico, o reconhecimento e a gratidão do povo". As prostitutas, que haviam ocupado o local quando este começou a decair, não estão mais lá. Mas os bailes que davam nos salões onde é hoje a Câmara Municipal fazem parte da memória local. elas impediram que o bairro todo fosse demolido.

A bravura da população também é parte da personalidade mateense. Em agosto deste ano, quando os vereadores tentaram conceder a si mesmos uma polpuda aposentadoria a que teriam direito após cinco anos de trabalho, a comunidade invadiu o casarão da Câmara e o projeto foi retirado.

Cidade do norte do Espírito Santo retoma evento cultural e discute sua identidade

O início – Nas primeiras décadas de 1500, os portugueses tinham se estabelecido num pequeno povoado no norte do Espírito Santo, na margem direita do rio Cricaré, e combatiam os índios aimorés, que ali viviam em grande número e não aceitavam o domínio colonial. Em 1558, numa luta feroz, os indígenas dizimaram as tropas de Portugal e mataram Fernão de Sá, filho do governador-geral do Brasil, Estácio de Sá. Este mandou novas tropas, vencendo os índios, que se refugiaram na cabeceira do rio. Em 1596, já com os ânimos parcialmente acalmados, o padre José de Anchieta, aliado dos portugueses na tentativa de colonização dos índios, deixou o sul do Espírito Santo e foi para o norte. Como chegou no dia de São Mateus, a povoação e o rio passaram a ter este nome.

Com suas planícies extensas e um horizonte aberto, onde o sol se põe formando belos crepúsculos, com um ecossistema muito favorável à vida em todas as suas manifestações, o norte capixaba foi colonizado sob o signo da violência.

Belos casarões testemunham sobre o passado glorioso

Foto: Elias Fajardo

Em 1721, Antonio Oliveira Meddil foi nomeado delegado da Coroa junto à Capitania do Espírito Santo e apoiou a vinda de levas de colonos das mais variadas origens para a região. O trabalho escravo ajudou a construir o ciclo do café, o qual foi mais um fator de hostilidade nas relações humanas e estimulou a formação de muitos quilombos. Conta o professor Hermógenes Lima Fonseca que, no dia da libertação dos escravos, os negros que trabalhavam no porto de São Mateus arrancaram o pelourinho e jogaram no fundo do rio. Conta-se ainda sobre um antigo personagem da cidade chamado Chico Pombo. Era um negro que participou de uma emboscada para matar outro negro que namorava uma branca. Os homens pregaram o namorado numa cruz, tiraram pedaços de seu corpo e assaram na fogueira; descarnaram o homem diante da amada. Depois disso, o negro Chico nunca mais falou: só arrulhava feito pombo.

Com violência ou com ternura, que se expressa no doce vento do mar, na beleza sempre cambiante do rio preguiçoso que serpenteia na planície ou

COMUNIDADE

no espírito hospitaleiro de seus habitantes, a região foi se desenvolvendo. Dom Pedro II visitou o porto de São Mateus, que cresceu e criou fama, exportando sobretudo farinha de mandioca. Foram 50.896 alqueires de farinha em 1836, que conseguia bons preços na Corte. O apogeu da cidade aconteceu nos últimos 25 anos do século XIX. Grandes e belos casarões foram construídos, ergueu-se um teatro, inaugurou-se um telégrafo ligando São Mateus ao sul da Bahia. Quase tudo era importado da Europa, até a manteiga. Foi construída também uma igreja que permaneceu inacabada e é hoje um símbolo para a cidade, que vê nela parte da sua identidade ainda por construir.

“O que é a identidade capixaba?”, pergunta-se Maurício Silva, ex-secretário de Cultura do Espírito Santo. “Ela é formada pelas culturas pomerânia (região do nordeste europeu), italiana, alemã, negra e indígena. Do incentivo e da harmonização do caldo cultural dessas diversas etnias é que nasce o perfil cultural capixaba.” Num mesmo dia de festa no município, apresentaram-se um grupo de ticumbi vindo de Conceição da Barra, um jongo de São Benedito de São Mateus (manifestações da cultura negra), uma dança italiana de Nova Venécia e uma dança pomerânia de Vila Pavão.

Hoje, 38% do território do município são ocupados por plantações de eucalipto, o que, se por um lado ajudou a estimular a atividade econômica, por outro lado tem reflexos ambientais muito questionáveis para a biodiversidade e para a própria vida humana. O Espírito Santo é o mais flagrante caso de devastação ambiental no Brasil, e sua bela Mata Atlântica desapareceu quase por completo.

Por lei, as grandes companhias fabricantes de celulose não podem mais comprar terra para plantar eucalipto no estado. Mas elas efetuam a terciarização, alugando terra de produtores que plantam eles próprios as árvores. O eucalipto suga o lençol freático e torna a terra praticamente imprestável depois de quatro cortes da madeira, ou seja, num período de mais ou menos 30 anos.

Mas diante da pressão da sociedade civil, as próprias empresas fabricantes de celulose tendem a buscar solução para os problemas que causam, não só pesquisando um beneficiamento da madeira com menor uso de cloro (elemento altamente poluidor), como também estudando fórmulas de reflorestar com outras espécies, para preservar o solo. As outras atividades da região são a produção de mandioca, cacau, pimenta-do-reino, abacaxi e pecuária.

São Mateus mantém a tradição de valorizar a educação e a cultura. A cidade abriga a Coordenação Universitária Norte do Espírito Santo (Ceunes), com 523 alunos em cinco cursos de graduação: Ciências Biológicas, Educação Física, Letras, Matemática e Pedagogia. Implantada em 1991, a Ceunes vai fazer o quarto vestibular em janeiro, oferecendo 190 vagas. Os recursos vêm do governo federal (que paga os professores através da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES), do estado e da iniciativa privada (para a infra-estrutura), bem como das prefeituras de São Mateus e Nova Venécia (responsáveis pela conservação).

O professor Renato Pirola, coordenador da Ceunes, explica que o ideal seria transformar a instituição numa coordenação, para ter autonomia acadêmica e acesso ao orçamento da universidade, como mais uma de suas unidades. A Ceunes oferece também cursos de extensão, como o de pedagogia popular e liderança em Nova Venécia, aberto à população de qualquer nível escolar, e faz este ano treinamento de 400 professores de áreas básicas em Linhares e Jaguaré.

Mas o que mais chama a atenção (e aponta para uma redenção e uma descoberta da verdadeira identidade da região) é a Semana de Artes de São Mateus. Ela existiu de 1974 a 1978, e depois deslocou-se para outros municípios. Este ano, a cidade recebeu de volta a sua semana, dentro de uma proposta que a coordenação do evento, feita pela UFES, chama de “dimensão cidadã”. A cidadania no caso significa a livre expressão das pessoas em seus encontros para discutir e trabalhar. Este ano foram 18 oficinas de artes e esportes que duraram uma semana,



freqüentadas por mais de 600 jovens de várias cidades. Enquanto trabalham, participam e riem, aprendem juntos o que são e esboçam o que toda a comunidade gostaria de ser.

Quando foi entrevistado pelo jornalista Rogério Medeiros, um velho morador da região, “seu” Antônio, filósofo: “Sou pescador, subo o rio todo o dia e passo sempre nas suas duas curvas: a primeira é a volta da saudade; a segunda é a do esquecimento.” A curva do esquecimento parece estar sendo vencida em São Mateus. ■

ORÇAMENTO

Em seu livro *A psicanálise dos contos de fadas*, o psicanalista francês Bruno Bettelheim dá algumas explicações bastante sugestivas sobre características dos anões, quando analisa a história de *Branca de Neve*. "Como as próprias fadas, eles podem ser bons ou malvados. Em *Branca de Neve*, são do tipo ajuda os outros", diz Bettelheim. Já na Comissão de Orçamento... Em outra parte do texto, o psicanalista recorre ao folclore teutônico para lembrar que os anões ou gnomos "são trabalhadores da terra, extraíndo metais, dos quais só sete eram conhecidos nos tempos antigos", o que justificaria o fato de serem sete os anõezinhos. Na CPI da Máfia do Orçamento, os anões não chegam a sete, apesar da grande variedade de "metais" conhecida no mundo moderno. O maior problema dessa história está na quantidade de coadjuvantes.

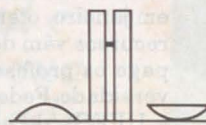


LÍNGUA PORTUGUESA

No novo cenário internacional que vem se configurando, com a integração das nações em blocos de interesse, começa a ganhar corpo a idéia de criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Reunindo sete países – Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe –, a comunidade lusófona tem bases histórico-culturais, mas poderá ter desdobramentos políticos e econômicos. O português é o idioma de cerca de 210 milhões de pessoas, sendo a terceira língua mais falada no mundo, logo depois do espanhol e do inglês. Em outubro deste ano, os ministros da Justiça dos países de língua portuguesa estiveram reunidos em Brasília. O documento final do encontro manifestou a preocupação dos ministros com a guerra civil de Angola. Uma nova reunião está prevista para o próximo ano em Cabo Verde. A língua comum já traz uma boa expectativa para as negociações entre as nações envolvidas.

ORÇAMENTO II

Do ex-deputado federal Feres Nader, em depoimento à CPI do Orçamento: "Vocês estão estranhando os recursos que minha entidade recebeu porque não examinaram o quanto recebeu a Fundação Roberto Marinho." E quanto foi destinado à Fundação Roberto Marinho, nobres deputados e senadores da CPI?



TEMPO DE PERDÃO



Condenada à prisão perpétua em Israel, onde cumpre pena há sete anos, a brasileira Lâmia Maruf Hasan, de 28 anos, aguarda que os ventos da paz e do perdão, trazidos pelo acordo firmado entre o líder palestino Yasser Arafat e o primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin, cheguem à penitenciária fe-

minina de Hasharon, em Telmond. Lâmia, uma filha de palestinos nascida em Manaus, casou-se na Cisjordânia com Taufik Abdalla – professor de geografia e chefe de um núcleo de resistência ligado à organização a Al Fatah. Em 1986, ela foi presa por participar, junto com o marido, do seqüestro de um soldado israelense, que deveria ser trocado por prisioneiros palestinos. A brasileira alugou em seu nome o carro que dirigiu na operação, mas o refém acabou sendo morto pelos palestinos. As autoridades israelenses se recusam a perdoar presos envolvidos em crime de sangue, embora Lâmia tenha tido participação indireta no caso. O Comitê Pró-Libertação de Lâmia quer que o caso seja tratado como prioridade pelo Ministério das Relações Exteriores, para que ela seja incluída nas próximas listas de presos palestinos a serem libertados.

VAMPIRO

Nas relações sentimentais, há sempre um componente de vampirismo. Um parceiro está sempre sugando a energia do outro e os desdobramentos são imprevisíveis. Os jovens da geração que vive sua vida afetiva depois da Aids são bons exemplos deste tipo de comportamento. O tema é tratado no livro *Vampiro*, do jornalista Luciano Trigo, que estréia no romance com fôlego de autor amadurecido.



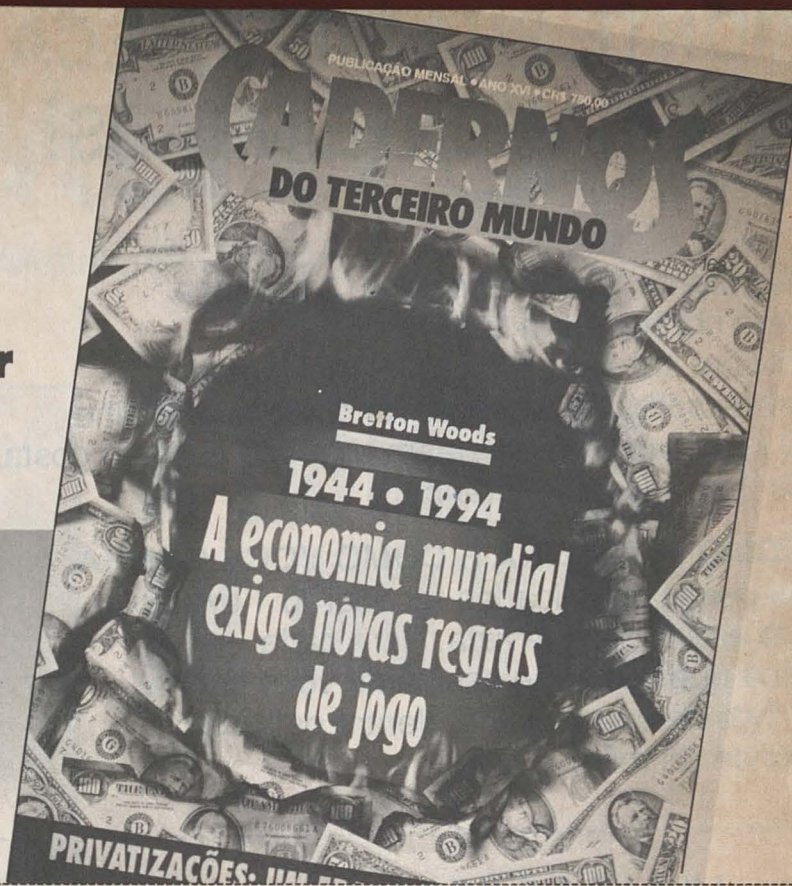
ASSINE

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Ainda é tempo de dar
um presente para
você e os amigos

PROMOÇÃO
DE ANO NOVO

- Desconto de até 37% no pagamento à vista
- Pagamento em até 2X sem juros



PREÇOS E FORMAS DE PAGAMENTO

PERÍODO DE ASSINATURA	À VISTA: (Já com de desconto) cheque nominal e vale postal	A PRAZO pagamento por cheque nominal ou cartão
1 ANO	A CR\$ 6.800,00 <small>Já c/ 29%</small>	B 1 cheque de CR\$ 8.000,00 para 30 dias <small>Já c/ 16%</small>
2 ANOS	C CR\$ 12.000,00 <small>Já c/ 31%</small>	D 2 cheques de CR\$ 8.000,00 para 30/60 dias <small>Já c/ 16%</small>

Para pagamento por reembolso postal os preços são de CR\$ 8.000,00 (1 ano) e CR\$ 16.000,00 (2 anos)

ASSINATURA/PRESENTE DO AMIGO

Favor preencher em letra de forma

CADERNOS

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____ Tel.: _____
Profissão: _____

Enviar para Editora Terceiro Mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória - 20241-180 - Rio de Janeiro, RJ
Depto. de Assinaturas
PEÇA TAMBÉM PELOS TES (021) 252-7440/232-3372
OU PELO FAX (021) 252-8455

Após a validade cobraremos preços atualizados

MEU PEDIDO DE ASSINATURA

Favor preencher em letra de forma

CADERNOS

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____ Tel.: _____
Profissão: _____

Minha opção de assinatura é: (A) (B) (C) (D)

A opção do meu amigo é: (A) (B) (C) (D)

Desejo _____ exemplares da última edição da revistas nº34

Estou efetuando o pagamento por:

- Cheque(s) nominal(ais) á Editora Terceiro Mundo Ltda.
 Por telefone (fornecer o nº do cartão)
 Reembolso Postal
 Vale Postal Ag. Lapa

De acordo com a opção feita, autorizo o débito no cartão de crédito: _____, que tem validade até ____/____/____
(nome do cartão)

Nome do titular do Cartão

Nº do Cartão

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

DATA: ____/____/____ Comprador

PREÇOS VÁLIDOS ATÉ 05/01/94

MONTE SUA BIBLIOTECA, INTEIRAMENTE GRÁTIS!

Apresente, todos os meses, 3 pessoas para conhecerem "cadernos". Podem ser seus amigos(as), alunos(as), professores(as), colegas de curso ou trabalho. O importante é que sejam pessoas que vão gostar de "ler a nossa diferença".

COMO FUNCIONA E COMO VOCÊ GANHA.
As pessoas indicadas receberão 1 exemplar (de arquivo) da revista. Para cada uma que tornar-se assinante você ganha 1 livro de sua escolha, dentre os livros brinde do mês.

BRINDES DO MÊS



INDICAÇÕES:

Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
CEP: Tel.:

Em relação ao remetente o indicado é:
() amigo(a) () colega de trabalho () professor(a)
() aluno(a) () colega de curso

Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
CEP: Tel.:

Em relação ao remetente o indicado é:
() amigo(a) () colega de trabalho () professor(a)
() aluno(a) () colega de curso

Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
CEP: Tel.:

Em relação ao remetente o indicado é:
() amigo(a) () colega de trabalho () professor(a)
() aluno(a) () colega de curso

REMETENTE

Se dentro de até 2 meses algum indicado tornar-se assinante por intermédio de mala direta oriunda desta promoção, desejo como brinde, pela ordem:

Código do brinde

1º () 2º () 3º ()

Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
Cep: Tel.:
Profissão:

Sou assinante de cadernos

Data: ___/___/___

Assinatura do remetente

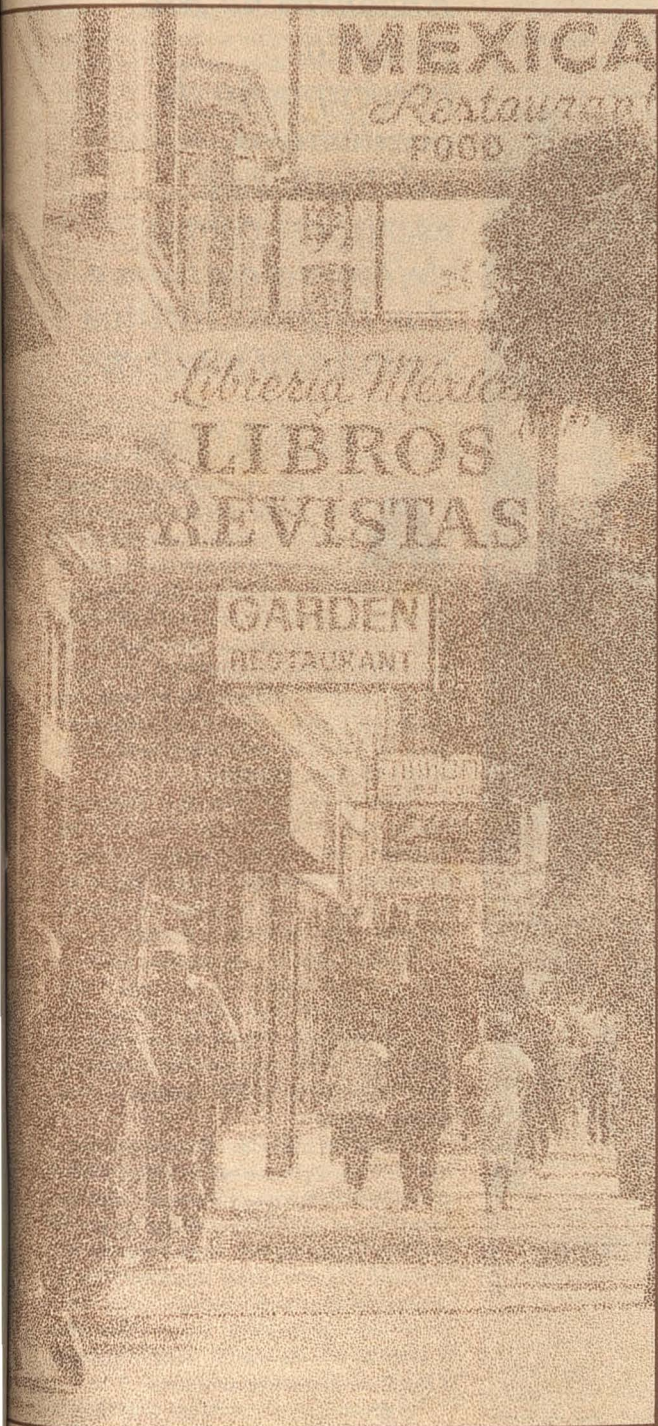
Enviar para Editora Terceiro Mundo Ltda. - Depto de assinaturas
Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória - Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20241-180
Fax: (021) 252-8455

IMPORTANTE:

1- No caso de duplicidade de indicados prevalece a primeira. Após o prazo, será considerada como indicação, a do 2º remetente
2- Com a finalidade de aumentar a probabilidade de assinatura, o remetente pode mandar mais nomes em relação anexa.

SUPLEMENTO

ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE TEMAS ALTERNATIVOS



A LATINIDADE EM DISCUSSÃO

Página 2

AIDS

Tratamentos
alternativos

Página 6

EUA

O boom das
línguas orientais

Página 10

CUBA

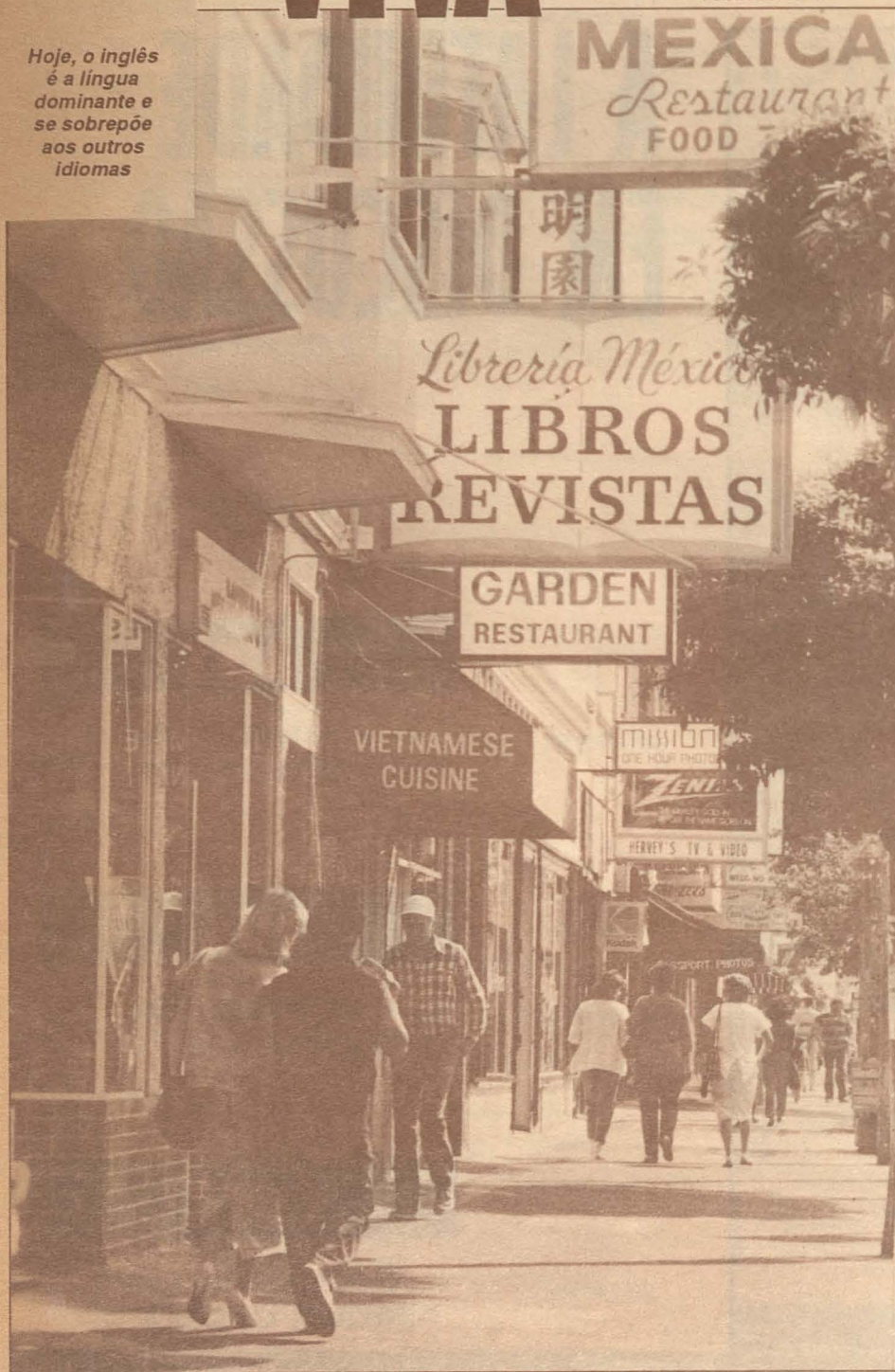
Campanha para
reduzir os abortos

Página 11

VIVA A LATINIDADE

Fotos: A. C. Júnior

Hoje, o inglês é a língua dominante e se sobrepõe aos outros idiomas



Encontro no Rio revela a preocupação de acadêmicos, intelectuais e escritores com a defesa da cultura e das línguas latinas no mundo moderno

Patrícia Costa

Ao longo dos séculos, o modo de pensar latino sempre dominou o mundo ocidental. O chamado berço da nossa civilização foi a Grécia; logo depois, Roma assumiu o posto. O latim era falado em vários países. Em fins do século XIX, a latinidade foi o modelo cultural por excelência na Europa e na América Latina. No século seguinte, esta tendência continuou, até a Primeira Guerra Mundial.

Nas últimas décadas, porém, o crescimento econômico e industrial, aliado a um capitalismo selvagem, promovido principalmente pelos Estados Unidos, fez o uso e o ensino da língua inglesa aumentarem muito, principalmente nos países latinos. Um exemplo disso ocorreu em Portugal: em 1975, 91,5% dos alunos estudavam francês e 7,5% estudavam inglês. Em 1990, apenas 27,9% estudavam francês e 59,3% estavam estudando inglês.

Cada vez mais, as diferentes culturas de vários países estão sofrendo um processo de homogeneização técnico, científico e cultural, que acaba por se refletir também em suas línguas nacionais. Atualmente, apenas 10% do espaço escolar são ocupados pelo ensino de outras línguas, como o francês, o alemão e o espanhol, enquanto que o inglês é campeão absoluto.

A predominância de uma só língua

para a comunicação mundial pode se tornar um fator de empobrecimento cultural, provocar rupturas nas solidariedades históricas, culturais e lingüísticas, como a latinidade, desestruturar as línguas nacionais e se tornar fator de inferioridade intelectual face aos povos de origem anglo-saxônica.

Para tentar reverter este sombrio quadro, a União Latina, entidade intergovernamental com sede em Santo Domingo, na República Dominicana, que reúne 29 países, promoveu os Encontros Latinos do Rio de 1993, de 27 de outubro a 28 de novembro.

Em defesa da língua – Criada em 1954 pela Convenção de Madri para promover e difundir as línguas e culturas latinas, a União Latina, além de um Encontro de Acadêmicos Latinos, que reuniu cerca de 30 participantes de países como Romênia, Itália, Portugal, Argentina, México e Uruguai, organizou outros eventos que agitaram a vida cultural carioca, como a exposição itinerante “Vestígios de um Sonho”, com grandes fotografias que mostram a arquitetura e escultura barrocas trazidas pelas missões jesuítas à antiga Província do Paraguai, nos séculos XVII e XVIII (*ver quadro*); um concerto de música barroca com o grupo Ricerar Consort; e o festival de cinema “Do Barroco ao Samba”, com filmes e vídeos mostrando as diversas expressões musicais do mundo latino.

Durante o Encontro de Acadêmicos, na Academia Brasileira de Letras, Dan Haulica, presidente do Congresso da União Latina e membro da Academia de Letras da Romênia, enfatizou que este encontro não representa uma batalha entre as línguas anglo-saxônicas e latinas: “Não somos contra a língua de Shakespeare, mas queremos de volta o espaço para a língua latina nas várias áreas do conhecimento, como a ciência.”

Jean-Louis Mairfaing, conselheiro francês da Maison de L’Amérique Latine, foi mais direto. Afirmou que “quanto mais se difunde o inglês, menos se fala a língua de Shakespeare”. É que o inglês da atualidade está cada vez mais sintético e compacto, desculpado e empobrecido; é uma língua

que “não abre uma linha cultural”. Segundo ele, esse processo está provocando uma crise na latinidade.

Mas o que é latinidade? O escritor argentino Jorge Calvetti responde: “É a pátria de nossos espíritos. É um conjunto de tradições e valores latinos que, ao longo dos séculos, desenhou e definiu um modo de ver o mundo tipicamente latino, diferente das culturas anglo-saxônicas.” Uma das maneiras para defender a latinidade é fazer com que os escritores de cada país se aprofundem na língua e na cultura nacionais, para mantê-las vivas.

Estratégias – Através de uma política lingüística comum e solidária, a União Latina pretende afirmar a permanência dos valores do mundo latino, promovendo intercâmbios culturais que favorecem a difusão do patrimônio latino. A entidade tem quatro estratégias básicas: 1) apoiar o ensino existente e incentivar a aprendizagem das línguas latinas junto a alunos e professores através de doações de livros, organização de concursos, aulas de reciclagem, bolsas de estudo etc.; 2) criar novos métodos para o ensino das línguas latinas, modernizando os existentes e facilitando o acesso a eles; 3) promover manifestações, eventos artísticos e encontros como o do Rio para divulgar as idéias e os meios para atingir os objetivos da entidade; 4) publicar estudos, livros, pesquisas e estatísticas que apoiem e divulguem a expansão das línguas latinas.

Apesar de ser uma organização civil, a União Latina precisa contar com o apoio dos governos para poder realizar suas metas. O uruguaio Armando Uribe, um dos organizadores do encontro, afirma que tais objetivos só podem ser realizados através de ações políticas e educativas em comum: “O ideal seria uma mudança nas legisla-

ções dos países, o que, por enquanto, é uma utopia. Mas nós estamos aí para exercer pressão. A longo prazo, eu acredito que nossos objetivos poderão ser atingidos.”

Na Itália, por exemplo, foi criada a Comissão Interministerial para a Difusão da Língua e da Cultura Italiana. Francesco Sabatini, presidente da Sociedade Lingüística Italiana e membro da comissão, explica: “Um dos seus principais objetivos é preparar e qualificar professores de língua italiana, pois o sistema universitário é muito deficiente. O melhor é que o governo está junto

Paradoxalmente o espanhol hoje é a língua mais falada nos Estados Unidos



à União Latina neste processo, mas isso nem sempre acontece.” Governos e entidades civis geralmente têm objetivos comuns, mas seus trabalhos correm paralelos. Esta é uma situação que a União Latina quer superar. “Sem esta união, seria difícil promover uma propaganda cultural que venha modificar uma situação mundial. Juntando esforços, poderemos alcançar mais rapidamente nossas metas”, afirma o italiano.

Dominação – Uma das grandes preocupações dos participantes do encontro é a chamada hierarquização das línguas, fenômeno universal no qual a cultura não resiste à pressão da massa e ao peso econômico. Tal postura nunca foi combatida nem questionada pelos intelectuais, o que está provocando um processo de domínio da língua estrangeira sobre a língua materna dos países latinos.

“Um dos golpes mais prejudiciais ao prestígio de nossas línguas é desferido por homens de alta cultura, como físicos, matemáticos, médicos, sociólogos e economistas, quando preferem usar o inglês em congressos tanto no exterior quanto em sua própria pátria”, afirma Francesco Sabatini. O italiano chama a atenção para o perigo do uso mundial de uma só língua: “A pluralidade lingüística é condição ineliminável da história humana.” O intercâmbio do patrimônio e da identidade cultural e a multiplicidade de visões de mundo entre os países são primordiais para o combate dos problemas da Humanidade, segundo Sabatini. Divulgar tais idéias é um desafio. Um dos temas mais ricos do encontro foi “Apostar na elite ou falar aos povos?”. As opiniões foram unânimes: a força da cultura está nos povos e, portanto, é a eles que a classe intelectual deve se dirigir para preservá-la. David Mourão Ferreira, imortal da Academia Brasileira de Letras, aponta para um perigo invisível: “Há cada vez menos povos e mais massa.” Dar fim a tal massificação é tarefa para os intelectuais, responsáveis pela divulgação da identidade cultural de cada país. Só admite uma elite como um elemento enriquecedor e participante da cultura, elite no sentido de ser rica em conhecimento, que seja móvel e possa nascer dos núcleos dos povos: “Mas para que se tenha uma elite, é preciso educação para produzi-la.”

O presidente da Academia Mexicana de la Lengua, José Luiz Martínez, foi o mais romântico: “Há uma visão pessimista sobre a cultura latina, como se nós fôssemos os primos pobres

que corremos paralelos à cultura ou à técnica anglo-saxônica. Mas, se eles são ricos, nós temos a graça, o calor, a sensualidade e a criatividade, coisas que ninguém vai nos tirar jamais.” Uma imagem bem parecida com a que temos do Brasil.

Dan Haulica insiste no fato de que não se deseja acabar com o inglês, pelo contrário: “Queremos apenas resgatar o espaço das línguas latinas, e incorporá-las sem traumas. Os países latinos, apesar de diferentes, possuem muitos traços que os aproximam. Há uma comunidade de interesses e valores entre eles que não pode ser perdida.”

Fim do analfabetismo – No entanto, num país como o Brasil, onde a grande maioria da população é analfabeta, é difícil elaborar políticas para divulgar e defender a cultura do imperialismo cultural norte-americano.

O imortal Arnaldo Riskier foi taxativo em relação a este problema: “Devemos fazer da língua portuguesa a primeira, segunda e até a quinta língua. Quando o brasileiro puder ler, escrever e falar melhor o português, então se poderá pensar em aprimorar um outro idioma obrigatório. Nunca se falou ou se escreveu tão mal o português em nosso país como atualmente.” O incentivo à publicação de livros e a promoção da cultura nacional foram algumas das sugestões do escritor.

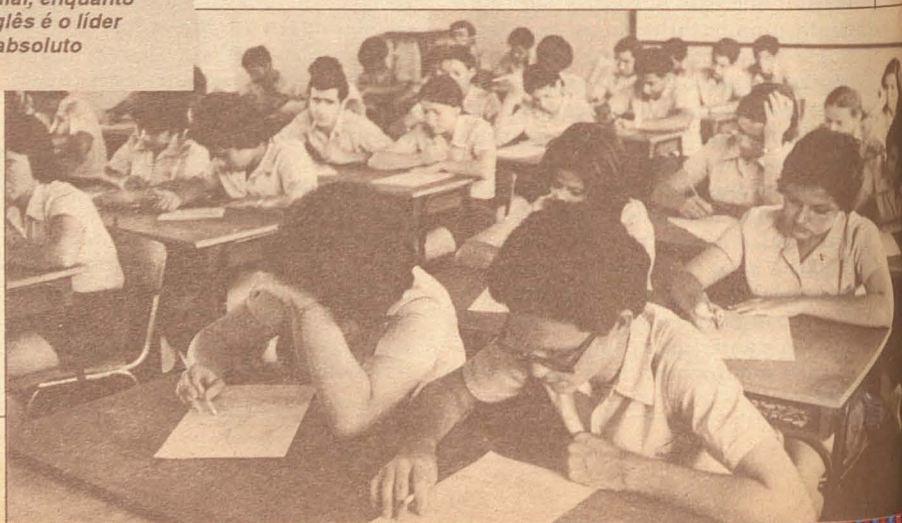
Josué Montel-

As línguas latinas ocupam apenas 10% do espaço escolar mundial, enquanto o inglês é o líder absoluto

lo, imortal que mediou todas as discussões durante o encontro, afirmou que “não se pode deixar morrer as línguas latinas, pois as identidades culturais se mantêm vivas através delas. A língua também é um patrimônio cultural”.

O ministro da Cultura, Jerônimo Moscardo, diz que o governo de Itamar Franco está dando prioridade absoluta para a cultura nacional. Prova disso foi o Brasil ter sediado este primeiro encontro entre países latinos. “Os países pobres, principalmente os da América Latina, detêm um grande tesouro cultural de contribuição para o mundo moderno pós-industrial”, declara ele. Através da cultura, o governo pretende provocar uma mudança na cidadania, transformando os consumidores brasileiros em cidadãos, para “resgatar a auto-estima nacional”. O ministro acredita que a convivência e o diálogo aberto com o pensamento da latinidade ajudará no desenvolvimento do país. E cita o Mercosul como um exemplo: “Estamos cada dia mais próximos e irmanados, não só pelas idéias como também pela imaginação. Chegou a hora de nos aproximarmos pelo espírito mais do que pelas coisas. É muito mais importante conhecermos os sonhos argentinos e que eles conheçam nossos sonhos brasileiros, do que exportar sapatos ou automóveis.”

O encontro se transformou numa espécie de parlamento da cultura internacional, onde foram colocadas várias diretrizes para resgatar a identidade cultural dos países latinos. A latinidade tem uma chance. ■



150 anos de missões

Exposição reúne fotos da arquitetura e escultura barrocas trazidas pelos jesuítas durante os séculos XVII e XVIII

A exposição "Os Vestígios de um Sonho", que o Paço Imperial abrigou por um mês, no Rio de Janeiro, mostrou 65 fotografias de grandes dimensões onde fachadas, colunas, detalhes de ornamentos pintados ou esculpidos nas pedras e nas madeiras das igrejas jesuítas da região da Província do Paraguai, datadas do século XVIII, revelam uma rica e característica arte barroca instalada nos redutos das missões. O uruguaio Armando Uribe, membro da União Latina e um dos organizadores da exposição, conta que ela já passou por Paris, La Paz e Santa Cruz (Bolívia), Santiago do Chile e Assunção (Paraguai), numa tentativa de resgatar as raízes da cultura latina. "A exposição ilustra bem o espírito que a União Latina quer conservar: apesar de diferentes, os países latinos têm uma unidade estética, cultural e histórica que deve se mantida", afirma ele.

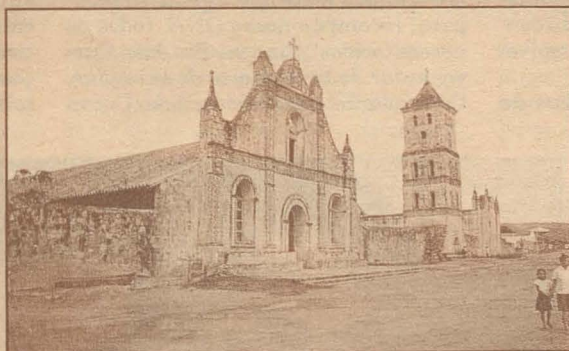
História – Quando os jesuítas começaram a chegar na América do Sul, em 1566

(no Peru), para evangelizar as populações indígenas que por ali habitavam, talvez não imaginassem que representariam o melhor exemplo de um processo de colonização humano e sem traumas. A violência da colonização das Américas, ocorrida principalmente na porção central do continente, demoraria muito a chegar ao Sul.

Naquela época, o rei espanhol Felipe II passou aos seus vice-reis da Nova Espanha e do Peru leis que davam ao índio direitos de indivíduo e homem livre, considerando seu estado selvagem como parte de um processo de civilização que deveria ser superado através do cristianismo. Foi com esse espírito de conversão- proteção que as missões se instalaram na Província do Paraguai (área hoje ocupada por parte da Argentina, Bolívia, Paraguai e o Sul do Brasil), criada em 1604. Ali, elas tiveram um papel fundamental para ajudar a conservar os traços das culturas indígenas pelas quais ficaram responsáveis. Aprendendo o idioma guarani – prática já

adotada pelos agostinhos, franciscanos e dominicanos, atuantes ali desde 1525 – para salvaguardar as línguas indígenas e conhecer suas histórias e tradições, se infiltraram e criaram redutos onde os índios ficavam protegidos dos mercenários que os queriam como escravos.

Um reduto era formado por casas familiares que formavam três lados de uma vasta praça, no centro da qual se erguia uma grande cruz. O quarto lado era dominado pela igreja, flanqueada pelo cemitério, pelas casas para os que não possuíam família e pelo "colégio" (habitação dos padres, loja coletiva, dispensa de ferramentas, armas etc.). O auge da evangelização ocorreu em torno de 1700, com 30 redutos fundados, hoje repartidos entre Brasil (7), Paraguai (8) e Argentina (15). O reduto de São Miguel, em território brasileiro, é considerado o mais importante, sendo seguido pelo de S. Ignacio Míni, na Argentina, e o de Trinidad de Jesus, no Paraguai.



O reduto de São José, na Bolívia, está bem conservado

Vestígios – As igrejas foram construídas no início do século XVIII, e os jesuítas usaram como modelo a igreja italiana. As estruturas eram semelhantes na simplicidade e na funcionalidade. O que variava era a decoração barroca, tanto na fachada como no interior das igrejas. Embora não haja documentos a esse respeito, supõe-se que os guaranis tenham feito grande parte destas obras, orientados

por padres e inspirados nas gravuras religiosas de obras européias que circularam na América Colonial. Hoje, os tetos de madeira pintada desapareceram, restando somente as esculturas e algumas fachadas que resistiram às guerras de independência.

A expulsão dos jesuítas de todas as colônias latino-americanas ocorreu entre 1759 e 1768. Na região da Província do Paraguai, o principal motivo da expulsão foram conflitos de fronteiras entre Portugal (com o Brasil) e a Espanha (com a região do Rio da Prata). A maior parte dos redutos foi destruída entre 1817 e 1828, desalojando os indígenas e lançando-os em guerras contra os colonizadores.

Porém, a existência hoje do guarani como idioma oficial do Paraguai, ao lado do espanhol, é a maior prova da continuidade da obra desempenhada pelos jesuítas, que puderam conservar as raízes culturais de uma nação indígena. (Patrícia Costa)

Aids: terapias alternativas

A capacidade do corpo de lutar contra as infecções pode ser diminuída por fatores bem conhecidos. O remédio é levar a vida da forma mais saudável possível

Anna Regina Accioly*

Até agosto de 1993 foram notificados no Brasil 42.120 casos de Aids, de acordo com o boletim epidemiológico sobre a doença, editado pelo Ministério da Saúde (Programa Nacional de Controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids), o que nos torna o quarto país em incidência de casos. Isso corresponde a aproximadamente 3,5 milhões de portadores assintomáticos do vírus — pessoas que estão contaminadas mas ainda não desenvolveram a doença.

Em sua ação, o temido vírus da imunodeficiência humana (HIV) se aproxima do T4, um tipo de glóbulo branco, justamente o responsável pelas defesas imunológicas. Consegue penetrá-lo e, em seu núcleo, se mistura com o material genético, como um código pirata. Após sua multiplicação, sai atacando outros glóbulos brancos, repetindo a ação e desativando as defesas do organismo, tornando-o vulnerável a diversas infecções.

A capacidade do corpo de lutar contra as infecções pode ser diminuída por alguns fatores bem conhecidos, tais como o estresse e a desnutrição.

A receita é antiga: levar uma vida o mais saudável possível. Está comprovado que a depressão abre as portas para doenças. Assim, o portador do HIV, também chamado soropositivo, precisa de carinho, respeito e apoio, tanto quanto o doente de Aids, principalmente das

pessoas queridas, em casa e no trabalho. Não pode ser submetido a nenhum tipo de estresse, nem afetivo nem profissional. O ideal é que o doente seja tratado em casa. O hospital é um foco de infecções a ser evitado. O soropositivo precisa dormir pelo menos oito horas por dia.

“O HIV positivo deve dormir às 9h30min da noite e levantar às 6h da manhã, não contrariar o seu relógio biológico nem trocar o dia pela noite. É durante a noite que a gente se recupera, recompõe nosso DNA, todos os nossos tecidos”, diz o médico João Curvo, autor do livro *A arte de se cuidar*. Com relação a exercícios, João Curvo

recomenda que eles sejam “leves, diários e prazerosos”. Nada de aeróbica nem de ginásticas pesadas.

Em pessoas com HIV a desnutrição pode ter causas diferentes, desde uma alimentação deficiente até anormalidades de absorção de metabolismo, de acordo com Donald Kotler, médico do St. Luke's Roosevelt Hospital, de Nova Iorque. Pesquisas sobre deficiências nutricionais comuns em pessoas com HIV/Aids revelam que a suplementação dos nutrientes deficientes pode ser uma medida preventiva eficaz contra vários tipos de infecções. Segundo Richard Beach, da Escola de Medicina da Universidade de

Miami, há estudos que registram uma relação direta entre deficiência de nutrientes, progressão da doença e eficácia do tratamento com drogas.

“Pacientes que usavam AZT e que tinham deficiência de zinco não reagiam tão bem quanto aqueles que apresentavam níveis normais de zinco no plasma”, comenta ele em artigo publicado em *Cadernos pela Vida* (setembro/93). A médica Joan Priesley, de Los Angeles, Califórnia, relatou que a suplementação de nutrientes ajudou os pacientes a manter estável o peso do corpo, melhorou a qualidade de vida e até aumentou a sobrevivência.

Uma das formas de se combater a desnutrição é através da suplementação vitamínica. A medicina ortomolecular parte do princípio de que, para manter a saúde, a pessoa deve suprir as deficiências do organismo



Magic Johnson é um exemplo do soropositivo com saúde

com a ingestão de vitaminas e antioxidantes em megadoses. Hlton Póvoa, professor de nutrição em Harvard, nos Estados Unidos, e maior expoente em medicina ortomolecular no Brasil, vem desenvolvendo pesquisas no tratamento de pacientes com Aids com ótimos resultados.

“O que tenho observado em meus pacientes é que eles se tornam mais resistentes às doenças oportunistas. Temos conseguido, através da alimentação conjugada com a ortomolecular, uma melhor qualidade dos tecidos, manutenção da temperatura dos pés e das mãos, assim como do brilho no olhar”, relata João Curvo.

A base do tratamento ortomolecular consiste numa combinação de vitaminas e oligoelementos, que inclui o betacaroteno, considerado por Curvo “um varredor dos radicais livres, os vilões do organismo”. O betacaroteno se transforma em vitamina A, mas João Curvo recomenda também a ingestão de vitamina A pura, para proteção celular imediata, mantendo saudáveis as camadas externas de nossos tecidos e órgãos.

A vitamina C, usada sob a forma de ascorbato de sódio, é menos irritante para a mucosa gástrica, para o fortalecimento do sistema imunológico e proteção da membrana celular, como a vitamina E, que também fornece oxigênio ao organismo. O selênio e o zinco protegem igualmente as células, e estão envolvidos em todo o processo imunológico. Muito importantes, também, são os aminoácidos, que devem, segundo João Curvo, ser ingeridos em cápsulas à noite, para melhor absorção.

Acupuntura e ervas chinesas

A acupunturista Magali Lobosco, especialista em fitoterapia chinesa, tem experiência de alguns anos no trata-



Os vegetais são indicados aos soropositivos, que devem comer de três em três horas

mento de doentes de Aids e recomenda a ingestão de ervas chinesas. “Estudos mais recentes indicam, para fortalecer o sistema imunológico de pacientes assintomáticos, supertônicos para o sangue contendo ervas como ganoderma (shitake), astragalus e ginseng, combinados com o tratamento individual com outros tipos de ervas e complementado pela acupuntura”, diz Magali.

Para as afecções específicas como o “sapinho” (*Candida albicans*), comum em portadores do vírus, Magali Lobosco recomenda o uso de feijões, sementes, chá verde, nozes, gergelim, vegetais e extrato de ginseng. É necessário, nesses casos, evitar pão branco, queijo, álcool e vinagre, por causa de necessidade de alcalinizar o sangue.

“Deve-se evitar sempre o excesso de gorduras, de carne vermelha, carnes defumadas e embutidos, produtos enlatados, produtos com componentes artificiais, como acidulantes, aromatizantes e preservativos”, diz ela. Os chineses afirmam que precisamos de cinco cores ou cinco sabores em cada refeição, dando preferência para as folhas verde-escuro, pela quantidade de cálcio que possuem; legumes vermelhos e amarelos, pela quantidade de betacaroteno; cebola, que contém selê-

nio; repolho e arroz integral; muito angu de fubá, pela quantidade de vitamina E; e levedo de cerveja, excelente fonte de aminoácidos.

João Curvo recomenda aos soropositivos comer de três em três horas. As refeições devem incluir cereais integrais e frutas oleaginosas (amendoim, nozes etc.). Uma refeição principal deve ter proteína animal, de preferência carne branca, por ser melhor digerida pelo organismo (frango, peixe ou rã). A outra refeição principal deve ser vegetariana.

“Cereal mais leguminosa é igual a proteína”, diz Curvo, dando um exemplo: “Arroz, milho, trigo, feijão, lentilha e ervilha é igual a proteína, acompanhada de verduras e legumes.” Nos intervalos das refeições, um lanche que ele indica é o caldinho de missô, por ser protéico, ou uma vitamina diária contendo suco de laranja batido com uma clara de ovo crua, rica em arginina, um aminoácido essencial e uma raiz (cenoura ou beterraba, por exemplo).

Curvo lembra que o arroz integral é mais rico em nutrientes; que não se deve tomar chá ou café durante as refeições, porque diminuem a absorção de ferro; que se pode utilizar canela, cominho ou aipo a gosto, por conterem bastante ferro.

Indicações específicas – Segundo João Curvo, em caso de problemas respiratórios a indicação é chá de raiz de lotus ou de casca de abacaxi. Gastrites devem ser combatidas com chá de espinheira santa; e problemas de pele, com chá de picão, que faz a depuração hepática. Os casos de diarreia têm sido tratados por João Curvo com carvão vegetal – um produto barato, facilmente encontrado e que tem dado bons resultados. Magali Lobosco recomenda mingau de araruta e chá de folha de goiabeira. Tudo isso para reforçar as defesas do organismo.

No caso das infecções específicas, como esclarece Curvo, o tratamento tem que ser mesmo através de antibióticos e anti-infecciosos tradicionais. Tratamentos alternativos têm sido utilizados para o reforço do sistema imunológico do paciente que ainda não tenha deflagrado um processo infeccioso. O objetivo é conseguir quantidade e qualidade de sobrevivência.

Novidades – O cogumelo maitaque (*Grifola frondosa*), nativo do nordeste do Japão, foi apresentado à comunidade médica dos Estados Unidos em 1992 como um agente anticâncer, segundo artigo publicado em *The Cancer Chronicles*. Maitaque quer dizer “cogumelo dançarino”, nome que vem da lenda de que o povo local dançava de alegria quando encontrava um desses fungos do tamanho de uma bola de futebol. Dizem que nessa região a população que come os maitaques nunca apresentou hipertensão nem câncer.

Estudos recentes confirmam as antigas lendas: o maitaque é realmente efetivo para deter o crescimento de tumores numa extensa variedade de sistemas animais. Em 1989, cientistas comprovaram que os ratos alimentados com pó de maitaque, um mês após o implante de tumores, tiveram inibidos o crescimento destes em 86,3% dos casos. Quatro dos dez ratos foram totalmente curados. Ratos com sarcoma responderam igualmente bem a doses orais pequenas. O maitaque não mata as células cancerosas em tubos de teste. Ele funciona estimulando o sistema imunológico, potencializando as células “matadoras”



A aplicação de técnicas de meditação, visualização e massagens vem tendo bons resultados junto aos soropositivos

naturais. Esses resultados foram apresentados no Instituto Nacional do Câncer dos Estados Unidos em 1991. Documentos mostram que o maitaque inibe o crescimento do vírus HIV da mesma forma que a droga tóxica AZT. Atualmente, esses cogumelos são raros mesmo no Japão, e crescem em ambientes cuidadosamente controlados. Mas o pó de maitaque já pode ser encontrado no mercado norte-americano, embora ainda estejam sendo realizados os testes clínicos.

Outro tratamento que vem sendo utilizado é o *internal cleansing*, que consiste na limpeza das paredes internas do intestino, para facilitar a ab-

sorção dos nutrientes, substituindo a flora intestinal prejudicial pela flora intestinal benéfica. Primeiro, é feita a ingestão de substâncias naturais como o *psillium*, a *pectina* e outras, que realizam uma varredura no intestino. Tais produtos são encontrados em farmácias de manipulação. A seguir, é feito um tratamento com lactobacilos para reposição da flora intestinal.

Nunca é demais lembrar que tais tratamentos devem ser feitos sob supervisão médica, e podem auxiliar nas defesas contra as infecções. Tratamentos que prometem milagres, e que exigem exclusividade total, com o abandono de toda a terapia tradicional, devem sempre ser encarados com reserva.

Bons resultados vem sendo obtidos também com a aplicação de técnicas de meditação, visualização e massagens.

“Tempo de Agir” foi o *slogan* escolhido para o Dia Mundial de Luta Contra a Aids, em 1º de dezembro de 1993. Enquanto se espera a vacina e a cura, precisamos realmente empreender todos os esforços para prevenir a contaminação e abrandar os efeitos da Aids, para que o HIV possa, enfim, ser controlado, como atualmente é o vírus da gripe, que em outros tempos já foi fatal. ■

*Anna Regina Accioly é jornalista e diretora da Organização de Combate à Aids (OCA-RJ).

A revolução da literatura

Francisco Aurelio Ribeiro*

Um dos mais belos e pertinentes conceitos de literatura que conheço é o de Roland Barthes, quando afirma: "Mas a nós, que não somos nem cavaleiros da fé nem super-homens, só resta, por assim dizer, trapacear com a língua, trapacear a língua. Essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: literatura."

Barthes continua sua brilhante aula proferida no Colégio de França, em 1977, falando que literatura não é somente um conjunto de obras, um setor do ensino, mas, sobretudo, a prática de escrever, a criação de textos, tecido de significantes, em que está o próprio aflorar da língua.

Ora, todo escritor convive com o desafio de, para gerar seu texto, afrontar o discurso do poder, o discurso da arrogância. Este, ainda parafraseando Barthes, está presente nos mais finos mecanismos do intercâmbio social. Segundo Barthes, "discurso de poder é todo aquele que engendra o erro e, por conseguinte, a culpabilidade daquele que o recebe".

O objeto em que se inscreve o poder é a linguagem ou a língua, com toda sua legislação, códigos e normas. Escrever é transgredir a própria língua, por si mesma fascista, pois não impede de dizer, mas obriga a dizer. Este é o primeiro desafio do escritor: superar as limitações, a camisa-de-força da língua, para criar os significados de seu texto.

Os sacerdotes da língua são os doutores da lei, gramáticos de plantão, que ficam, a todo instante, de olhos e ouvidos abertos, para pegar e denunciar as infrações lingüísticas dos escritores. Exemplo local é o artigo do professor José Augusto Carvalho, "A necessidade de análise sintética", publicado em *A Gazeta*, do Espírito Santo, de 23 de outubro desse ano, que cita incorreções de Cândido Mendes

Os textos literários são censurados pelos órgãos do poder porque ousam transgredi-lo, mostrando aspectos da sociedade e das relações humanas que a verdade oficial insiste em ocultar

de Almeida, Peçanha Póvoa, Luiz de Camões, padre Antonio Vieira, Paulo Mendes Campos, Carlos Drummond de Andrade, Osvaldo França Júnior, dentre outros.

Todos os exemplos citados são opções lingüísticas que em nada envergonham seus autores, em sua maioria escritores consagrados, criadores e transgressores da língua em determinado momento. Machado de Assis escreveu um conto clássico cujo final é um alerta: quando acharmos que todos estão loucos e só nós certos, é melhor internarmo-nos. Há sempre uma "Casa Verde", ou um hospício de plantão.

Além da censura dentro da língua, existe ainda a censura social, política, ideológica, histórica. A censura está, desde a sua origem na Roma imperialista, ligada à atividade do censor, funcionário do poder e do Estado. Por isso, a sua relação intrínseca com a ideologia do Estado e do poder.

A literatura é freqüentemente censurada pelos órgãos do poder porque ela ousa transgredi-lo. Os textos literários costumam mostrar aspectos da sociedade e das relações humanas que os textos oficiais e a História, amante do Estado, insistem em ocultar. Ao sonhar alto com uma outra sociedade e um novo homem, a literatura não se sujeita às sanções institucionais, ao poder emboscado em todo e qualquer discurso autoritário.

A literatura é educação por excelência, pois permite ao homem e à sociedade conduzir-se para fora de si, do mundo, distanciar-se ao mundo ideal imaginado por Platão, para entender, analisar e pensar diferente o mundo real em que nos situamos.

Literatura e educação sempre coexistiram, desde a sua origem na antiga Índia, Pérsia ou Grécia. Sua força de liberdade consiste na transgressão das normas, inclusive as lingüísticas; no trabalho de deslocamento que exerce sobre a própria língua; nos diferentes "saberes" que assume; na sua capacidade de pensar o real, sem ser absolutamente real; no seu trabalho nos interstícios das ciências; na sua enunciação da linguagem.

Segundo Antonio Candido, "é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscribita; a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominante". Conforme o mesmo autor, nas sociedades colonizadas, "a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apóia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas."

*O professor Francisco Aurelio Ribeiro é secretário de Cultura da Universidade Federal do Espírito Santo

A Babel do Pacífico

Adolescentes de São Francisco se preparam para o século do Pacífico indo em busca do conhecimento de culturas e línguas asiáticas

Lisa Margonelli*

Em um tempo de crescente aversão aos imigrantes, crianças de língua inglesa têm aulas em cantonês em duas escolas de São Francisco.

Na Golden Gate Elementary School, a professora Mimi Chiang, falando em cantonês, pede que a sua classe multirracial de terceira série escreva o caracter chinês relativo à "chuva". Robert Duckett, que é negro, toma o giz e o escreve corretamente.

Outrora, as escolas públicas dos Estados Unidos inculcavam em seus alunos imigrantes a idéia do "grande caldeirão de raças americano". Hoje, um número crescente de estudantes de São Francisco, tida como cidade majoritariamente asiática, está ingressando em programas de aprendizado da língua chinesa. Esses programas – chamados de *imersão*, porque se propõem a "mergulhar" no conhecimento de culturas asiáticas – já somam 300 em todo país, a maior parte deles em espanhol.

Os programas de imersão de São Francisco não apenas propõem a preservação da língua e cultura dos imigrantes, como também encorajam a especulação de como será o norte-americano após o ano 2000, no chamado "século do Pacífico".

Todo o tradicional conceito de *assimilação* – as minorias se igualando às maiorias – está se tornando obsoleto à medida que um número crescente de pais brancos, negros e sino-americanos de língua inglesa estão matriculando os seus filhos em programas de imersão onde os estudantes estudam outras línguas que não o inglês.

Segundo Nancy Rhodes, do Center for Applied Linguistics, de Washington D. C., "os programas de imersão estão aumentando em todo o país". A maioria deles é dada em espanhol, mas os dois programas em cantonês são exemplos típicos da expansão desse tipo de educação.

Vaga difícil – A competição é dura para aqueles que desejam ingressar no programa de imersão can-

tonês de West Portal, uma escola que tem 50% de sino-americanos, 20% de outros asiáticos e 15% de estudantes negros e brancos. Há uma loteria e um sistema de solicitação para o ingresso.

Após visitar a escola e ficar impressionada com a "mistura de estudantes de várias raças que se expressam bem em cantonês", Rebecca Rosen-Lum já fez duas solicitações para que a sua filha participe do programa.

Enquanto a maioria dos pais sino-americanos querem que seus filhos mantenham contato com a sua herança cultural, para muitos pais não-chineses o objetivo é o bilingüismo. Isso permite um maior contato com a comunidade chinesa de São Francisco, agora estimada em 25% da população da cidade, e prepara para o ano 2020, quando se acredita que a China vai superar os EUA e o Japão, tornando-se a maior economia do mundo.

Qualificação para um emprego

– Pat Bosley, mãe negra cuja filha, Melba, acaba de completar seis anos em um programa de língua cantonesa em West Portal, diz que ela e seu marido haviam decidido já há muito que "se as crianças européias podem ser educadas em várias línguas, as nossas também podem".

Cada um de seus quatro filhos é fluente em mais de uma língua. Ela afirma que assim será mais fácil para a sua filha aprender chinês mandarim, japonês ou outra língua asiática quando for a hora.

Mas o cantonês não é para uso exclusivo no bairro de Chinatown, diz a professora Lianna Szeito, chefe do programa de imersão. "O cantonês é uma língua de negócios e de comunicação". Ela lembra que o fato dessa língua ser ensinada nas escolas públicas aumentou o *status* dos cantoneses em sua comunidade.

Brenda Hicks, mãe afro-americana, vê os programas de imersão como uma maneira de seus dois filhos vencerem as adversidades: "Sendo fluentes em chinês e inglês, eles terão maior chance de conseguir qualquer tipo de emprego que quiserem". ■



São Francisco: num ponto de ônibus se vêem pessoas de todas as raças

*Lisa Margonelli é professora de inglês e escritora

CUBA

Educação, arma contra o aborto

O governo cubano lança nova investida para diminuir o número de gestações interrompidas, recorrendo desta vez à ajuda dos avós

Carlos Batista

Empenhadas há alguns anos em uma guerra frontal contra o uso indiscriminado do aborto, as autoridades cubanas preparam um inédito programa de educação sexual para atacar este problema social pela raiz.

O programa tratará de utilizar, em especial, a presença dos avós em muitos lares. Como consequência da escassez de moradias, em muitas famílias é comum conviverem três gerações sob um mesmo teto. E, em geral, os avós passam mais tempo em casa com os netos. Isso explica por que estudos sociológicos indicam que a comunicação entre eles é atualmente maior que a dos pais e filhos.

O atual plano de governo prevê a instrução dos avós e sua profunda inserção na comunidade para que sirvam de ponte entre os organismos envolvidos e os jovens, aproveitando sua influência atual sobre os netos.

Uso abusivo - Visto pela maioria da população como um recurso normal para interromper uma gravidez acidental ou não-desejada, o aborto foi tolerado em Cuba desde os anos 40, e tornado legal e gratuito a partir da Revolução, em 1959.

Essas condições e a ínfima taxa de mortalidade consequente de um aborto (a última morte por esse motivo ocorreu

há quase cinco anos) tornaram essa prática cada vez mais frequente na ilha caribenha.

Os esforços do programa de educação sexual pretendem, fundamentalmente, estabelecer valores como a paternidade responsável e não apresentar o aborto como a única saída diante de uma gravidez indesejada.

Cifras da Direção Nacional de Estatísticas do Ministério da Saúde Pública indicam que, em 1986 (ano mais crítico), de cada 100 mulheres grávidas atendidas nos centros médicos, 49 recorreram ao aborto.

O Programa Nacional de Ação em Favor da Infância estabeleceu a diminuição dos abortos como uma das principais metas para esse país. Segundo o documento, sua incidência deve baixar de 70 para cada 100 partos, para 50 por cada 100 partos no ano 2000.

Mas, dois anos depois de lançada a proposta, os índices continuam altos. Nesse período, 111.107 mulheres recorreram a esse método para interromper a gravidez, o que significa uma taxa de 70 abortos para cada 100 partos.

Novos programas - Para alguns especialistas, a escassez de meios anticoncepcionais, em consequência da crise econômica, impede que o número de abortos diminua mais rápido.

Com a colaboração de agências das Nações Unidas, o governo empreendeu a construção de fábricas de pílulas anticoncepcionais e outros programas relacionados ao tema. O Fundo de População da ONU (Fnuap) desenvolveu dois projetos em colaboração com o governo de Havana, que incluíram a qualificação de pessoal médico e paramédico e a criação de um Centro Nacional de Educação Sexual.

O primeiro desses programas está sendo levado a cabo em 40 policlínicas do país, envolvendo 1.620 médicos, um número equivalente de enfermei-



Cuba: melhorar a educação sexual dos jovens é uma das prioridades do governo

ras e 65 especialistas em obstetrícia. O governo está entrando com dois milhões de dólares e o Fnuap com 520 mil dólares.

O segundo projeto, a um custo de 267 mil dólares, liberados pelo Fnuap, concluiu em 1989 com a construção do Centro Nacional de Educação Sexual.

Lourdes Flores, diretora do instituto, afirmou que durante esses anos o Centro criou uma estrutura "inter-setorial e multidisciplinar", da qual participam médicos, sociólogos, psicólogos e outros profissionais.

Alba Aguirre, responsável pelo programa do Fnuap em Cuba, anunciou que a sede central de sua agência em Nova Iorque está analisando atualmente a liberação de verbas para um projeto intitulado "Educação sexual na comunidade para reduzir a gravidez indesejada".

Segundo revelou Rodrigo Vera - membro da equipe de apoio ao Fnuap -, este projeto se baseia em técnicas novas de aprendizagem, como parte da "revolução pedagógica" que ocorre em todo o mundo. O especialista assinalou que são necessárias técnicas muito ágeis e eficazes para conseguir "a aprendizagem na esfera da privacidade", o que constitui "um desafio técnico". ■

ÁFRICA DO SUL

Aprovado projeto de Carta

Apesar das ameaças da extrema-direita branca e de grupos negros conservadores, o processo de democratização na África do Sul continua avançando, agora com novo fôlego, após a aprovação do projeto da nova Constituição.

O acordo a que chegaram, mês passado, o governo de Pretória e o Congresso Nacional Africano (CNA) em torno da divisão do poder na futura administração interina abriu caminho para a assinatura da Constituição não-racial, que porá fim a três séculos de dominação da minoria branca.

Segundo o compromisso, o futuro gabinete buscará "o espírito de consenso que norteia o conceito de um governo de unidade nacional". Na ocasião, o presidente Frederick De Klerk e o líder negro Nelson Mandela, do CNA, propuseram



Militantes do CNA comemoram o fim do apartheid

que os impasses surgidos na Assembléia Nacional que vai dar a redação final à nova Carta sejam resolvidos por uma maioria de 60% dos votos. Segundo o calendário das negociações, a nova Assembléia será eleita no dia 21 de abril de 1994, nas primeiras eleições multirraciais do país.

Pelo projeto da nova Carta, o Poder Legislativo será constituído pela Assembléia Nacional, com 400 ca-

deiras, e pelo Senado, com 90 assentos. O Estado terá 11 idiomas oficiais, em vez dos dois atuais, e estará dividido em nove regiões com seus próprios Legislativos.

A nova divisão funde as fronteiras atuais das quatro províncias tradicionais administradas diretamente por brancos (Cabo, Orange, Transvaal e Natal) e dos bantustões (territórios negros "autônomos" ou "independentes"). Com isso, de-

saparecerão os quatro bantustões criados pelo regime de apartheid e nunca reconhecidos mundialmente: Transkei, Bophutatswana, Venda e Ciskei.

A nova Força de Defesa Nacional reunirá os efetivos das Forças Armadas sul-africanas e as milícias dos grupos negros, além dos exércitos dos bantustões.

O presidente sul-africano será eleito por maioria simples na primeira sessão do Parlamento, que deverá ser dominado pelo CNA. Na prática, isso significa que o futuro mandatário deverá ser Nelson Mandela, que deverá enfrentar o desafio de "integrar" duas nações que sempre viveram de costas uma para outra: uma África do Sul branca, onde não há analfabetismo, a renda per capita é de seis mil dólares anuais e a expectativa de vida é de 73 anos; e uma África do Sul negra, na qual o analfabetismo é de 20%, a esperança de vida é de 57 anos e a renda per capita, 700 dólares.

Nigéria

Depois de assumir o poder como presidente interino em agosto passado, substituindo o general Ibrahim Babangida — que anulou as eleições de junho deste ano —, o empresário Ernest Shonekan renunciou no dia 18 de novembro ao cargo, sem maiores explicações. Em seu lugar, assumiu o general Sani Abacha, ministro da Defesa e comandante-chefe das Forças Armadas.

Aparentemente, Shonekan renunciou devido à crise iniciada depois de um aumento de 600% nos preços dos combustíveis que ele mesmo autorizou. A Câmara dos Deputados foi dissolvida, sob o novo regime militar.

A Aliança Pró-Democracia, que nunca aceitou o governo imposto por Babangida, comemorou a renúncia e manifestou esperanças de que Abacha entregue o poder ao empresário Moshood Abiola, o vencedor das eleições realizadas em junho.

Nafta

A aprovação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), por 234 votos contra 200, pela Câmara de Deputados dos Estados Unidos pôs fim a uma acirrada disputa entre os opositores do acordo e o presidente norte-americano Bill Clinton. Além do estabelecimento da zona de livre comércio entre México, Estados Unidos e Canadá durante os próximos 15 anos, Clinton acredita que o acordo vá intensificar as relações comerciais com algumas nações que compõem o grupo das chamadas "economias emergentes asiáticas". Entre outras alterações, o Nafta prevê a livre comercialização de bens e serviços e a abertura de mercados para bancos e telecomunicações.

Um dos efeitos imediatos da aprovação do acordo foi a reação positiva das bolsas de valores do México e o clima de entusiasmo que tomou o meio político e empresarial desse país. No Canadá, a aprovação também foi recebida positivamente, apesar de algumas restrições de altos funcionários do governo de Ottawa sobre ameaças comerciais vindas de Washington.

ANGOLA

Novo diálogo de paz

Após vários contatos com delegações do governo de Luanda e da rebelde União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), as Nações Unidas obtiveram um consenso para continuar as negociações de paz, interrompidas há mais de seis meses. O diálogo recomeçou oficialmente em Lusaka, capital da Zâmbia, em 15 de novembro e apesar da discrição pedida aos meios de comunicação pela representante da ONU, Alouine Blondine Beye, uma rádio que cobria o encontro afirmou que ambas as partes "estavam se olhando nos olhos depois de meses de contatos indiretos".

A agenda aprovada prevê como ponto de partida o estabelecimento de um cessar-fogo em todo o país. Por sua parte, o governo de Luanda exigiu a desmilitarização da Unita e o aquartelamento de suas tropas, até que se consiga a integração do Exército único, contemplado nos acordos de Bicesse, firmados nessa localidade portuguesa em 1991. Também reivindicou o

restabelecimento da administração central em todo o território do país, controlado agora em mais de dois terços pelo líder da Unita.

Fontes não-oficiais afirmaram que os rebeldes desejam conseguir o estatuto de vice-presidente para o líder da Unita, Jonas Savimbi, alegando que dessa forma não seria necessária a realização do segundo turno das eleições para eleger o chefe de Estado.

Nas eleições de setembro de 1992, o Movimento para a Libertação de Angola (MPLA) conseguiu 51% votos contra 34% da Unita para a repre-



A guerra transformou o país numa terra de mutilados

sentação parlamentar, mas o presidente Dos Santos obteve 49,8% em relação aos 39% de Savimbi. Como nenhum dos candidatos obteve a maioria absoluta, seria obrigatória a realização do segundo turno eleitoral, mas o processo acabou frustrado pela decisão da Unita de voltar à luta armada.

Em 26 de novembro de 1992 a então representante da ONU em Luanda, Margaret Anstee, fez a primeira tentativa de restabelecer a paz. Porém, mais de 250 mil pessoas morreram desde a explosão desta segunda guerra civil — como consequência direta ou indireta dos combates — sem que até agora as negociações tenham dado resultado.

O silêncio dos meios de comunicação internacionais em relação a esta guerra, na qual "morrem dez vezes mais pessoas do que na Iugoslávia", segundo denunciava o primeiro-ministro português Cavaco Silva, contrasta com o destaque de outros conflitos. "A vida de um negro ou de um mulato de Angola tem um valor insignificante em comparação a dos brancos dos Bálcãs", denunciaram os comitês contra a guerra em Angola surgidos em várias capitais européias.

LÍBIA

Embargo parcial

O governo líbio se preparou durante vários meses para suportar sem grandes problemas o impacto das novas sanções impostas, em novembro, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. O novo embargo proíbe que se venda à Líbia maquinaria para sua indústria de transporte e refinaria, e ainda exige que se congelem todos os ativos de Trípoli no exterior.

O Conselho de Segurança emitiu sua primeira resolução contra o governo de Kadhafi em 1992, quando proibiu a comunidade internacional de vender armas e equipamentos de aviação para Líbia e ordenou o fim de todos os vôos internacionais de linhas comerciais para aquele país.

As sanções foram adotadas diante da negativa líbia de entregar às autoridades britânicas ou norte-americanas dois suspeitos de participar do atentado contra

o vôo 103 da linha aérea Pan American, no qual morreram 270 pessoas. O avião caiu sobre a cidade escocesa de Lockerbie em dezembro de 1989.

Em sua resolução, o Conselho de Segurança da ONU não proibiu a nação africana de exportar óleo cru e seus derivados (a comercialização do petróleo constitui quase 95% da produção econômica líbia), nem tampouco de importar os equipamentos necessários para perfuração e produção de hidrocarbonos. Em resposta à ação do foro internacional, a Líbia indicou que irá tentar convencer os dois suspeitos, Abdelbaset Ali Mohamed Al-Megrahi e Al-Amin Khalifa Fhiman, a se entregarem por livre vontade às autoridades escocesas.



Muammar Kadhafi

JORDÂNIA

Novo Parlamento

Os resultados mais significativos das primeiras eleições legislativas multipartidárias da história da Jordânia foram o retrocesso dos fundamentalistas islâmicos e a eleição de uma mulher. O novo Congresso será dominado por forças moderadas e de centro que respaldam a tentativa do rei Hussein de obter um tratado de paz com Israel. A Frente de Ação Islâmica ganhou 16 cadeiras, seis a menos em comparação com sua representação anterior, quando era o único partido legal.

O comparecimento de eleitores foi de 68%, um aumento de 18% em relação às eleições com partido único de 1989. Entre outras razões, o temor de que os fundamentalistas islâmicos ganhassem levou muitos cidadãos a comparecer às urnas. Pela Constituição da Jordânia, apenas os 80 membros da Câmara de Representantes são eleitos pelo voto popular. O rei tem a prerrogativa de nomear os 40 membros do Senado.

"Nós nos comprometemos a realizar uma eleição honesta e limpa e estou agradecido a todos os que tornaram isso possível", afirmou o rei Hussein. Pouco depois o gabinete renunciou para permitir ao monarca a nomeação de um novo primeiro-ministro, que por sua vez escolherá os futuros ministros. A Carta Magna jordaniana não obriga o rei a escolher o primeiro-ministro entre os quadros do partido mais votado. Mas o rei Hussein se esforçou nos últimos quatro anos para incluir no gabinete membros do leque político representado no Parlamento.

Tujan Faisal, a única mulher que conseguiu se eleger, abrindo um precedente histórico na política jordaniana, disse estar muito orgulhosa do processo democratizante em curso. "As pessoas achavam que levaria muito mais tempo para começar um movimento democrático que permitisse a competição com base em programas políticos, mais que pelo sexo", afirmou.

Seis palestinos também foram eleitos (contra 10 no Parlamento anterior) para integrar o Legislativo. A maior parte do povo jordaniano aprova a idéia de formar uma confederação com os palestinos quando o Estado autônomo na Faixa de Gaza e na cidade cisjordana de Jericó se tornar uma realidade.

PALESTINA/ISRAEL

Caminho sem volta

Durante sua recente visita aos Estados Unidos – a primeira depois da assinatura do acordo de paz com Arafat, em 13 de setembro –, o primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin disse que as negociações de seu país com a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) "passaram o ponto a partir do qual não se pode voltar atrás". E exortou o presidente Clinton a ajudar na aproximação entre Israel e seus vizinhos árabes.

Em contrapartida, o presidente norte-americano prometeu que pedirá ao Congresso que não diminua a ajuda econômica a Israel, apesar das pressões sem precedentes no sentido de que Washington reduza seu orçamento de cooperação externa.

O Congresso norte-americano tem aprovado a liberação de mais de 3 bilhões de dólares em ajuda militar e econômica a Israel todos os anos desde que foi assinado o acordo de paz de Camp David, em 1979, entre Tel Aviv e Cairo. Se não houver cortes, em 1994 Israel receberá 25% de toda a ajuda externa concedida pela superpotência.

Além disso, Clinton afirmou que "Washington verá de que outra forma pode ajudar Israel a cobrir os custos da paz" e se comprometeu a garantir a superioridade israelense no Oriente Médio. Com esse objetivo, a Casa Branca deve levantar as restrições à exportação de tecnologia de ponta a Israel e lhe permitirá adquirir novos caças F-15.

Enquanto isso, os palestinos comemoraram em 15 de novembro passado o "quinto aniversário de sua independência nacional". Com lenços brancos, verdes e negros – as cores pátrias – e bandeiras palestinas bordadas, homens, mulheres e crianças se aglomeraram no Teatro Hakawati de Jerusalém para escutar uma mensagem de Arafat.

Entre outras coisas, o presidente da OLP afirmou em seu discurso gravado e transmitido por alto-falantes que o processo em curso "é o início do estabelecimento do Estado palestino com Jerusalém como sua capital". Em 15 de novembro de 1988, o Congresso Nacional Palestino anunciou a formação do Estado da Palestina, um objetivo que parecia distante, mas agora, mais do que nunca, os palestinos parecem capazes de alcançar.

Faisal Hussein, que coordenou as negociações de paz, afirmou nesse ato que uma das prioridades atuais dos dirigentes palestinos é a libertação de todos os prisioneiros. O tema é chave para a população dos territórios ocupados porque quase todas as famílias têm pelo menos uma pessoa que foi presa durante a Intifada.

Arafat e Rabin: negociações no Egito, com mediação de Mubarak





Dirigentes de toda a América Latina se reuniram no Rio de Janeiro para analisar a conjuntura

AMÉRICA LATINA

Partidos reivindicam papel do Estado

Representantes de mais de 40 partidos da América Latina e do Caribe se reuniram na cidade do Rio de Janeiro nos dias 6 e 7 na 17ª Reunião Plenária da Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina e do Caribe (Coppal). A reunião foi coordenada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), como partido anfitrião, e pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI), do México.

Os temas conjunturais mais importantes da região e questões de caráter mais teórico, como o papel do Es-

tado, foram discutidos durante os dois dias do encontro, que confirmou a vigência da Coppal, a mais importante agrupação de partidos políticos latino-americanos.

Na reunião, o presidente do PRI, Luiz Ortiz Arana, foi reeleito presidente da Conferência por três anos. Entre os numerosos vice-presidentes eleitos estão o senador Antonio Cafiero (do Partido Justicialista, da Argentina); o general Líber Seregni (Frente Ampla, do Uruguai); Leonel Brizola (PDT, do Brasil); Oscar Eid Franco (Movimento de Es-

querda Revolucionário, MIR, da Bolívia); Anselmo Sule (Partido Radical, do Chile); José Francisco Peña Gómez (Partido Revolucionário Dominicano, da República Dominicana); Nils Castro (Partido Revolucionário Democrático, do Panamá) e o comandante Tomás Borge (Frente Sandinista, da Nicarágua). Foi reconduzido ao cargo de Secretário Executivo Carlos Flores Vizcarra, do PRI.

A Conferência manifestou sua oposição às teses neoliberais e reivindicou o papel do Estado na construção de alternativas de de-

envolvimento para nossos países que apresentem soluções para a grave crise social de nosso continente. Nesse sentido, se pronunciou a favor do fortalecimento do sistema democrático "mas sustentado em um projeto igualitário, cujos objetivos fundamentais sejam a justiça social e a defesa das liberdades essenciais do ser humano".

Entre seus vários pronunciamentos, a reunião condenou o bloqueio econômico a Cuba "que agrava, para a população, a deterioração de sua qualidade de vida"; expressou sua preocupação "pelos graves atos de violência e intimidação pública em meio ao processo eleitoral em El Salvador"; manifestou igualmente sua preocupação pela "interrupção do diálogo de paz entre o governo da Guatemala e a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (UNRG)"; e declarou sua confiança no "restabelecimento da ordem constitucional com o retorno do presidente Jean-Bertrand Aristide" ao Haiti.

BOLÍVIA

Fecha-se cerco a Meza

O governo boliviano acaba de ganhar mais um round na sua luta para levar a julgamento os responsáveis por violações aos direitos humanos durante o período militar. Desta vez, a atual administração conseguiu capturar Pablo Ontiveros, colaborador paramilitar da ditadura de García Meza e apontado como um dos assassinos do líder socialista Marcelo Quiroga Santa Cruz.

Ontiveros, condenado pela Corte Suprema de Justiça a 15 anos de prisão, participou em 17 de julho de 1980, dia do golpe de estado liderado por García Meza, da invasão da sede da Central Operária Boliviana (COB), em La Paz, onde se encontravam reunidos dirigentes sindicais

e políticos, entre eles Quiroga. As investigações do processo movido contra García Meza, que já duram dez anos, determinaram que Ontiveros foi um dos cinco agentes paramilitares que dispararam contra o dirigente socialista naquele dia.

O assassinato de Quiroga foi uma das atrocidades cometidas pela ditadura de Meza que mais comoveu e indignou organizações sindicais e de direitos humanos, devido à brilhante trajetória do dirigente socialista.

O subsecretário do Ministério de Governo, Hugo San Martín, afirmou que a detenção de Ontiveros demonstra a vontade da atual administração de encontrar também o ex-ditador, foragido desde 1986. "O cerco contra Meza se fecha cada vez mais", garantiu. Nos poucos meses de gestão, a nova administração já capturou quatro ex-colaboradores de García Meza. Dos 50 processados, cujas sentenças já foram dadas, só 12 estão detidos, cumprindo pena.

PERU

Os resultados do referendo

Um dos desafios atuais dos analistas políticos peruanos é interpretar os resultados do referendo constitucional de 31 de outubro no qual o *sim*, promovido pelo presidente Fujimori, obteve 52% dos votos contra 48% do *não*, defendido pela oposição. Tecnicamente, a consulta popular ratificou o modelo de Constituição liberal promovido por Fujimori, que será promulgado em breve; mas o curioso é que a votação não refletiu os 65% do respaldo popular que é atribuído ao atual governo.

O melhor desempenho do presidente foi em Lima, que demonstrou ser um bastião fujimorista (57% dos votos ao *sim*). Mas o *não* ganhou em 14 dos 24 departamentos (estados) do país, reduzindo a margem de vantagem obtida pelo governo na capital. O voto negativo – que mostrou um aumento de 50% em relação às previsões das últimas pesquisas de opinião anteriores à consulta popular – indicaria, segundo os analistas, que questões de ordem econômica acabaram por prevalecer, sobrepondo-se aos problemas de segurança.

CHILE

Os assassinos de Letelier

Dezessete anos depois do assassinato do ex-chanceler socialista Orlando Letelier, e de sua assistente norte-americana Roni Moffit, a justiça chilena considerou culpados pelo crime dois altos funcionários da ditadura do general Augusto Pinochet.

O general reformado Manuel Contreras, ex-chefe da temida polícia secreta (Dina), e seu subalterno nesse órgão, brigadeiro Pedro Espinoza, foram condenados a sete e seis anos de prisão, respectivamente.

A decisão teve enorme repercussão no país, já que, até então, nenhum militar de alto nível acusado de violações dos direitos humanos durante o governo militar tinha sido condenado por seus crimes.

O processo vinha se arrastando desde julho de 1991, quando a Suprema Corte, atendendo a um pedido do governo de Patricio Aylwin, decidiu reabrir a investigação encerrada

durante o regime de Pinochet.

Letelier – embaixador nos EUA e ministro das Relações Exteriores no derrubado governo de Salvador Allende (1970-1973) – foi assassinado em setembro de 1976, em Washington, onde estava exilado, apenas 12 dias depois da ditadura ter lhe privado de sua nacionalidade chilena.

A condenação dos dois oficiais foi elogiada pelo governo dos EUA: “Aplaudimos o veredicto e a decidida ação de levar a julgamento esse crime terrorista”, afirmou Phil Peters, porta-voz do Departamento de Estado.

O assassinato de Letelier e sua assistente norte-americana ocorreu em Washington, e desde então a Casa Branca tentou levar a julgamento os responsáveis pelo crime. Em 1978, os Estados Unidos tentaram obter a extradição de Contreras, Espinoza e do capitão Armando Fernandez Larios, mas a Justiça chilena negou o pedido.



Um camponês vota em Lima, onde ganhou Fujimori

O povo apoiou o presidente em seu empenho por desmantelar o movimento guerrilheiro Sendero Luminoso, mas quando a ameaça terrorista já não era mais vista como o principal desafio, o rechaço à situação econômica criada pelo duro plano de ajuste imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) determinou o *voto castigo* a Fujimori.

A perda da estabilidade no emprego estabelecida na nova Constituição, que impõe um sistema de contrato liberal nas relações de trabalho, e o risco de que a nova Carta Magna permita ao presidente acabar com a maior parte das escolas públicas, para transferi-las para órgãos comunitários, motivaram muitos eleitores a apoiar o *não*.

Porto Rico

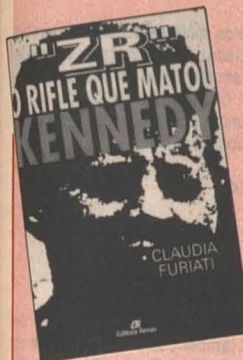
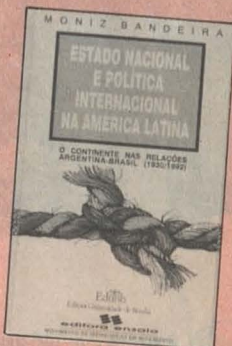
A população de Porto Rico decidiu em um plebiscito no dia 14 de novembro permanecer como Estado Livre Associado aos Estados Unidos, status que mantém desde 1952. A votação, que teve participação de 60% dos 2,3 milhões de habitantes da ilha, foi disputada voto a voto.

Cerca de 48% dos eleitores optaram pela permanência do estatuto atual, enquanto 46,2% votaram na proposta de anexação aos Estados Unidos, o que transformaria Porto Rico no 51º estado norte-americano. A proposta de independência total da ilha não ultrapassou 4,4% dos votos.

Esta foi a primeira consulta popular desde 1967, quando a proposta de manutenção do status atual venceu por margem de 2 a 1.

Para os porto-riquenhos, continuar como Estado Livre Associado significa não ter todos os direitos dos cidadãos norte-americanos, como o voto para presidente, a representação plena no Congresso, ou ainda acesso aos programas de saúde, educação e bem-estar social dos Estados Unidos. Porto Rico tornou-se território dos Estados Unidos em 1898, depois da guerra hispano-americana, e seu povo recebeu cidadania norte-americana em 1917.

POSTAL NORTE SUL



sando pela luta armada.
400 pp E-310
CR\$ 3.900,00

GIOCONDO DIAS – A VIDA DE UM REVOLUCIONÁRIO

João Falcão

Um mergulho na história política do país e sobretudo na trajetória do Partido Comunista Brasileiro desde a revolução de 1935 até a redemocratização de 1986. A vida do dirigente Giocondo Dias, que começou como cabo do Exército em 35 e chegou a secretário geral do PC. pp 412 E-324
CR\$ 3.960,00

A IMAGEM REBELDE – A trajetória libertária de Avelino Fóscolo

Biografia de um anarquista republicano e abolicionista que atuou em Minas Gerais e cuja sede de justiça o levaria a identificar-se com os ideais socialistas e, mais tarde, com o comunismo libertário. O mérito maior do trabalho de Regina foi reconstituir os passos da relação entre o autor e sua obra. 133pp E-308 CR\$ 2.500,00

A REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA

Moniz Bandeira
Do ideal socialista ao socialismo real. Ensaio de história política que começa com a derrota alemã na guerra de 1914/18, passa pela criação das duas Alemanhas depois da Segunda Guerra e analisa

a reunificação. 182 pp
E-286 CR\$ 2.600,00

UMA EDUCAÇÃO PARA A SOLIDARIEDADE

Regina Celia Mazoni Jomini
Antes de 1930, as idéias anarquistas predominavam nas organizações operárias brasileiras. O livro pretende contribuir para o estudo das concepções e experiências educacionais lideradas por anarquistas na República Velha que a História oficial esqueceu. 135 pp
E-297 CR\$ 2.800,00

500 ANOS DE INVASÃO, 500 ANOS DE RESISTÊNCIA

Organização: Roberto Zwetsch
Aproveitando o período de comemorações pelos 500 anos do chamado descobrimento da América, o livro é um testemunho ecumênico, com uma seleção de textos que analisam o violento processo de colonização do continente. 321 pp.
E-289 CR\$ 2.500,00

ECONOMIA MUNDIAL

Integração regional e desenvolvimento sustentável
Theotonio dos Santos
A formação de blocos como o Mercado Europeu, os Tigres Asiáticos e a possível criação do bloco latino-americano revela novas tendências. O autor analisa a globalização e a regionalização econômicas, o papel do Estado e das empresas
144 pp
E-319 CR\$ 2.700,00

O PILÃO DA MADRUGADA

Neiva Moreira

O jornalismo enquanto instrumento de solidariedade humana através das transformações sociais. A trajetória de Neiva Moreira no Brasil da época do golpe de 64 e, depois de exilado, no mundo. Seus encontros e entrevistas com líderes como Abdel Nasser, Fidel Castro, Agostinho Neto, Yasser Arafat, Robert Mugabe, Samora Machel. Cobertura de fatos que marcaram o século XX, como a descolonização africana e a luta contra as ditaduras na América Latina nos anos 70. 464 pp
E-208 CR\$ 2.500,00

LEITURA: ENSINO E PESQUISA

Angela Kleiman

Buscando reavaliar como se coloca o ato de ler na escola, o livro aborda a distância entre teoria e prática no ensino da leitura, o papel do aluno enquanto sujeito (e não mais objeto) do estudo e o do professor enquanto modelo do estudante.

213 pp
E-296 CR\$ 2.300,00

O ESTADO QUE NÓS QUEREMOS

Vários autores

Ação estatal em discussão: Antonio Salgado e Argemiro Pertence Neto (petróleo), Armando Ferreira Vidigal (militares), Berta Becker (Amazônia), César Guimarães e Roberto Amaral (TV), Fábio Erber (cooperação), Fernando Cotrim (siderurgia), Luiz Alfredo Salomão, Fernando Peregrino e Inês Patrício (tecnologia), Luiz Pinguelli Rosa (eletricidade) e Maria da Conceição Tavares (globalização)
230 pp E-323
CR\$ 2.970,00

ESTADO NACIONAL E POLÍTICA INTERNACIONAL NA AMÉRICA LATINA

O continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)
Moniz Bandeira
Abordagem comparativa das políticas internas e externas dos dois países em suas relações com os Estados Unidos. Análise dos fatores econômicos, sociais e políticos que determinaram tais políticas
303pp E-313 CR\$ 3.500,00

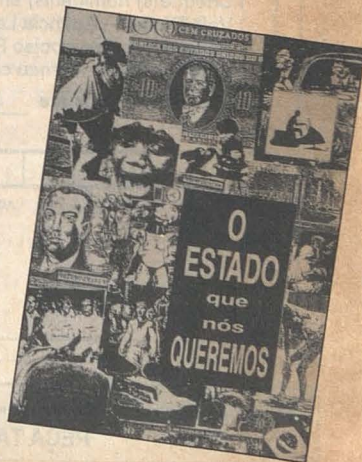
POLÍTICA LINGÜÍSTICA NA AMÉRICA LATINA

Vários autores

Reflexões sobre a política da linguagem no continente, num volume organizado por Eni Pulcinelli Orlandi e que reúne, entre outros, Alberto Escobar, Tania de Souza, Xavier Albó, Bartolomeu Meliá, Carlos Vogt, Peter Fry e Sergio Valdés Bemal.
191 pp
E-295 CR\$ 3.500,00

A CHINA LIGADA – Televisão, reforma e resistência

James Lull
A introdução da televisão no contexto do ambiente político e econômico da China acabou tornando-a o porta-voz oficial do Partido Comunista e a forma mais popular de entretenimento dos chineses, alargando a consciência cultural e política do povo e até fortalecendo a oposição.
170pp
E-305 CR\$ 3.400,00



ATENÇÃO: Se, por motivo de insuficiência de estoque, faltar algum livro de seu pedido, a entrega será feita parcialmente e completada posteriormente.

A economia mundial exige novas regras do jogo



Carlos Lopes

Até o mais modesto cidadão sabe hoje que a economia mundial está em crise. Ele vê na televisão as conseqüências do crescente desemprego nos países industrializados e vive na própria pele os estragos da recessão nas nossas nações subdesenvolvidas. Mas se o diagnóstico é conhecido – a economia está doente – não aparecem com igual

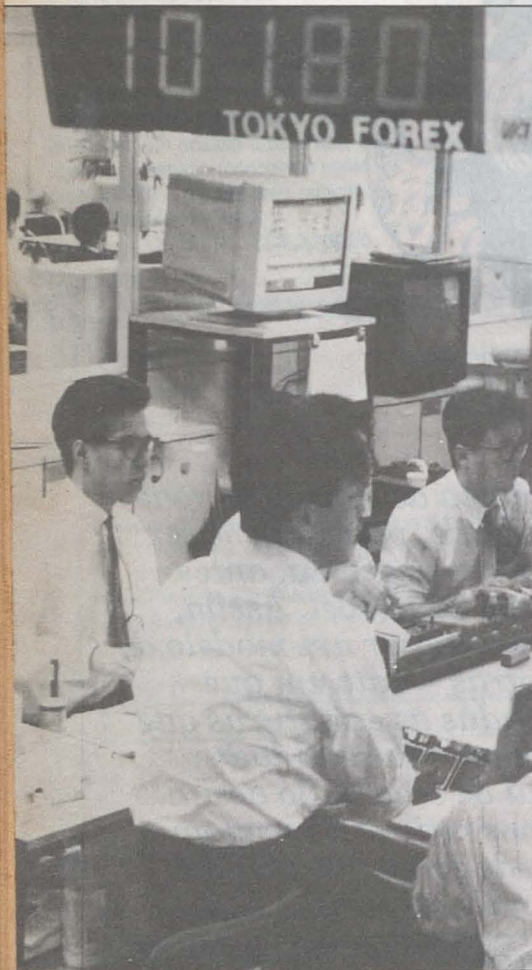
transparência as causas do mal. A enfermidade, porém, deve ser debelada com urgência, antes que se torne incurável. Assim, temos que adaptar um modelo de 50 anos atrás – data em que foram criadas as estruturas que hoje vigoram – às realidades deste final de século. Só assim poderíamos retirar da economia a camisa-de-força que não lhe permite mais respirar.

1944-1994

50 anos de Bretton Woods

Ultrapassados pela dinâmica mundial, o sistema e os mecanismos criados em 1944 já não se adaptam às necessidades dos países

O sistema monetário mundial não tem uma referência clara de câmbio



O atual sistema monetário e financeiro internacional foi criado na Conferência de Bretton Woods, realizada em 1944, para regular, ao término da II Guerra, a nova economia do mundo. Baseado no padrão ouro-divisas, o sistema deu à moeda norte-americana *status* de moeda internacional (a onça de ouro teve a taxa de câmbio fixada em US\$ 35) e legitimou os Estados Unidos como potência hegemônica no mundo. A conferência produziu

uma ata, com as novas regras do sistema, e dois anexos: um criando o Fundo Monetário Internacional (FMI); outro, o Banco Mundial (Bird).

Entram os anos 90 e existe um consenso de que ambas as instituições – pilares monetário e financeiro do sistema de Bretton Woods – precisam ser reformadas. Tal como está, o sistema não resolve os problemas dos países desenvolvidos e nem dos países do Terceiro Mundo. “Essa realidade é aceita pelo governo e o público norte-americanos, pela Europa, América Latina e países do Terceiro Mundo em geral”, afirma o economista Reinaldo Gonçalves, professor-titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para ele, a necessidade de reforma já se tornou evidente há pelo menos 20 anos.

As regras que passaram a nortear a economia mundial ao término da conferência – através das quais se delegou ao Tesouro dos Estados Unidos uma função semelhante a de um Banco Central internacional, proporcionando-lhe a arrecada-

ção de bilhões e bilhões de dólares –, não resistiram às mudanças ocorridas no cenário mundial nestes 50 anos, particularmente o novo protagonismo dos países da Europa Ocidental (com a Alemanha à frente) e do Japão, depois de um período de recuperação dos estragos da guerra.

Hoje, como afirma Gonçalves, toda negociação na área monetária é casuística, sendo clara a necessidade de definir novas regras no sistema monetário, que se tornou extremamente volátil, sem qualquer referência cambial. “Os europeus não conseguem se entender entre eles, muito menos com os norte-americanos e menos ainda com os japoneses”, lembra, citando as dificuldades enfrentadas pelo Tratado de Maastricht, um acordo apenas a nível regional, na área monetária.

Propostas de mudança – Com relação ao sistema financeiro, Reinaldo Gonçalves observa a mesma instabilidade, que atribui a uma exagerada desregulamentação. “A movimentação de moeda e de capital internacional ficou absolutamente fora de controle”, diz. Nos últimos dois anos, os bancos centrais estão trabalhando no sentido de uma nova regulamentação do sistema financeiro internacional. Existem várias propostas de reforma, entre elas o fechamento do FMI, transferindo seus recursos para o Bird, que, por sua vez, seria transformado num banco de desenvolvimento para financiar projetos e não países, como acontece agora.

Dessa forma, o Banco Mundial perderia as características que o transformaram num instrumento de política econômica externa (particularmente norte-americana) em relação aos países menos desenvolvidos.

Outra proposta aponta para a mudança na direção do FMI. Atualmente, as decisões são tomadas pelo critério de maioria, mas o voto é fruto de um sistema de cotas de contribuição (quem contribui mais, tem direito a uma porcentagem maior de votos). Esse sistema termina garantindo às nações industrializadas cerca de dois terços dos votos. Enquanto o Brasil, por exemplo, tem pouco mais de 1% dos votos, os Estados Unidos contam com quase 20%.

O cientista político René Dreifuss, membro do Departamento de Ciência Política e do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF), diz que a elite burocrática européia defende a necessidade urgente de mudar as regras do jogo no Banco Mundial e no Fundo Monetário, assim como de estabelecer um novo contrato político global. Dreifuss afirma que o velho acordo e seus mecanismos "não comportam mais a complexidade de fenômenos que estão acontecendo, como a reestruturação do sistema produtivo".

"Cada um dos países desenvolvidos tem alguma coisa a ganhar e a perder dentro do quadro atual. Mas certamente todos eles teriam condições de ganhar se conseguirem chegar a um bom acordo antes que as circunstâncias lhes imponham regras de jogo desastrosas", prevê.

O economista Sérgio Schlesinger, coordenador do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), no qual participam como pesquisadores associados Reinaldo Gonçalves e René Dreifuss, considera que se pensarmos exclusivamente na crise monetária européia, ela pode ser contornada com pequenas reformas "e não com essa sonhada e idealizada reforma global de Bretton Woods".

Na sua opinião, as mudanças nas estruturas criadas a partir de Bretton Woods – em particular o FMI e o Banco Mundial – interessam fundamentalmente aos países pobres. No mundo rico, o FMI foi deixado de lado a partir dos anos 70, depois de um acordo com a Inglaterra, cujos resultados foram catastróficos.

Diante dessa experiência, os países mais poderosos decidiram criar o Grupo dos Sete (G-7), a partir de uma articulação entre a França e a Alemanha, como novo mecanismo de negociação na área monetária internacional.

De acordo com orientações do Tesouro norte-americano, a partir de então a atuação do FMI foi reorientada para os países do Terceiro Mundo (embora o Tesouro francês predomine na gerência do Fundo Monetário, já que há duas décadas seus presidentes são ex-diretores do Tesouro da França, são os Estados Unidos que tomam as grandes decisões, inclusive porque têm poder de veto).

FMI: peça-chave do capitalismo – Em meados da década de 80, com a crise da dívida externa, o FMI tornou-se uma peça-chave do sistema capitalista mundial. "Mas a experiência dos últimos 11 anos demonstra que suas receitas vêm falhando uma atrás da outra", diz Reinaldo Gonçalves, lembrando que o Brasil já assinou mais de uma dezena de acordos (o último vencido em setembro deste ano).

Para o economista, ficou constatado que o ti-

po de ajuste econômico exigido aos países do Terceiro Mundo pelo FMI é nocivo à própria credibilidade da instituição. Por isso, o Fundo Monetário é hoje um organismo muito mais desprestigiado que o Banco Mundial.

Criado como um banco de reconstrução, o Bird encontrou sua vocação, nos anos 60, na área de financiamento de projetos em países do Terceiro Mundo. Na década de 80, o banco passou a financiar também projetos de reescalonamento da dívida externa e de ajustes estruturais para permitir o melhor funcionamento das forças de mercado.

Para os países do Terceiro Mundo, numa negociação que redefine os alicerces da economia mundial, os temas-chaves seriam, na opinião de Gonçalves, o acesso aos mercados, na área comercial, e a dívida externa. Ele reconhece, porém, que caso prevaleça a atual recessão, os países avançados estarão menos dispostos a fazer concessões, defendendo-se com um número crescente de restrições.

Nesse caso, a disputa de mercado entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento fica cada vez mais acirrada, e a solução dos conflitos se distancia.

Sérgio Schlesinger lembra que a Rodada Uruguaia do Gatt, para tratar de subsídios para a agricultura na Europa, vem se arrastando há anos sem previsão de um desfecho.

A dívida externa, na opinião dos economistas, também não é um problema resolvido, ao contrário do que querem fazer crer as autoridades e a própria imprensa brasileira, de um modo geral. Reinaldo Gonçalves lembra que o México está pagando quase US\$ 10 bilhões ao ano, enquanto o Brasil, com a renegociação, também deverá chegar aos US\$ 10 bilhões anuais. "A única explicação para que a situação ainda não tenha explodido é que a taxa de juros hoje (3,5%) está metade do que era há quatro anos atrás. Se a taxa de juros sobe, a economia explode no Brasil, no México e na Argentina", diz.



Michel Camdessus, presidente do FMI



O movimento internacional de divisas e capitais não está submetido a nenhum controle

Ascensão e queda de um sistema questionado

As nações que há 50 anos definiram as regras da economia mundial continuam no topo, mas o mundo já não é o mesmo e novos coadjuvantes exigem mudanças no roteiro

A Conferência Monetária e Financeira de Bretton Woods – que se realizou nos Estados Unidos de 1º a 22 de julho de 1944 e contou com a presença de 44 nações – lançou as bases da economia capitalista moderna, que, sem maiores mudanças, continua em vigor até hoje.

Ela foi programada durante a II Guerra para definir as regras do sistema monetário e financeiro internacional quando o conflito terminasse. Talvez nem mesmo aqueles que a conceberam tivessem imaginado que as decisões ali adotadas fossem durar tanto tempo.

Como não podia deixar de ser, Bretton Woods refletiu o predomínio dos Estados Unidos – uma das superpotências emergentes da II Guerra – nas relações econômicas, embora a idéia original fosse criar um sistema de equilíbrio.

Segundo o economista Reinaldo Gonçalves, a preocupação era evitar a reedição do desastre do período entre a crise de 1929 e o início da II Guerra. “Com a recessão de 1929, todos os países começaram a querer exportar, desvalorizando as suas moedas de forma predatória. Isso gerou uma confusão no sistema monetário, acabou criando zonas monetárias plurinacionais – a zona do franco, a zona do marco, a zona do dólar, a zona do iene etc. – e foi um dos grandes obstáculos à recuperação durante o entreguerras”, considera.

A idéia básica de Bretton Woods era criar um sistema que financiasse a acumulação de capital, bem como regulasse a liquidez internacional. Era preciso impedir o excesso de circulante, para que não houvesse inflação no mundo, evitando ao mesmo tempo que a escassez de moeda impossibilitasse o crescimento da renda.

O mundo do pós-guerra – Pelo menos desde 1942, o secretário do Tesouro norte-americano, Harry White, e seu colega inglês, John Maynard Keynes, trocavam idéias sobre a necessida-

de de “organizar” a economia mundial. De acordo com o cientista político René Dreifuss, tanto Keynes quanto White eram homens ligados a importantes estruturas de reflexão em seus países, seja no esforço da Inglaterra e dos Estados Unidos para se preparar para a guerra, seja como formuladores de estratégias para sair dela.

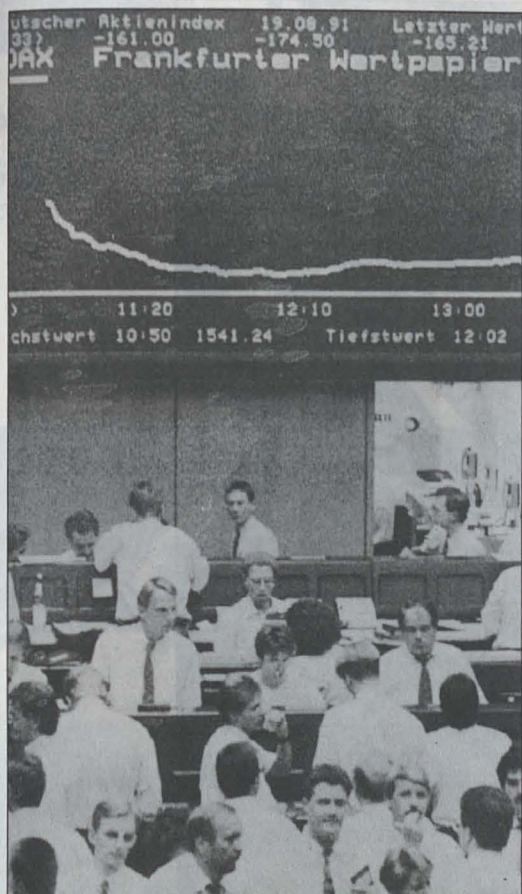
Dreifuss considera que, visto em perspectiva, o preparo do novo quadro do pós-guerra era relativamente fácil. “Aquele universo não chegava a 60 países, com uma boa parte do planeta sob controle do império britânico e boa parte da África e da Ásia sob domínio francês. Somente um pequeno grupo de nações participava da articulação dessas questões”, justifica.

Ao final de 1945, o panorama mundial estava dominado por um supergigante econômico, financeiro, político e militar, que eram os Estados Unidos. Duas nações poderosas, Japão e Alemanha, estavam derrotadas

As finanças do Japão mostram vigor, apesar da incipiente recessão



Anos 80



A Bolsa de Frankfurt expressa o dinamismo da economia alemã

das; a Itália também perdera a guerra e outros dois países, França e Inglaterra, estavam empobrecidos pelo esforço militar.

John Keynes e Harry White chegaram à Conferência de Bretton Woods com propostas definidas. Keynes defendia a emissão de ouro bancário com uma moeda própria, que ele chamou de *bancor*. Já Harry White propunha a criação de uma unidade básica chamada *unitas*. A proposta conciliatória aprovada no encontro restabeleceu o padrão ouro-divisas, tendo o dólar como moeda internacional. Uma onça de ouro passava a ter a cotação fixa de US\$ 35.

Reinaldo Gonçalves lembra que, naquela época, os Estados Unidos tinham 80% das reservas de ouro do mundo, e que o Tesouro norte-americano garantia a conversibilidade do metal em troca de dólares.

Nascem o Bird e o FMI – Quando a Conferência de Bretton Woods criou o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), conhecido como Banco Mundial, ambos receberam um capital de US\$ 10 bilhões. O FMI tinha a função de zelar pela execução dos acordos estabelecidos na Conferência e conceder empréstimos aos países cujos balanços de pagamento apresentassem déficits.

Quanto ao Banco Mundial, este começou a operar em 1946 concedendo empréstimos à reconstrução européia, passando mais tarde a se dedicar a operações de fomento junto aos países periféricos.

Nos primeiros anos de funcionamento do sistema de Bretton Woods a hegemonia norte-americana é expressiva. Em 1947, as exportações dos Estados Unidos geraram um excedente comercial de US\$ 10 bilhões, equivalentes a 4% do seu

PIB. No biênio 1946-47, o mundo utilizou quase US\$ 6 bilhões para financiar seu déficit com os Estados Unidos.

Com o Plano Marshall (1947-51) foram destinados à Europa cerca de US\$ 13 bilhões. O plano, que tinha como nome oficial European Recovery Program (ERP), negava algumas regras estabelecidas por Bretton Woods: permitiu, por exemplo, desvalorizações maciças das outras moedas em relação ao dólar. Pior ainda: em nome do endurecimento de relações com o Leste, politizava as relações econômicas dos Estados Unidos com os demais países.

No período entre 1948 e 1952, os países beneficiados pelo Plano Marshall tiveram um crescimento na produção industrial da ordem de 39%; dobraram o volume de exportações (contra um crescimento de um terço nas importações) e apresentaram um superávit de US\$ 600 milhões no saldo do balanço de pagamentos (1952).

A medida que crescia a participação norte-americana na defesa do chamado “mundo livre”, os gastos militares desse país passaram a representar o maior movimento de capitais para o exterior, além de alimentar o crescimento dos países da Europa Ocidental e do Japão, possuidores de territórios estrategicamente importantes.

Primeiros sintomas da crise – Em 1958, os países europeus assinaram um acordo monetário que estabeleceu a conversibilidade total das suas moedas, a partir de 1º de janeiro do ano seguinte. A regra básica do sistema montado em Bretton Woods – de taxa de câmbio fixa – começa a vigorar plenamente, definindo a paridade entre as moedas e o dólar.

Reinaldo Gonçalves chama a atenção para o fato de que, justamente quando o sistema alcança esse alto grau de amadurecimento, começa a dar sinais de decadência.

“Em 1960 o *passivo externo*, isto é, o dólar circulante fora dos Estados Unidos, era exatamente igual às reservas norte-americanas em ouro. Se todo mundo chegasse com dólar e exigisse do governo norte-americano que trocasse por ouro, as reservas dos Estados Unidos teriam caído a zero”, diz.

O distanciamento entre o passivo externo e ouro nos Estados Unidos foi aumentando, e se converteu num indicador de que o sistema estava com problemas. “O Tesouro norte-americano não tinha como bancar a sua emissão de dólar”, completa o economista.

Os primeiros sintomas de que a economia mundial estava com problemas coincidiram com a época mais marcante da descolonização na África e na Ásia (1958-1963). Esse fato, segundo Dreifuss, provocou um reacomodamento de influências sobretudo na Europa, mas também fora dela.

As mudanças políticas acontecem em todos os países europeus. Na Alemanha, registra-se uma ascensão constante da social-democracia. Na França, o general De Gaulle assume com uma plataforma que reconhece o desmantelamento do império colonial, reforça o empresariado francês e, superando os traumas da guerra, articula com a Alemanha uma base de atuação conjunta no centro do continente, buscando uma afirmação em relação aos Estados Unidos (ou contra os Estados Unidos).

Concorrência entre Europa e EUA - Com a França e a Grã-Bretanha fora do que Dreifuss chama "condomínio estratégico", os Estados Unidos vão ter que jogar um novo papel político-militar, o que exigirá "malabarismos contábeis e de reestruturação econômica".

Por outro lado, começa a recuperação do empresariado europeu e o ressurgimento dos bancos do velho continente como precursores de investimentos. O cientista político destaca que França, Alemanha e até a Inglaterra se lançam à política de "campeões industriais", sob a proteção do Estado.

Washington passa a ter que lidar com concorrentes de fato, e não somente com associados. "É o período no qual os europeus começam a visualizar os Estados Unidos como um desafio político e econômico", afirma Dreifuss.

Ao final da década de 60, a crise no sistema financeiro internacional ganha novos contornos. A tentativa de manter artificialmente o dólar como moeda padrão aprofunda a perda de competitividade da indústria norte-americana frente aos outros países desenvolvidos. A Guerra do Vietnã, financiada apenas pelos Estados Unidos, provoca um desequilíbrio muito forte no seu balanço de pagamentos. Alemães e franceses passam a alertar sobre a fragilidade do sistema.

O final da década marca a projeção européia para fora do continente e a projeção japonesa para o Ocidente. É o início da *transnacionalização produtiva*, com o grande empresariado internacional localizando empreendimentos fora de seu território, para estabelecer a comercialização global. A essa altura, os Estados Unidos reconhecem a necessidade de lidar com "parceiros", levando em conta as reivindicações e demandas européias e japonesa.

Segundo René Dreifuss, é nesse momento que os países que haviam irrumpido com força no novo cenário mundial começam a dar sinais de inquietação em relação à forma como as grandes questões econômicas eram negociadas. "Esses países buscam uma ruptura, pois não aceitam mais serem contidos



Nixon acabou com a conversibilidade dólar-ouro

dentro do invólucro institucional econômico que tinha sido criado em Bretton Woods", assinala.

Em agosto de 1971, os desequilíbrios no mercado de câmbio levam as multinacionais norte-americanas a remeter centenas milhões de dólares para o exterior, temerosas de uma desvalorização da moeda. A consequência foi um rombo no balanço de pagamentos do país. Richard Nixon, então à frente do governo, decide impor tarifas especiais sobre a importação, enquanto o dólar foi desvalorizado, passando a onça de ouro de US\$ 35 a US\$ 38.

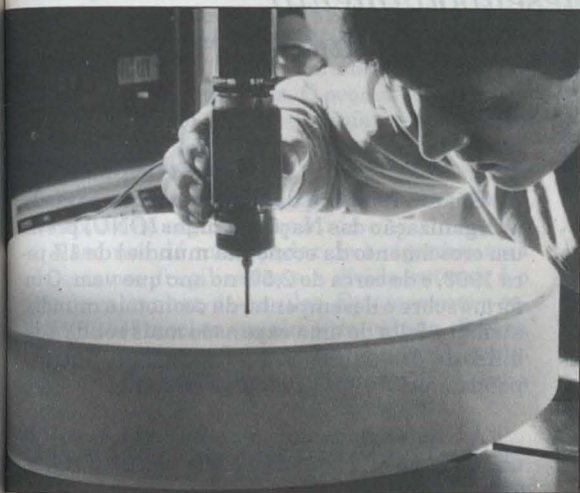
A conversibilidade passou a ser somente oficial, de Banco Central para Banco Central. "Foi aí que ocorreu a verdadeira ruptura no sistema de Bretton Woods. Todo o problema, então, era definir um novo sistema internacional, principalmente na questão dos tipos de câmbio e com relação à conversibilidade", conclui Reinaldo Gonçalves. Mas isso não aconteceu. ■

(C. L.)

Anos 80

Repensar a economia mundial

A década de 80 mostrou aos países industrializados a necessidade de estabelecer um novo sistema global para garantir seus investimentos de bilhões de dólares em novas áreas de interesse



A revolução tecnológica transformou o sistema produtivo dos países industrializados

A partir de 1971, Bretton Woods

ficou sendo apenas um marco histórico. Já na década de 60, o dinamismo industrial e comercial da Europa era visto nos Estados Unidos sob uma ótica político-ideológica. Cunhou-se a expressão "desafio americano", antevedo as dificuldades que a indústria

daquele país teria para enfrentar a concorrência da Europa e do Japão.

As indústrias européias e japonesas, modernizadas e dinâmicas, eram, além disso, estimuladas pela própria concorrência movida pelas filiais norte-americanas. "O mundo estava aberto para o investimento com dólar desvalorizado", diz o cientista político René Dreifuss.

O cientista político chama a atenção para o fato de que, a partir da década de 70, pela liquidez internacional provocada pelos petrodólares e a preponderância do sistema financeiro, se produz a *transnacionalização produtiva*, com os grandes bancos passando a desempenhar o papel de bússola do sistema.

Nos anos 80, os processos de integração regional e continental foram fortalecidos. Os países que faziam parte do grande acordo firmado em 1944 em Bretton Woods passam a atuar com interesses nacionais muito definidos, como pólos econômicos das suas respectivas áreas de influência, o que vai criar dificuldades para a gestão supranacional. "Os choques

de interesse começam a ficar cada vez mais claros", situa Dreifuss.

Renegociar Bretton Woods – A essa altura, interessava aos Estados Unidos a renegociação do sistema, pois já se constatava que a situação não podia permanecer como estava. Quanto aos europeus e japoneses, também passam a defender a necessidade de repensar o esquema de gestão planetária, pois as condições que foram impostas nas regras do comércio internacional já afetavam diretamente os seus interesses.

"Ao mesmo tempo que dependem do mercado norte-americano, eles são os principais investidores naquele mercado. São parte do ajuste global e simultaneamente se consolidam como potências que têm condições de estabelecer as suas próprias áreas de influência", explica o cientista político.

René Dreifuss considera que, a partir da Alemanha, começa a funcionar nessa década um sistema que vai desde a Bélgica até a União Soviética; da Espanha até a Iugoslávia. Em relação ao Japão, Dreifuss observa o interesse numa redivisão funcional do Sudeste asiático, da Ásia do Pacífico e da Ásia do Índico. Essa redivisão implica a necessidade de estabelecer novas regras políticas, estratégicas e econômicas com parceiros fundamentais como a União Soviética, a China e a Índia. Essas economias em expansão buscam garantias para os seus projetos, que já representavam naquele período investimentos de bilhões de dólares.

Por último, um novo fator que surge em fins da década de 80 demanda um novo tratado global: o desmoronamento do sistema soviético. Para serem incluídas numa visão mais ampla de interesses, as ex-repúblicas soviéticas teriam que superar a contradição de serem áreas rentáveis do ponto de vista econômico, mas politicamente instáveis. Segundo René Dreifuss, é preciso haver um rearranjo que permita o soerguimento dessas áreas. (C.L.)

Anos 90

Novos rumos, mesmos desafios

A crise econômica mundial limitou a capacidade dos europeus e norte-americanos de fazer concessões, o que coloca os países em desenvolvimento numa situação difícil do ponto de vista comercial, econômico e financeiro

Os problemas que a Europa enfrentou para ratificar o Tratado de Maastricht são um reflexo da crise econômica mundial

“**N**o final do século XIX havia estabilidade monetária e financeira, havia estabilidade geopolítica, diplomática e militar com o sistema de *equilíbrio de poder* na Europa. No fim do século XX não existe nenhum desses pré-requisitos. Há uma desordem generalizada na área monetária, financeira, comercial, política e militar.” Passados quase 50 anos de Bretton Woods, a constatação do economista Reinaldo Gonçalves reflete as dificuldades que enfrentam as negociações para um novo acordo global.

Em um relatório divulgado no mês passado, a Organização das Nações Unidas (ONU) previu um crescimento da economia mundial de 1% para 1993, e de cerca de 2,5% no ano que vem. O informe sobre o desempenho da economia mundial atribui a falta de uma expansão mais sólida à debilidade das nações industrializadas, que respondem por 70% da produção mundial.

À espera da recuperação – A recuperação nos países do Norte ainda não começou. O desemprego na região vem crescendo, enquanto a confiança dos empresários e consumidores se mantém baixa. Segundo o documento da ONU, existe “uma dúvida muito grande” sobre a possibilidade destas economias crescerem o suficiente para criar empregos e gerar recursos capazes de satisfazer as urgentes necessidades sociais.

Os dados da Organização das Nações Unidas reforçam os argumentos de Reinaldo Gonçalves de que hoje não existem condições básicas para um acordo multilateral, já que todos os países estão com uma agenda infinita de problemas. “Na época da negociação de Bretton Woods havia um ‘maestro’, os Estados Unidos, que pagava a conta e dava o tom da música. Hoje a realidade mundial está muito fragmentada, e até o poder de convocatória é difícil”, observa.

Como exemplo, lembra que nos últimos anos o Grupo dos Sete, que reúne os países industrializados



mais poderosos (Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, França, Itália, Alemanha e Japão), tem enfrentado obstáculos de toda a ordem para chegar a uma agenda mínima de negociação.

Na Europa, os problemas para a entrada em vigor do Tratado de Maastricht, assinado pelos 12 países que formam a Comunidade Européia (CE), mostram outra conseqüência da crise econômica. Maastricht começa a vigorar com um ano e meio de atraso. Os países da futura União Européia contam com um total de cerca de 19 milhões de desempregados, que representam 12% da população economicamente ativa.

Para Reinaldo Gonçalves, a crise que o Norte vem enfrentando desde 1989-90 reduz ainda mais o grau de liberdade dos países em desenvolvimento na negociação. "Tanto isso é verdade que o saldo comercial da América Latina com relação aos Estados Unidos caiu brutalmente nos últimos quatro anos", diz. O economista lembra que, no início do ano, a administração Clinton considerava a demanda latino-americana como um incentivo ao crescimento da produção industrial norte-americana, algo que a seu ver era inconcebível há alguns anos atrás.

"Isso nos dá mais poder de barganha, mas nós estamos fragilizados e a dívida externa é o grande calcanhar-de-aquiles. Estamos com a espada de Dâmocles em cima da cabeça. E essa reestruturação produtiva para eles é um problema, o que faz com que a situação seja de 'farinha pouca, meu pirão primeiro'", acrescenta.

Definir um projeto nacional – Quais seriam, então, os caminhos para os países do Terceiro Mundo, e em particular da América Latina, poderem aspirar a mudanças democratizantes no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial?

O quadro de negociação é complexo, e tem algumas semelhanças com aquele que antecedeu a 1945. "Os Estados Unidos naquele ano tinham de 50% a 60% do bolo, e hoje voltam a ter apenas 25%, como no pré-guerra. Alemanha e Japão recuperaram sua posição, e em alguns casos surgiram novos atores", diz.

Para René Dreifuss, o reforço dos espaços de integração regional, como o Pacto Amazônico; de consulta multilateral, como o Grupo do Rio; ou de um nível de acordo mais profundo e complexo, como o Mercosul, deve ter continuidade. Só assim se poderá encontrar denominadores comuns que possam ser negociados bloco a bloco. "Esses grupos de nações poderão estabelecer diálogos com outros grupos, que estão sendo criados na África e na Ásia, com problemas e necessidades comuns, cujas soluções também são convergentes."

Porém, o cientista político prevê a necessidade de mudanças internas para lidar com esse sis-



Clinton: a demanda latino-americana será um estímulo para a economia dos EUA

tema. O mais importante seria a definição de um projeto nacional, uma projeção para o futuro contando com recursos para alcançar as metas estabelecidas.

Esta seria a única forma de se deixar de ser apenas um peão no jogo econômico. "É um pouco a situação dos países africanos subsaarianos. São dependentes de decisões tomadas em Paris ou em Londres, às quais têm que se submeter por falta de outras opções", diz.

René Dreifuss cita como exemplo as negociações em busca de acordos regionais, entre japoneses e russos; russos e indianos; indianos e chineses; chineses e japoneses; e de chineses e russos. Ele observa ainda a realização de negociações subsidiárias entre coreanos e taiwaneses, indonésios, malásios e filipinos.

"Nós vamos ter que continuar pensando em termos de negociação regional e bilateral, mas também em envolver outros parceiros, com interesses que sirvam de ponto de referência para os nossos", assinala.

Observar qual o tipo de crescimento nas diferentes regiões, sem se deter somente em cifras, é indispensável – na opinião do cientista político – para que se tenha uma noção clara do potencial que pode advir de cada um desses acordos.

Se, por um lado, os países em desenvolvimento têm que renegociar suas relações com os Estados Unidos, por outro Dreifuss acredita que eles devam se preparar para preencher os espaços que se abrem, com uma diversidade de pólos econômicos e políticos, e uma possibilidade de negociação para pacotes bilaterais que até agora não existia. (C.L.)



A desnutrição está se generalizando entre as crianças das famílias pobres

Rumo a uma sociedade de homens-gabiru?

Relatório denuncia que uma subespécie humana – ou seja, pessoas com condições físicas e intelectuais muito abaixo das consideradas normais – está surgindo como produto da desnutrição

**Ettore Pierre
e Luciana Possamay**

Caminhamos para uma sociedade de homens-gabiru nascidos para obedecer? Esta é a inquietante pergunta que se fazem médicos e sociólogos uruguaios, consternados com a dimensão dos danos físicos e mentais que a crescente desnutrição está provocando em milhares de crianças pobres do país.

Enão é para menos. Estudos recentes revelaram que as carências alimentares estão impedindo pelo menos 20 de cada 100 filhos de famílias humildes de utilizar integralmente seu potencial genético. Muitas vezes, essas crianças são condenadas já no período intra-uterino a ser adultos subdesenvolvidos física e intelectualmente.

Esta realidade está se registrando sobretudo na capital do país, Montevideu, e nas áreas rurais. Mas, deixando

de lado os casos extremos, as estatísticas oficiais e privadas revelam uma dramática situação global: uma em cada quatro crianças uruguaias está afetada por diversos sintomas da desnutrição e esse percentual tende a crescer.

Cada vez menores – Segundo dados fornecidos pela doutora Susana Bragana, diretora da Escola de Nutrição do Hospital das Clínicas, instituto de alto nível técnico que depende da Universidade da República, os primeiros indícios da situação atual surgiram por volta de 1988 e se confirmaram em 1990.

Censos realizados nesses anos pelo Instituto Nacional de Alimentação (Inda) revelaram que entre 86 mil estudantes com idade entre 6 e 9 anos, quase 20% sofriam de retardamentos moderados e graves de crescimento.

Essa mostra representativa alertou sobre os extremos mais alarmantes de uma situação que posteriormente confirmaram outras pesquisas feitas por especialistas do Ministério da Saúde Pública.

Atualmente, em algumas das zonas mais carentes do país o retardamento do crescimento das crianças desnutridas se situa já em cerca de 50% abaixo do normal, segundo Carlos Paxos e Jannet Teruel, pesquisadores da organização não-governamental Grupo de Promoção de Desenvolvimento Regional (GPDR).

Pazos e Teruel pesquisaram a situação que impera nas áreas carentes do departamento (estado) de Cerro Largo, a 400 quilômetros a noroeste de Montevideu, o que resultou em um relatório sobre as conseqüências da pobreza e da fome sobre o tamanho das crianças.

Um episódio relatado no documento mostra a gravidade da situação: "Uma educadora nos contou que para muitas crianças a única comida do dia é a recebida no refeitório da escola. Segundo ela, há crianças que choram de fome na escola, que não querem trabalhar no inverno, estão com frio e mal-alimentadas (...). E à noite, às vezes, só tomam *mate cozido* (chimarrão com leite). Então temos que levá-los e dar-lhes alguma coisa para comer antes dos outros, porque não agüentam espe-

Uma nação à deriva



Mães uruguaias com carências alimentares geram filhos com estatura muito abaixo do normal

rar a hora em que todos tomam café ou almoçam, nos revelou a professora.

Tão ilustrativas quanto

coincidentes são as opiniões dos professores de outras áreas do departamento: "Temos pedido às crianças que não venham à escola quando chove torrencialmente. Mas, mesmo debaixo de temporal, todos aparecem. É a necessidade de comer..."

São muito freqüentes nas entrevistas as menções sobre o atraso no crescimento das crianças. O quadro ao lado resume a situação que este estudo revelou quanto ao retardamento no crescimento de crianças de 1º Grau, em algumas das localidades pobres. Deve-se lembrar que esse retardamento – ao contrário do de peso – revela carências profundas e constantes ao longo do processo de crescimento infantil.

"Se levarmos em conta o agravamento da situação sócio-econômica, um dado presente em todas as entrevistas feitas no meio rural e nos pequenos povoados – diz o estudo –, as perspectivas parecem ser bastante preocupantes, embora se reconheçam os esforços feitos para viabilizar medidas em favor do desenvolvimento dos me-

ninos e das meninas menores de seis anos."

Segundo a doutora Bragaña, as crianças afetadas pela desnutrição estão sendo vítimas de um processo irreversível, que reduz 35 centímetros em sua estatura, e às vezes até mais.

"Normalmente, uma criança de 7 anos mede 1 metro e 20 ou 25 centímetros. Em caso de acentuado atraso de

LOCALIDADE	RETARDO DO CRESCIMENTO %	LOCALIDADE	RETARDO DO CRESCIMENTO %
Aceguá	14,5	Peñarol	33,3
Bdo. Medina	27,3	Noblia	23,3
Cañitas	33,3	Paso Pereyra	23,1
Centurión	20,0	Punta de la mina	50,0

crescimento provocado por desnutrição, ela pode medir 90 centímetros ou menos", diz Bragaña. De fato, muitas dessas crianças não ultrapassam 80 centímetros de altura, segundo acaba de revelar um trabalho de campo realizado por uma equipe de profissionais universitários chefiada pelo médico e sociólogo Mario Alberto Nuti.

"É terrível – diz Sonia Enderiz,

uma das assistentes de Nuti – ver os pequenos corpos de pessoas de 5 ou 6 anos em crianças com 10 anos ou mais. Chegamos a detectar pré-adolescentes com altura que seria normal se tivessem 9 anos."

Nuti, que com sua equipe está elaborando um ensaio sobre as consequências que a desnutrição terá para o país no futuro imediato, descreve assim as características físicas dessas crianças: "São normalmente baixas, têm cabeças muito grandes para sua estatura, abdômen avantajado, pernas e braços finos. Crianças-gabiru que anunciam adultos-gabiru."

A fome se herda – Se uma criança não é adequadamente alimentada em seu primeiro ano de vida, será presa fácil da desnutrição. Não crescerá o suficiente e esse déficit a marcará pelo resto da vida.

Por outro lado, "se uma mãe sofre de desnutrição certamente seu filho também nascerá desnutrido, já que a alimentação da mãe é decisiva no período de gestação", assinala Bragaña.

Essa cadeia biológica adquire especial significado no contexto da atual situação uruguaia, marcado pelo alto percentual de grávidas com déficit alimentar. Isso ficou demonstrado em um estudo feito pelo Inda, que tornou

público que as carências nutricionais afetam quase 40 de cada 100 grávidas compreendidas no Programa Nacional de Complementação Alimentar Materno-Infantil.

Essas mães provêm de setores sociais empobrecidos, cujas necessidades básicas em geral não são satisfeitas, situação que, de acordo com os dados da Comissão Econômica para a

AMÉRICA LATINA

URUGUAI

América Latina (Cepal), um organismo da ONU, afeta no Uruguai 26 de cada 100 lares das áreas urbanas e 41% das famílias do meio rural.

Cinturão de miséria – Não surpreende, portanto, que os índices mais altos de desnutrição materno-infantil ocorram no cinturão de miséria que circunda o centro de Montevideu e nos três departamentos que fazem fronteira com o Brasil, zonas onde os índices de pobreza alcançam o dobro da média nacional.

Enquanto a média nacional de lares com necessidades básicas não-satisfeitas é de 22,1%, esse percentual sobe a 47% no bairro de Casavalle, situado na capital, e chega a 41% no departamento de Artigas, localizado no extremo norte do país.

É também nessas regiões onde se agrava o déficit alimentar que destrói de forma irreversível os organismos dos filhos das famílias mais pobres, segundo um diagnóstico feito pelo Instituto Nacional do Menor (Iname). De acordo com os dados divulgados por

Vinte de cada 100 crianças nascidas em famílias pobres sofrem danos físicos e mentais devido à desnutrição

este instituto, é lá que vivem as crianças uruguaias situadas abaixo do nível de pobreza.

Estas estatísticas revelam que vi-

vem na pobreza 34 de cada 100 crianças da capital e 46 em cada 100 do restante do país. Só nas regiões urbanas há 300 mil crianças pobres, das quais 100 mil em Montevideu e 200 mil nas demais cidades.

Estes números são especialmente significativos se for levado em consideração que no Uruguai se registram apenas 55 mil novos nascimentos a cada ano, índice de crescimento demográfico dos mais baixos do mundo.

Estes níveis de pobreza e necessidades básicas não-satisfeitas propiciam o avanço da desnutrição herdada, que vai sendo transmitida de mãe para filho. "Lares cada vez mais pobres geram mães cada vez mais desnutridas, que por sua vez têm filhos cada vez mais parecidos com os gabirus", sintetiza o dr. Alberto Nuti.

Nascidos para obedecer – A desnutrição não só prejudica o crescimento, como debilita irreparavelmente o organismo das crianças até torná-las mais propensas às doenças. Provoca também lesões no desenvolvimento mental e um retardamento intelectual irreversível, enfatizam os especialistas.

O bebê de uma mãe desnutrida paga um alto preço pela falta de proteínas e calorías que necessita no período intra-uterino e em seus primeiros meses de vida. A falta de alimento impede

que suas células cerebrais se multipliquem e isso deixará seqüelas para sempre, explica Nuti.

Debilitadas e com genes defeituosos, as crianças desnutridas crescerão apáticas, indolentes, incapazes de aprender. Aproveitarão muito pouco – e talvez nada – do que ensinarem seus professores, isso se conseguirem frequentar uma escola...

Uma das mais trágicas conseqüências da desnutrição é o *cretinismo endêmico*, doença que provoca surdez e deficiências mentais tão graves que anulam qualquer possibilidade de aprendizagem. Por essa razão, muitas crianças subnutridas nem iniciam seus estudos ou deixam logo após começá-los, assinala Nuti.

Em outros casos as crianças desnutridas perdem sua capacidade de expressão verbal, o que lhes impede de cumprir satisfatoriamente suas tarefas escolares. Esse é o motivo pelo qual são muito poucas as crianças subnutridas que completam os quatro primeiros anos do primário. Isso também explica por que no Uruguai é tão alta a porcentagem de evasão escolar no 1º Grau da rede oficial, onde de cada 100 matriculados 40 provêm de lares pobres.

Por essas razões, as crianças com grave desnutrição são virtualmente incapazes de absorver conhecimentos indispensáveis para prepará-las para o mercado de trabalho. Nessas condições, crescerão como adultos ignorantes, condenados a receber os mais baixos salários e a viver nas piores condições, diz Nuti.

E conclui o sociólogo: "Pobres, famintos, incapazes de progredir, os desnutridos só poderão legar a seus filhos sua própria incapacidade, sua própria pobreza, sua própria fome. Assim, se fecha o ciclo que transmite, multiplica e perpetua a desnutrição. Em conseqüência dessa situação, crescerá o número de uruguaios de segunda classe, mental e fisicamente subdesenvolvidos, nascidos para obedecer os bem-alimentados."



Uma nação à deriva

Juliana Iooty

O Burundi estava afastado dos noticiários desde junho último, quando – pela primeira vez desde que se tornou independente da Bélgica, há 31 anos – um candidato da maioria étnica hutu foi eleito presidente, de forma direta e democrática.

A eleição de Melchior Ndadaye, por 60% dos votos, reacendeu as esperanças de convivência pacífica e democrática entre as duas etnias rivais: a minoria tutsi, que se manteve no poder desde a independência até as eleições de junho, e a maioria hutu.

Segundo um padre de origem hutu que não quis ser identificado, a vitória do candidato Melchior Ndadaye, de 40 anos, “foi como uma libertação” para a maioria étnica, que compreende 85% dos cerca de 5,8 milhões de habitantes do Burundi.

Mas a alegria dos hutus durou pouco. A frágil democracia resistiu apenas quatro meses. No dia 21 de outubro, soldados da minoria tutsi, que detém o controle do Exército, derrubaram o governo de Ndadaye, assassinando-o horas depois juntamente com outros membros do seu gabinete em um campo militar nos arredores da capital, Bujumbura.

Os esforços de Ndadaye no sentido de neutralizar, ou pelo menos reduzir, o domínio dos tutsis nas Forças Armadas, através de nomeação de membros da etnia hutu para cargos de comando do Exército, representavam uma ameaça aos interesses da minoria, que sempre fundamentou seu poder no controle das Forças Armadas.

A violência e incerteza que tomaram conta do país após o sangrento golpe militar levam centenas de milhares de pessoas a buscar refúgio nas nações vizinhas

O anúncio de mudanças no comando do Exército foi, portanto, a justificativa que faltava aos militares da chamada linha dura burundinense para derrubar o novo governo.

Perseguição e êxodo – Apesar de aterradora, a matança que se seguiu ao golpe não foi a primeira e talvez nem mesmo a maior já ocorrida no país. Desde a independência, declarada em 1962 sob o reinado de Muambutsa IV, as etnias rivais enfrentaram-se por várias vezes. Em 1972, os tutsis massacraram cerca de 300 mil hutus e, em 1988, novamente os hutus são perseguidos e mortos após a nomeação de onze ministros desta etnia.

Há relatos dos sobreviventes que traduzem a selvageria deste último conflito étnico. Segundo eles, as atrocidades foram cometidas tanto por soldados, que invadiam vilas ateando

fogo aos corpos dos moradores ainda vivos, quanto por crianças que despejavam litros de gasolina em colegas tutsis de uma mesma turma para depois queimá-los vivos. “A violência parecia não ter fim”, descreve um sobrevivente civil. “Havia tutsis que ajudavam os sol-

dados a identificar os vizinhos hutus para que estes fossem executados.” Mulheres, velhos, jovens ou crianças – ninguém escapava do massacre.

Aterrorizados com a violência imperante, os moradores das antes populosas vilas do Burundi fugiram em massa para países vizinhos. Organizações humanitárias estimam que no mínimo 600 mil pessoas, aproximadamente um décimo da população do país, tenham se refugiado em campos no Zaire, Ruanda e Tanzânia.

À espera de ajuda – Preocupados com a situação na nação vizinha e com o fluxo incessante de burundinenses para seus próprios territórios, dirigentes do Zaire, Ruanda e Tanzânia reuniram-se na capital ruandesa, em fins de outubro. No encontro, pediram ajuda para os refugiados e o envio de uma força internacional que garanta a integridade física da população e dos políticos sobreviventes do golpe.

Porém, o apelo dos dirigentes africanos deve cair no vazio. A disposição de uma organização internacional (Nações Unidas ou Organização da Unidade Africana) de envolver-se em um conflito como este esbarra na cautela e no medo de amargar um novo fracasso em mais uma tentativa de estabilização política.

Segundo um alto funcionário da ONU, é pouco provável o envio de forças de paz da organização para o Burundi. Ele lembra que as Nações Unidas têm um número recorde de operações de paz ao redor do mundo, entre elas as missões da Somália e da antiga Jugoslávia, que além de sofrer ataques e baixas, têm sido alvo de críticas.

Para os analistas, é prematuro anunciar o sucesso do golpe ou identificar quem está no poder no Burundi. Há controvérsia mesmo entre as autoridades depostas e os líderes militares golpistas. Alguns golpistas já foram presos, mas a maioria dos sobreviventes continua escondida em embaixadas aguardando um possível acordo entre militares e membros do governo deposto, ou alguma sinalização de ajuda da OUA, ou até mesmo da ONU.

Até lá, o Burundi será uma nação à deriva, sem saber quem o governa, mergulhado no ódio e na rivalidade étnica. ■



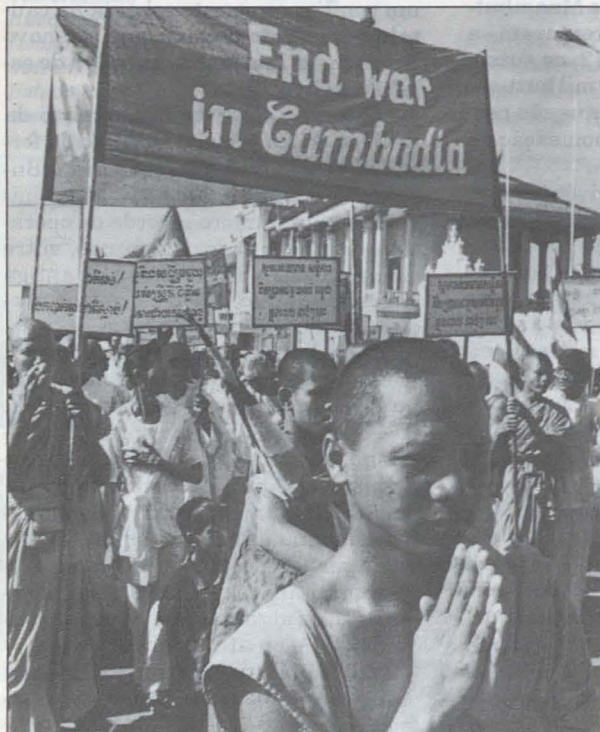
País essencialmente agrícola, desde o golpe milhares de pessoas abandonaram suas aldeias devido aos conflitos étnicos

O desafio da reconstrução

Com a saída das tropas da ONU, começa para o Camboja a etapa mais difícil do processo de paz: a reconstrução econômica de uma nação arrasada por décadas de guerra

Miriam C. Ferrer

Após supervisionar as eleições em princípios deste ano, as Nações Unidas começaram a deixar o Camboja, mas a frágil coalizão do governo que ajudou a instalar passa por grandes problemas.



Manter a paz é um dos desafios do governo de coalizão

A Autoridade de Transição da ONU para o Camboja (Atnuc) deixará a parte mais difícil do processo para o governo cambojano: reconstruir o futuro econômico e democrático deste país arrasado pela guerra.

“Os cambojanos têm grande esperança em seus novos dirigentes. Seu fracasso poderia levar o Khmer Vermelho a ganhar terreno”, afirmou o chefe da Atnuc, o japonês Yasushi Akashi em uma recente reunião de acadêmicos do sudeste da Ásia.

Um dos pontos-chaves que a Atnuc deixa sem solução é o fato dos temidos khmer vermelhos continuarem ainda muito armados. Funcionários cambojanos estão tentando conseguir que agências doadoras lhes ajudem a tratar com os rebeldes e reerguer a devastada economia.

O perigo da dependência – Mas os voluntários e os grupos de ajuda em Phnom Penh temem que a chegada da ajuda, embora muito necessária, possa exacerbar a dependência e perda de controle sobre as prioridades de desenvolvimento. Para eles, o Camboja poderia terminar se curvando diante dos planos das agências internacionais.

“Sempre existe o perigo de que as agências estrangeiras imponham suas próprias estruturas e prioridades aos grupos locais”, comentou Eva Mysliwiec, chefe do Instituto Cambojano de Desenvolvimento de Recursos.

Os grandes doadores, como os Estados Unidos e o Japão, tendem a promover projetos que causam grande impacto ao desenvolvimento agrícola. Esses projetos se baseiam muito mais em técnicas agrícolas modernas, ignorando os métodos

tradicionais, as relações sociais e o equilíbrio ecológico, comentou Eva.

Nesse ponto, o responsável pelo Atnuc também concorda: “A necessidade real é por projetos de pequena escala, de muita mão-de-obra, mas alguns doadores consideram que isto leva muito tempo para dar resultado.” Na opinião de Akashi, é preciso dar prioridade aos projetos básicos e pequenos como a construção de estradas e escolas e abertura de poços.

Soluções locais – Grupos locais, ao mesmo tempo que reconheceram a importância da ajuda aos refugiados e à repatriação, declararam que destinar mais ajuda para estes setores deixa os pobres do campo desamparados.

Embora se reconheça que a Atnuc iniciou o processo de pacificação do Camboja, o organismo também é responsabilizado pela alta acelerada da inflação e pelos problemas sociais como a especulação com a terra, a prostituição e o contrabando.

Alguns especialistas em desenvolvimento também argumentam que os fundos utilizados para levar adiante a mais cara operação de pacificação das Nações Unidas poderiam ter sido usados para financiar o desenvolvimento local.

Afinal, as soluções cambojanas para os seus próprios problemas seriam mais apropriadas, como mostrou o compromisso político entre o príncipe Norodom Sihanouk Ranariddh, do Partido Funcinpec, e o ex-primeiro-ministro Hun Sen do Partido do Povo do Camboja.

Este Estado, chefiado simultaneamente por dois dirigentes, pode parecer estranho aos cientistas políticos de formação ocidental, mas tem conseguido manter a estabilidade, enquanto a Assembléia Nacional delibera sobre uma nova Constituição que dará forma a um sistema de governo mais permanente.

O acordo foi concebido pelo pai do compromisso, o príncipe Norodom Sihanouk, e permitiu aos dirigentes cambojanos exercer de imediato a soberania no período pós-eleitoral.

Quem vigia os vigilantes?

O mundo precisa contar com um poder que atue como polícia multinacional. O problema é estabelecer os limites e as regras às quais uma força desse tipo deverá se ajustar



A Organização das Nações Unidas (ONU) mantém atualmente 17 missões simultâneas em todo o mundo.

Os últimos acontecimentos no Haiti, Somália, Bósnia ou Camboja mostraram as dificuldades enfrentadas por esta força multinacional em diferentes situações que, por sua gravidade, exigiram intervenção internacional. Mas delicados aspectos estão em jogo quando se trata o tema do funcionamento de um poder de polícia mundial.

Quem pode decidir quando, para quem e como deve ser feita uma intervenção externa para ajudar um país a resolver uma situação que, de outra forma, não poderia solucionar sozinho?

Como evitar que esta polícia mundial se transforme em um instrumento dos países mais poderosos para manter sua hegemonia no mundo, como já ocorreu na Guerra do Golfo em 1991? Estas e outras questões são analisadas neste artigo, como uma contribuição a este debate que promete ser um dos mais importantes na agenda internacional dos próximos anos.

Brady Tysson*

A cabamos de sair de uma perigosa era – a Guerra Fria – para entrar em outra não menos perigosa: uma era de novas turbulências internacionais. As características principais da primeira foram a corrida nuclear, a acumulação maciça de armas convencionais e o generalizado desprezo pelas questões sociais.

Os principais traços que identificam o novo período são o descobrimento de novas tecnologias, a modernização “pós-industrial”, a concentração da riqueza em mãos de algumas poucas e fechadas elites e o agravamento da crise social em todo o mundo.

Neste novo período, o aumento do desemprego, a recessão, a ameaça da fome em vastas regiões do planeta e o agravamento dos conflitos étnico-religiosos convivem com o fortalecimento de uma elite transnacional, que não tem compromissos com nenhum sistema político determinado.

Os riscos da ingerência – Se se decidir estabelecer um poder de polícia mundial eficiente, capaz de contribuir para solucionar conflitos fratricidas, de pôr fim à “limpeza étnica” na Iugoslávia, de ajudar a controlar a fome e as calamidades naturais em diferentes lugares do mundo, se estaria violando, em muitos aspectos, o princípio da soberania. E a soberania tem sido um dos principais elementos de poder e de defesa internacional das nações mais fracas.

A outra alternativa, no entanto, implicaria contemplar passivamente como crescem o caos, a anarquia, a exploração das nações pobres pelas ricas, que continuarão enriquecendo enquanto as primeiras empobrecem.

Se não se estabelecer um poder eficaz de polícia mundial, por outro lado, a atual sociedade mundial de duas caras e a anarquia que já está instalada em algumas regiões do planeta levarão à consolidação de um novo mundo bipolar. Desta vez, será um mundo dividido entre pobres e ricos, onde imperará a insensibilidade como principal característica e haverá uma crescente



Soldados da ONU revistam civis somalianos: a atuação das forças de paz naquele país tem sido muito questionada

marginalização de alguns povos e nações que deverão lutar por todos os meios para sobreviver.

A ordem, neste último caso, será estabelecida mediante decisões estritamente militares, sobre hipóteses pensadas e decididas fora do país em questão. No pior dos casos, algumas dessas nações seguirão seu ritmo atual de decadência até ficarem completamente à mercê do terror e da anarquia.

As seqüelas da Guerra Fria – Desaparecida a Guerra Fria com a conseqüente neurose mundial que impuseram as duas superpotências, a comunidade internacional começa a se preocupar com os problemas globais que ficaram como seqüela. O esgotamento do modelo imposto aos países subdesenvolvidos e sua contrapartida – o consumismo dos países ricos – são o eixo em torno do qual giram esses problemas.

A falta de perspectivas no Terceiro Mundo está provocando uma emigração maciça para os países industrializados, que chega a um milhão de pessoas ao ano.

O crescimento do desemprego, a contaminação ambiental e a crescente indiferença da elite mais rica em rela-

ção às dificuldades da maioria da sociedade também foram gerados durante a Guerra Fria. Mas a nova realidade mundial fez surgir novas facetas de velhos problemas, como a explosão do nacionalismo étnico (e sua versão terrorista, a *limpeza étnica*).

O fim da Guerra Fria, por outro lado, não foi suficiente para conter definitivamente o tráfico de armas; pelo contrário, o mundo multipolar atual propicia sua proliferação, inclusive das armas nucleares.

Nova polícia – Existem vários pontos de vista que apóiam o estabelecimento de um poder de polícia mundial. Muitas vezes estes pontos de vista diferem e chegam a ser contraditórios.

Por um lado, estão os que sustentam a necessidade de manter uma força de paz para impedir que se modifique o *status quo*. Esta força estaria comandada pelos governos dos países desenvolvidos. Seu objetivo seria restabelecer e manter a “ordem internacional”, exercendo um poder hegemônico no mundo.

Uma segunda abordagem parte do princípio chamado de “segurança coletiva”, segundo o qual as agressões internacionais e a violação maciça aos direitos humanos justificam a intervenção da comunidade internacional. Para que tal intervenção se produza, todos os países devem estar de acordo.

A idéia de “segurança coletiva”, assim aplicada, respeita o princípio de soberania de cada país.

Um terceiro ponto de vista defende a criação de uma força internacional de defesa da democracia e dos direitos humanos, como base para manter a ordem mundial. Estabelecida segundo estes princípios, essa ordem mundial seria a condição necessária para possibilitar o progresso social em todo o planeta.

Um quarto ponto de vista dá ênfase ao desenvolvimento econômico sustentável. E outros, finalmente, resgatam a vigência do direito de “intervenção por razões humanitárias”, em casos de fome, catástrofes naturais etc., nos quais os governos nacionais não possam ou não queiram assumir a responsabilidade que lhes cabe. Nesses casos, a comunidade internacional teria o direito de ingerência.

Deste leque de posições a favor da imposição de um poder de polícia mundial pode se concluir que existe entre todas elas um ponto de convergência: o pressuposto de que *as fronteiras do Estado-nação foram rompidas*. Existe hoje um crescente desenvolvimento de comunidades globais ou transnacionais e há um ponto básico de convergência no sentido de que as nações não podem se isolar. Na melhor das hipóteses, podem participar de forma criativa na nova comunidade mundial emergente.

O princípio de soberania – É evidente que, nesta nova concepção das relações internacionais, está em jogo o tema da soberania; não da soberania entendida como instrumento de um governo determinado, mas como expressão da identidade das nações e dos povos. Neste sentido, o estabelecimento de “sanções internacionais” pode levar muito mais a criar problemas que a solucioná-los.

É necessário, portanto, avançar para formas de relacionamento onde se repetem princípios básicos da convivência internacional; devemos caminhar para uma sociedade mundial mais humana, que só existirá no dia em que os povos do mundo possam assumir a condução de seus próprios destinos.

Os primeiros passos serão necessariamente mais difíceis. É impossível

pensar que as Nações Unidas e as organizações multilaterais regionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA) possam ser encarregadas de dar forma a uma instituição militar deste tipo, já que essas instituições, na verdade, têm sido sempre vítimas das pretensões e manipulações dos velhos e novos poderes coloniais, mais que expressão da vontade dos povos.

Os que já são ricos e poderosos herdaram um sentimento de superioridade e racismo que vem da época colonial. Esse sentimento de superioridade racial se baseia na suposição de que aqueles que são ricos é porque são mais inteligentes, ou têm mais qualidades. Como consequência dessa herança cultural, o estabelecimento de um poder militar que "manipule" o mundo é uma grande tentação.

Por outro lado, cabe lembrar que hoje a comunidade internacional está influenciada por um grupo poderoso de meios de comunicação, como as cadeias CNN e BBC, mais preocupados em promover o sensacionalismo do que em informar.

As alternativas da ONU - Uma alternativa possível seria pôr essa polícia mundial sob o comando do Conselho de Segurança da ONU; mas não como existe hoje, e sim ampliado, incorporando países poderosos do Terceiro Mundo, como China e Brasil haviam proposto.

No entanto, o papel-chave deveria estar reservado à Assembleia Geral. A única forma de evitar que as decisões

sejam tomadas exclusivamente pelas grandes potências é dar à Assembleia Geral a autonomia de decidir as questões-chaves em matéria de polícia mundial. Mas, como pode a Assembleia Geral decidir corretamente, em um processo onde participem países do Terceiro Mundo?

Em primeiro lugar, deveria abrir-se uma instância prévia de consultas a instituições como a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Programa

Boutros Ghali: secretário geral da ONU em um momento em que a organização é alvo de muitas demandas para que democratize seu funcionamento



das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) etc. Em segundo lugar, deveria contemplar-se a participação das Organizações Não-Governamentais (ONGs) internacionais, como representantes de setores significativos da sociedade civil.

De todas as responsabilidades da força mundial, sem dúvida a mais complexa será contribuir para solucionar os conflitos de nacionalidades. Assim, um corpo policial atuaria em guerras como as da Bósnia, Armênia, Curdistão e outros conflitos nacionais que herdamos da Guerra Fria.

O trabalho de pacificação em conflitos nacionais como os enumerados, pelas razões que foram expostas anteriormente, talvez não se possa contar nunca com participação de forças estrangeiras, embora sim com a ajuda militar e logística administrada pela comunidade internacional.

A estrutura jurídica da força de paz, por outro lado, deve estar baseada na Carta das Nações Unidas e nos princípios aceitos mundialmente no Direito Internacional; seu comando efetivo deveria depender da Assembleia Geral.

O secretário geral da ONU teria por obrigação monitorar a situação mundial e recomendar ações quando estas fossem necessárias. As Nações Unidas deveriam, também, assumir a delicada tarefa de formar quadros civis que possam comandar essa força multinacional de forma eficaz.

Um corpo internacional deste tipo requer que não se restrinja sua composição a políticos, militares e diplomatas, mas que se amplie sua formação à participação de profissionais universitários e representantes de ONGs.

Isso não quer dizer que não existam excelentes políticos, militares e diplomatas atualmente em todo o mundo, mas sua atividade não deve excluir a participação de outros representantes da sociedade, o que contribuirá para enriquecer o caráter dessa força multinacional que deve ser construída em benefício de toda a Humanidade e não de uns poucos países.

*Brady Tysson é professor de Relações Internacionais da American University, de Washington, EUA

Um castelo de areia

Diante da recessão econômica, o presidente Clinton promove uma nova política industrial, baseada no pretenso sucesso do Vale do Silício. Mas, para milhares de operários, esse modelo representa apenas mais desemprego



Trabalhadores norte-americanos protestam contra o fechamento de sua fábrica

David Bacon

Será o Vale do Silício o motor industrial de crescimento econômico como quer a administração Clinton? Não se você olhar para as estatísticas, não se você perguntar a Anita Angel que, aos 57 anos, perdeu o seu emprego em uma fábrica de semicondutores após trabalhar ali durante 13 anos.

O Vale do Silício, situado na Califórnia, é mundialmente conhecido por concentrar um grande número de indústrias de alta tecnologia. Mas, nos últimos 10 anos, a indústria de semicondutores do Vale perdeu 30 mil empregos, de acordo com Jeff Koller, analista do Departamento de Desenvolvimento de Empregos daquela comunidade. Os números são ilustrativos: enquanto em 1983 a região dava trabalho para 102 mil operários, hoje em dia o Vale do Silício só emprega 73.700 pessoas. A empresa Intel, por exemplo, tinha 2 mil operadores em 1970. Atualmente, restam apenas 600.

Alguns meses antes de Anita Angel ser demitida, o seu marido, Vicente, de 62 anos, perdeu o seu emprego na mesma fábrica. Seu filho abandonou a universidade para trabalhar e a sua filha entrou para o exército para conseguir assistência médica para os pais. A experiência dos Angels e milhares de trabalhadores como eles é a nova realidade oculta por trás da propalada imagem de crescimento de alta tecnologia do Vale.

Duas categorias de trabalhadores – Enquanto a oferta de trabalho para engenheiros e gerentes cresceu de alguma forma, a perda de empregos atingiu duramente os operadores e técnicos ligados diretamente à linha de produção.

De fato, o Vale do Silício está criando uma sociedade com duas categorias de trabalhadores. No topo, engenheiros e gerentes desfrutam de padrões de vida em ascensão, associados à indústria de alta tecnologia. No base da pirâmide, estão milhares de operários desempregados e sem perspectivas de encontrar outro emprego.

ECONOMIA

ESTADOS UNIDOS

Em março passado, a Intel anunciou que está relocando uma nova fábrica de um bilhão de dólares no Novo México. "Realmente não acredito que iremos ver daqui para frente mais fábricas de semicondutores no Vale do Silício", disse na ocasião o responsável pelas relações públicas da empresa, Howard High.

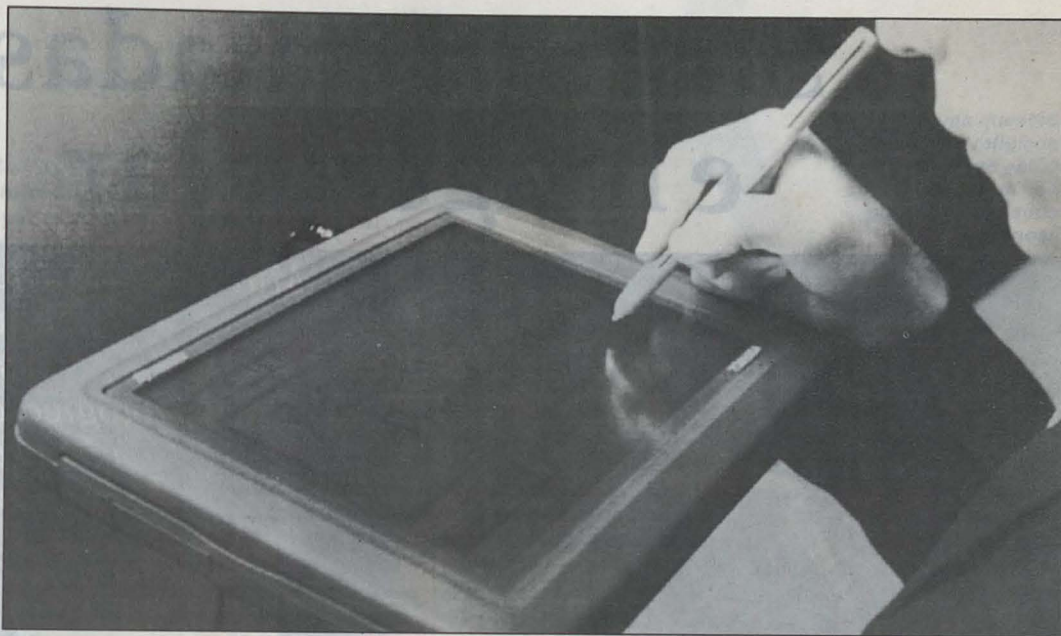
High afirma que a Intel tomou essa decisão porque o estado do Novo México ofereceu à companhia um bilhão de dólares para ajudar na construção da fábrica. Mas Ronnie Martin, técnico de produção na National Semiconductors, acredita que os salários mais baixos foram o fator determinante. No Novo México, os trabalhadores recém-contratados começam ganhando de seis a sete dólares por hora, bem abaixo de sua contrapartida no Vale do Silício.

"É por isso que a National e outras companhias não permitem que operários sejam transferidos para outras fábricas", diz Martin.

Realmente, a oferta de emprego nas fábricas da National no Texas Maine está crescendo. Mas em Santa Clara, as linhas de montagem quase acabaram. A última linha de produção será fechada no fim do ano. Quando isso ocorrer, Martin vai perder um trabalho de 17 anos.

Benefícios para poucos - Após imigrarem das Filipinas para os Estados Unidos, Anita e Vicente conseguiram trabalho na fábrica de semicondutores da National. Começaram a trabalhar ganhando US\$ 3,25 por hora e, na época em que foram demitidos, ganhavam 11 dólares por hora. Uma grande percentagem de operários do Vale do Silício é de imigrantes.

De acordo com a Comissão para Igual Oportunidade de Emprego, os operários asiáticos e latinos representam



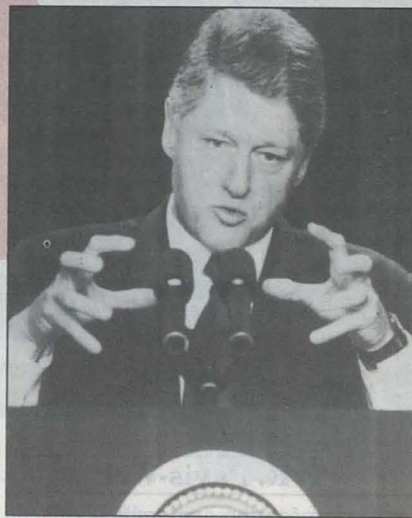
entre 48 e 78% das diferentes categorias nas linhas de produção, mas somam apenas 17 a 25% das vagas de engenharia e gerência. As cifras para mulheres são quase idênticas.

"O investimento cria uma lógica própria", diz Michael Boris, co-diretor da Mesa-Redonda de Economia Internacional da Universidade da Califórnia, em Berkeley. "As companhias vão colocar as suas fábricas onde possam minimizar os custos de produção. O capital é móvel; depende de quem o possui."

A idéia geral por trás da política industrial de Clinton é que, ajudando a indústria de alta tecnologia, estará criando novos empregos. "A experiência comprova que o incentivo a novas indústrias leva a um crescimento da taxa de emprego", diz Boris. "Porém, nem todos os grupos de operários se beneficiam da mesma forma."

Empresas de artigos eletrônicos e, especialmente, de semicondutores, são conhecidas por sua oposição à organização de sindicatos em suas fábricas. Não há nenhuma forma de representação organizada entre operários de fábricas de semicondutores, seja

O presidente Clinton está estimulando a indústria de alta tecnologia. Mas os trabalhadores afirmam que o incentivo a essas indústrias só beneficia a mão-de-obra mais qualificada



para estabelecer limites à política de empregos das companhias, seja para ajudar gente como os Angels na crise pessoal e financeira determinada pela perda de seus empregos.

"Em nossa fábrica - lembra-se Anita - éramos um grupo alegre. Trabalhávamos juntos, como um time. Agora estamos muito preocupados em perder a nossa casa, já que não temos dinheiro suficiente para pagar a próxima prestação. Aceitamos qualquer tipo de emprego. Mas é difícil encontrar trabalho com a nossa idade."

* David Bacon é líder sindical na Califórnia

Sós, maltratadas e longe do lar

Mulheres de diferentes países criam uma rede de assistência legal e psicológica às imigrantes vítimas de agressão nos Estados Unidos



T. R. Pavis-Weil

Após uma apaixonada relação por correspondência, Marta (nome fictício) arrumou suas malas e deixou a Argentina para ir morar com seu noivo nos Estados Unidos. Um ano depois, ele a expulsou de seu apartamento, após golpeá-la na cabeça com a sua própria mala.

Sozinha e longe de sua família, Marta recorreu, sem sucesso, a organismos governamentais. Terminou encontrando o apoio que necessitava em uma rede de agências dedicadas especificamente a ajudar mulheres imigrantes agredidas. Esta rede se estende da Califórnia até Nova Iorque e é dirigida por mulheres imigrantes.

“A cada ano mais mulheres emigram para os Estados Unidos e enquanto não conseguem resolver seus próprios problemas, suas únicas defensoras são as outras mulheres imigrantes”, explica Savitri Bisnath, de Trinidad-Tobago, fundadora da Aliança de Mulheres da Califórnia Contra o Abuso da Mulher.

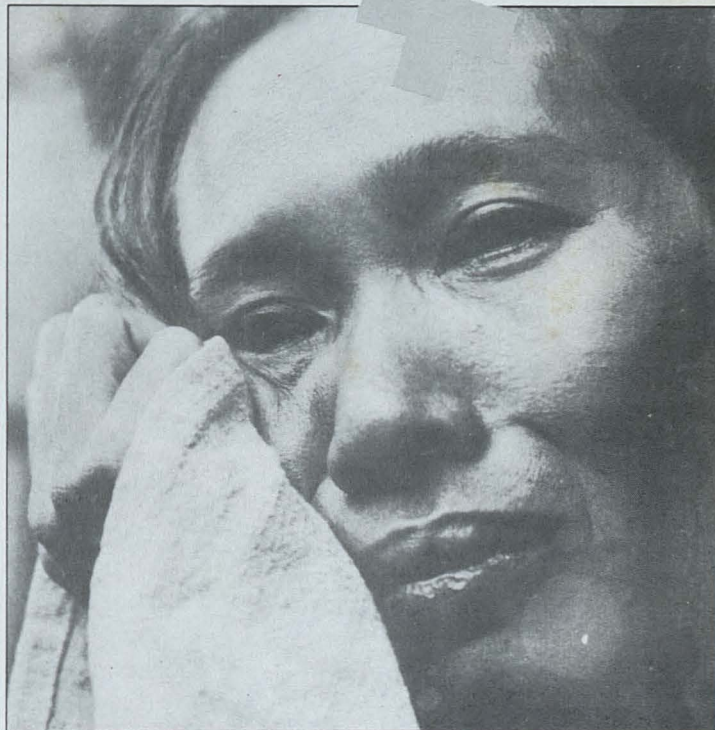
Muitas delas decidem cooperar com as imigrantes depois de viverem uma experiência dolorosa, como é o caso de Bisnath, de 28 anos de idade, cuja mãe foi alvo de agressão.

“Quando você encontra outra mulher que viveu uma situação parecida com a sua ou que tem a mesma cultura, a gente se sente amparada”, afirma Bisnath. “Eu já vivi essa experiência em minha própria família.”

Ajuda especializada – Maria Arias, da República Dominicana e advogada especializada em imigração e direitos da mulher, considera que o apoio entre as imigrantes aumentará conforme elas se integrem à sociedade norte-americana.

Arias, de 34 anos de idade, dirige um escritório em Nova Iorque e ensina direito na universidade. Foi através desse escritório que Marta obteve uma permissão especial do serviço de imigração permitindo às mulheres agredidas permanecerem no país sem a tutela de seus maridos. Mas este tipo de permissão é muito difícil de conseguir, razão pela qual muitas mulheres preferem permanecer ao lado de seus agressores com medo de serem deportadas.

"Por uma questão cultural e religiosa muitas mulheres estão convencidas que não podem mudar seus destinos"



"O sistema está contra as mulheres, especialmente as agredidas. É como se culpassem você por estar nessa situação", critica Marta.

As advogadas desse escritório não dão conta da demanda, pois – embora cerca de 60 a 70% das clientes falem espanhol – só há duas especialistas em leis que dominam o idioma. Arias, que depois de um cansativo dia de trabalho tem que voltar para casa para dar assistência a seu filho de 4 anos de idade, é uma delas.

Apesar de tudo, o entusiasmo domina o ambiente. Arias e outras advogadas, fundadoras da Rede de Direitos das Mulheres Imigrantes de Nova Iorque, já estão inclusive planejando estabelecer uma rede nacional.

Além disso, atualmente um grupo de advogadas pressiona os políticos em Washington, para que aprovem uma lei sobre a violência contra a mulher que aumentará as verbas federais para ajudar as mulheres agredidas.

Medo da polícia – A agressão do homem para com a mulher independe de raça ou classe. Segundo o FBI, a cada 15 minutos uma mulher é agredida nos Estados Unidos.

No entanto, mesmo quando for aprovada, esta lei não atenderá às necessidades das imigrantes, pois elas enfrentam obstáculos diferentes das norte-americanas. Muitas destas mulheres têm pouco ou nenhum dinheiro e não falam inglês, o que torna mais difícil que possam enfrentar adequadamente as complicadas leis migratórias deste país.

Por isso, um dos objetivos mais importantes é incrementar os serviços bilíngües. No Centro de Mulheres Asiáticas de Nova Iorque, um dos grupos mais antigos deste estado, opera uma das únicas linhas telefônicas multilíngües de todo o litoral oeste do país.

No entanto, a tradução é difícil já que entram uma média de mil chamadas por mês. Um voluntário pode falar japonês, mas de nada serve quando recebe telefonemas em mandarim ou cantonês.

O Programa Contra a Violência, promovido por uma organização não-governamental situada em um bairro latino e africano em Nova Iorque, é o lugar mais adequado para recorrerem

as mulheres de língua espanhola que necessitem de ajuda. A ONG tem uma linha telefônica bilíngüe, através da qual dá conselhos às mulheres.

Maria Guevara, imigrante nicaraguense, que trabalha a questão da violência contra a mulher nesta ONG, conta que muitas latino-americanas não chamam a polícia por medo, devido às experiências traumáticas que sofreram com as ditaduras militares de seus países. "Nessas famílias, muitas vezes um ou dois membros morreram em mãos da polícia em seus países, como é o caso dos salvadorenses e nicaraguenses", afirma.

Conformadas com o destino – Sakhi, que significa "amiga" em hindi, outro dos grupos membros da rede, fundado em 1989 por mulheres universitárias imigrantes, recebe de cinco a dez telefonemas por semana.

As voluntárias distribuem folhetos às imigrantes da Índia, Bangladesh, Nepal, Paquistão e Sri Lanka. Nova Iorque é o estado que tem maior concentração de sul-asiáticos nos Estados Unidos e Sakhi é um dos grupos de mulheres dessa região, que trabalha com o tema da violência doméstica.

Sadhana Kaul, advogada especializada em leis indianas e norte-americanas, e uma das fundadoras de Sakhi, afirma que parte do problema que enfrentam as 140 mulheres que atendem, é a crença de suas culturas no destino. "Muita gente acredita que não se pode mudar nada porque é parte do seu destino", afirma Kaul.

Sujata Warriar, codiretora da Coalizão de Advogadas de Mulheres Agredidas, que emigrou da Índia há 17 anos, comenta que todas estas mulheres haviam conhecido a violência antes de ir para os Estados Unidos. "Só que a sociedade norte-americana é uma das mais violentas do mundo."

"De fato, a tensão pode ter um grande impacto nos imigrantes homens, mas eles não a descarregam em seus patrões, e sim contra as mulheres", afirma Sujata. "O objetivo da agressão é escolhido premeditadamente. É verdade que eles (os imigrantes) estão vivendo em uma nova cultura, lidando com um idioma estranho e existem muitos motivos para estarem estressados, mas isto não justifica a violência." ■



Quem vem ao Rio

Obrigado Madonna, volte logo.



volta sempre.

— Não sei por que dizem que o Rio é uma cidade perigosa. Adoraria que os americanos soubessem levar a vida como vocês. Da janela do hotel em Ipanema, eu vejo a praia e todas as pessoas lindas, com corpos maravilhosos. Obrigado pelas caras bonitas e por tudo que vocês estão me dando. Me aguardem nas minhas próximas férias — disse Madonna.

"O GLOBO" 08/11/93

RJ GOVERNO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO


TurisRio
Companhia de Turismo do
Estado do Rio de Janeiro



Presente em todos os municípios
fluminenses participando, investindo,
promovendo, contribuindo e, acima de
tudo, acreditando no seu desenvolvimento,
o BANERJ se orgulha em ser o banco de
um dos estados mais importantes na
economia do país.

Investir no BANERJ é investir duplamente
em você: como cliente e como
integrante responsável pelo crescimento do
Estado do Rio de Janeiro.

BANERJ